



INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS – IH
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA - HIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA – PPGHIS

*Desde abajo: As origens discursivas do peronismo revolucionário
no semanário CGT (1968-1970).*

Karolline Pacheco Santos

BRASÍLIA
2016



INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS – IH
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA - HIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA – PPGHIS

Desde abajo: As origens discursivas do peronismo revolucionário
no semanário CGT (1968-1970).

Karolline Pacheco Santos

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Brasília como requisito parcial para obtenção do título de Mestre.

Área de concentração: Política, Instituições e Relações de poder.

Orientador: Prof. Dr. Carlos Eduardo Vidigal.

Matrícula: 14/0180052.

BRASÍLIA
2016

Agradecimentos

A conclusão desta dissertação de mestrado não seria possível sem a colaboração de algumas pessoas. Primeiramente, gostaria de agradecer o apoio da minha família pelo incentivo e suporte ao longo deste processo. Em especial meu pai Jairo, meu irmão Marcellus e minhas tias Sulian e Márcia pelas conversas, carinho e presença constante. Alguns amigos que tiveram grande colaboração neste período também foram essenciais na concretização desta fase: Bárbara, Laíra, Luciana, Ana Julia, David entre outros, agradeço pelas longas conversas e momentos compartilhados. Agradeço também aos meus professores de graduação Jaime de Almeida, o primeiro a me abrir os olhos para a área de história da América Latina, e Francisco Doratioto pelas orientações ao longo da graduação que me encaminharam para o tema da pesquisa. Finalmente, um agradecimento especial ao meu orientado Carlos Eduardo Vidigal pela paciência e orientação na delimitação do tema e o incentivo nos momentos de maior dificuldade.

Resumo

O peronismo como fenômeno político e social perdura na sociedade argentina como uma identidade política consolidada e atuante. Esta dissertação teve como objetivo compreender, por meio da análise do discurso do periódico sindical Semanário CGT (1968-1970), as permanências e transformações que possibilitaram diferentes interpretações da doutrina peronista e a conseqüente crise de identidades materializada na divisão da central trabalhista. A análise dos setores *combativos* no interior do sindicalismo peronista buscou materializar essa dinâmica histórica entre tradição e inovação ao antever, na dimensão do discurso, o nexo entre aqueles debates fomentados ao final da década de 1960 no âmbito da CGT *de los Argentinos* e as ações políticas radicalizadas de princípio dos anos 1970.

Palavras-chave: Peronismo, sindicalismo, discurso, CGT *de los Argentinos*.

Resumen

El peronismo como fenómeno político y social persiste en la sociedad argentina como una identidad política consolidada y activa. La presente disertación tuvo como objetivo comprender, por el análisis del discurso del periódico sindical Semanario CGT (1968-1970), las permanencias y transformaciones que posibilitaron diferentes interpretaciones de la doctrina peronista y su crisis de identidad que llevó a la división de la central obrera. El análisis de los sectores combativos en el movimiento obrero peronista buscó entender la dinámica histórica entre tradición e innovación al prever, en la dimensión del discurso, el vínculo entre aquellos debates promovidos al final de la década del 1960 en la CGT de los Argentinos y las acciones políticas radicalizadas del principio de los años 1970.

Palabras-clave: Peronismo, obrerismo, discurso, CGT de los Argentinos.

Abstract

Peronism, as a political and social phenomenon, endures in Argentinian society as a consolidated and active political identity. Through an analysis of the discourse of union journal *Semanario CGT* (1968-1970), this dissertation has the objective of understanding the continuities and transformations which enabled different interpretations of the peronist doctrine, as well as the identity crisis which followed, materialized in the splitting of this federation of unions. An analysis of combative sectors inside peronist unionism sought to unravel this historic dynamic between tradition and innovation in identifying the relation between debates which were held in the end of the 1960s in the environment of the *CGT de los Argentinos* with the radicalized political actions of the early 1970s.

Key-words: Peronism, unionism, discourse, *CGT de los Argentinos*.

Siglário

CEPAL: Comissão Econômica para América Latina e Caribe.

CGT: Central General del Trabajo.

CGTA: Central General del Trabajo de los Argentinos.

CONADE: Consejo Nacional de Desarrollo.

CONASE: Consejo Nacional de Seguridad.

DSN: Doutrina de Segurança Nacional.

ISI: Importação por Substituição de Importações

JP: Juventud Peronista.

MUCS: Movimiento de Unidad y Coordinación Sindical.

OEA: Organização dos Estados Americanos.

PC: Partido Comunista.

PP: Partido Peronista.

PSA: Partido Socialista Argentino.

PSD: Partido Socialista Democrático.

UCR: União Cívica Radical.

UCRI: União Cívica Radical Intransigente.

UCRP: União Cívica Radical do Povo.

UDELPA: Unión del Pueblo Argentino.

UOM: Unión Obrera Metalúrgica.

Sumário

Introdução.....	9
Capítulo 1	17
A construção do impasse e o caminho da radicalização política.	17
1.1 Fator Perón: A Revolução Libertadora (1955) e a falta de um acordo político.	17
a) Por la reconstrucción nacional: a queda de Perón e a Revolução Libertadora (1955-1958).	20
b) Saída da crise: O radicalismo como alternativa e la generación traicionada (1958-1962).	26
c) El país necesita tranquilidad (1962-1966).....	32
1.2 Revolução Argentina: O recrudescimento da ditadura e a Doutrina de Segurança Nacional.	35
Capítulo 2	41
Los que trabajan: A dinâmica das diferenciações políticas no seio do movimento.	41
2.1 Peronismo e a emergência política dos trabalhadores.....	42
2.2 Revolução Libertadora (1955): A CGT como trincheira para o peronismo proscrito.	50
2.3 Revolução Argentina (1966): As condições para a radicalização política.	56
2.4 Divisão da CGT (1968): o impacto político da criação da CGT de los Argentinos.	63
2.5 Mensaje a los trabajadores y al pueblo argentino: Forjando uma identidade combativa. ..	69
Capítulo 3	77
Semanário da CGT (1968-1970): Aspectos discursivos de uma identidade política em transição	77
3.1 Semanário CGT: A cúpula sindical fala com os trabalhadores.....	83
3.2 Princípio de unidade no imaginário peronista.....	88
3.3 A ruptura da unidade pela identificação.....	92
3.4 A ruptura da unidade pela legitimidade.	99
3.5 A unidade combativa.	103
Considerações finais.....	119
Fontes e Referências bibliográficas.....	124
Fontes.....	124
Referências Bibliográficas	125

Introdução

O estudo do peronismo como fenômeno político e social fundamental para compreender os infortúnios políticos da Argentina na segunda metade do século XX já é tema recorrente na historiografia nacional argentina¹. Sendo um fenômeno multifacetado, que encontrou eco em diversos níveis da vida coletiva, este objeto se permite enquadrar em diferentes pontos de vista que buscam desvendar aspectos ainda presentes na cultura política do país. Relacionado a este tema estão os inúmeros trabalhos a respeito da última ditadura militar, conhecida como Processo de Reorganização Nacional (1976-1983) ou simplesmente *Proceso*, tema frequentemente revisitado como resultado de uma memória traumática² gerada pelo caos político e social.

Ao situar este trabalho entre os temas acima explicitados é mister salientar aquilo que ele propõe de novidade em termos de abordagem. O questionamento em relação às contradições de um período em que a política passou a ser exercida pela violência resultou na opção de análise a partir dos mecanismos geradores dessas visões de mundo pelos setores da sociedade argentina que aderiram ao projeto revolucionário, em especial os setores peronistas. Nessa perspectiva, a análise recorreu ao período anterior, ao contexto da ditadura autodenominada Revolução Argentina (1966-1973), a fim de encontrar indícios de uma paulatina transformação no campo político do sindicalismo peronista, que viabilizou a adesão de alguns setores às organizações armadas. Partindo da premissa de que o peronismo como identidade política dos trabalhadores argentinos foi consolidado a partir de uma doutrina, de princípios fundamentais, procurou-se analisar as reformulações teóricas por que passou a cultura política peronista ao final da década de 1960, a partir da experiência política da *CGT de*

¹ Cabe destacar o trabalho de Darío Pulfer no livro *El peronismo en sus fuentes: una guía bibliográfica para su estudio* (Ediciones CICCUS, 2012) que teve como objetivo reunir a maior parte da produção realizada dentro e fora do país com a temática do peronismo. Este também alimenta um *site* como instrumento de pesquisa que aporta as produções recentes e boletins informativos. Acessado em 7/4/2016 as 20:11 < <http://www.peronlibros.com.ar/> >.

² No dia 24 de março de 1976 o governo da Presidente María Estela Martínez de Perón foi destituído através de um golpe de Estado comandado pelas Forças Armadas, sendo imediatamente instalada uma Junta de Comando Militar liderada pelo general Jorge Rafael Videla. O Parlamento foi dissolvido e foi instaurado um processo de repressão extremamente violento, atingindo vários setores da sociedade e deixando como uma das heranças mais dolorosas cerca de 30.000 pessoas desaparecidas.

los Argentinos (CGTA). Por meio dos discursos políticos emitidos no Semanário CGT, publicação oficial da CGTA, procurou-se identificar continuidades e rupturas concernentes a duas temáticas – unidade e revolução – que influenciaram na construção da identidade política peronista que caracterizou os movimentos revolucionários a partir da década de 1970. A escolha destes dois aspectos foi condicionada pelo peso dos debates a respeito destas temáticas que resultaram no aprofundamento da radicalização política no âmbito do sindicalismo peronista e na sociedade argentina. A ideia de unidade como eixo temático relevante se justificou pelo contexto de conflito interno no sindicalismo peronista, que gerou o discurso de *depuramento ideológico intrapartidário* (FRANCO, 2011), resultado da ruptura interna do movimento em identidades políticas distintas e em uma disputa pela representatividade do peronismo (DAWYD, 2011). Em relação à ideia de revolução, esta se tornou uma temática recorrente diante do contexto de recrudescimento da ditadura de Juan C. Onganía e da falta de saída política pacífica para diversos segmentos da sociedade, além de ser o mote político de organizações que aderiram ao chamado do *Terceiro mundo* e acompanharam a crescente agitação política que percorreu o globo neste período. Para melhor situar o tema e os objetivos aqui buscados, faz-se necessário compreender o processo de construção do objeto.

Entre 1955 e 1973, a sociedade argentina viveu um período de permanente instabilidade política e econômica, marcado pelo impasse (O'DONNELL, 1977; DONGHI, 1994) que se seguiu à deposição de Juan D. Perón pelo golpe de 1955, a chamada Revolução Libertadora (1955-1958). Desde então, os governos que se sucederam na Casa Rosada, militares e civis, tiveram que lidar com a intransigência de setores peronistas e antiperonistas que cindiram o campo político e o ressignificaram entre aqueles que se opunham ao autoritarismo populista de Perón e os que apoiavam a condução firme do *caudillo* redentor das massas³. Os aportes do cientista político Pierre Ostiguy (1997)⁴, ao propor a compreensão das identidades políticas argentinas em termos de peronismo e antiperonismo a partir de diferenciações de base socioculturais,

³ Neste processo, antigos e consolidados atores políticos, como os setores socialista, comunista, radical e conservador, também se adaptaram ao novo contexto político que os interpelavam permanentemente sobre os posicionamentos a respeito do regime deposto. Apesar de existirem como forças políticas independentes, estes não escaparam da dinâmica que marcou o país após a deposição de Perón e se definiram de acordo com um dos campos.

⁴ O autor interpreta a experiência política argentina como uma dimensão primária que confronta o popular com o mais culto e uma dimensão secundária que articula essa dinâmica entre o culturalmente mais localista e circunscrito *versus* o mais europeu (OSTIGUY, 1997, p.139). O processo de construção do discurso político peronista acompanhou essas diferenciações sociais que embasavam e legitimavam seu papel como expressão nacional da luta popular.

são fundamentais para compreender aspectos que caracterizaram a identidade peronista. Neste contexto, o movimento peronista construiu sua imagem como expressão nacional da luta popular e dos trabalhadores, majoritariamente peronistas, como agentes históricos desta transformação. Desde Perón, os trabalhadores haviam conquistado espaço nas decisões políticas e representavam um peso fundamental nas negociações internas. Após a proscrição do Partido Peronista, em 1955, o movimento trabalhista organizado em torno da *Central General del Trabajo* (CGT) se tornou a coluna vertebral do peronismo marginalizado, e o conjunto dos trabalhadores peronistas, fator de poder indispensável para a manutenção de governos na Casa Rosada (DONGHI, 2006; GORDILLO; BRENNAN, 2008; SOTELO, 2012).

Assim, o trabalho teve como recorte temporal a inflexão que representou o golpe militar, em 1966, conhecido como Revolução Argentina, para refletir sobre os efeitos da mudança das condições objetivas na crise das identidades políticas, especialmente a cisão do campo peronista. Segundo o historiador Dario Dawyd (2014), houve “*un momento de crisis de la identidad del sindicalismo peronista, a fines de los años sesenta*” que provocou uma “*reformulación de las identidades políticas al interior del peronismo*”. A partir de 1966, foram se conformando novas identidades sindicais cujos enfrentamentos levaram à divisão da CGT, em 1968, e ao surgimento da *CGT de los Argentinos* (CGTA). Materialização institucional de divergências internas, a CGTA nucleou a identidade peronista definida como *combativa*, com posições mais radicalizadas, em contraposição às outras correntes peronistas denominadas *vandorismo* e *participacionismo*⁵, que se nuclearam na chamada CGT *Azorpado*.

No empenho de identificar as atualizações no discurso peronista que resultaram na crescente radicalização que caracterizou a década de 1970, buscou-se rastrear os elementos discursivos que conformaram a identidade combativa no Semanário CGT. Esta publicação foi produzida pela CGTA entre 1968 e 1970 e foi um importante veículo de divulgação e formação política para os setores gremiais que aderiram ao

⁵ Sobre estes três nucleamentos, a descrição utilizada é a que indica que o *participacionismo* foi um modelo de sindicalismo subordinado ao Estado e cooperativo com o setor capitalista hegemônico; o *vandorismo* ou “negociadores” foi expressão de um sindicalismo que manobrava as estratégias sindicais de acordo com os interesses, sem questionar a origem dos governos, porém mantendo uma crítica às políticas econômicas liberais, sendo a principal força sindical do peronismo desde 1962. Os *combativos* se posicionavam contra regimes autoritários, contra a burocracia sindical representada pelas outras duas tendências e com características anticapitalistas, ainda que não muito bem definidas (FERNÁNDEZ, 1988; DAWYD, 2011).

*programa 1° de mayo*⁶ (BOZZA, 2003; JOZAMI, 2006; CARUSO, 2015). A análise do semanário e o uso desta fonte no estudo sobre o peronismo não são novidade no campo historiográfico tampouco em outras áreas⁷, todavia o tema não se esgota quando visto por outro ponto de vista. Apesar da rica produção bibliográfica a respeito da radicalização política, o presente trabalho buscou aportar uma contribuição na análise de um período pouco frequentado pelos estudiosos: a experiência da CGTA como *leitmotiv* para a adesão de setores trabalhistas à luta armada (BARTOLETTI, 2011; DAWYD, 2012). Os estudos destas organizações geralmente se centram em outros focos de origem da radicalização política, como o movimento dissidente da Igreja Católica e a classe média, representada pelos setores universitários e intelectuais. Partindo do pressuposto da importância da CGTA como espaço de conformação dos grupos políticos armados (BARTOLETTI, 2011)⁸, a opção de analisar este processo histórico tendo como fonte o Semanário CGT compartilha da potencialidade de compreender realidades político-sociais por meio do discurso como construção da identidade política de um coletivo social. Autores como Altamirano (2007) e Pozzi (2015)⁹, ratificam a importância da análise desses veículos como forma de acesso a “[...] *los microclimas*

⁶ No dia 1° de maio de 1968, logo após o surgimento da CGTA, em março, no Congresso Normalizador da CGT Amado Olmos, foi divulgado o primeiro número do semanário CGT, que trazia na primeira página o enunciado “*1° de mayo: Mensaje a los trabajadores y al pueblo argentino*”, eixo programático da CGTA, no qual eram proclamados objetivos e fins do sindicalismo combativo nucleado na central.

⁷ Como parte da pesquisa para o trabalho, pode-se citar os seguintes trabalhos que tratam do assunto: JOZAMI, Eduardo Rodolfo. “Walsh: La palabra y la acción”. Norma, 2006; DAWYD, Dario; CODESIDO, Lucas. “Liberación en Cristianismo y Revolución y en la CGT de los argentinos. Un ejercicio de análisis conceptual”. IV Jornadas de Jóvenes Investigadores. Instituto de Investigaciones Gino Germani, Facultad de Ciencias Sociales, UBA, Buenos Aires, 2007; SOTELO, Luciana. “El discurso sobre la burocracia en el Semanario de la CGT de los Argentinos”. V Jornadas de Sociología de la UNLP. Universidad Nacional de La Plata, La Plata, 2008; BOZZA, Juan Alberto. “Una voz contra los monopolios. CGT. El periódico de la CGT de los Argentinos”. Oficios terrestres, año XVI, n° 25, 2010; DAWYD, Dario. “La CGT de los argentinos sin el semanario. Entre las bases y el regreso de Perón (1970-1973)” UBA: Revista de estudios latino-americanos, 2014; CARUSO, Valeria. “Una experiencia informativa del sindicalismo combativo: El Semanario CGT”. Trabajos y Comunicaciones, n°41, Universidad Nacional de La Plata, 2015; FERREIRA, Lilia. “Walsh y la prensa popular”. Introducción a Documentos Semanario CGT, tomo II, Página 12/ UnQui, s/f. Em outras áreas, podem-se citar os trabalhos de GIORDANO, Juan Pablo. “Narración, Agenda y Colectivos Sociales. La CGT de los Argentinos y su Semanario (1968-1970)”. De Signos y Sentidos 1.8, 2008; LUCHETTI, Florencia; CAMELLI, Eva. “La hegemonía cuestionada. Un análisis textual y contextual del semanario CGT”. Revista Pilquen, año XIII, n°14, 2011.

⁸ De acordo com a historiadora Julieta Bartoletti (2011): “*Por ende, el análisis de la CGTA constituye un aspecto hasta ahora poco trabajado en el análisis de los orígenes de las organizaciones armadas, en especial de Montoneros*”. Segundo a historiadora, trabalhos recentes se empenharam na análise das origens dos *Montoneros*, porém centrados quase exclusivamente nas discussões e problemáticas associadas ao âmbito do catolicismo pós-conciliar.

⁹ Apesar de os autores citados se referirem às publicações que circularam nos meios intelectuais, seus apontamentos em relações a essas publicações como “*herramientas de problematización, de debate, de opinión e de intervención*” podem ser transpostos para as publicações sindicais, em especial o Semanário CGT, que definiam sua função e objetivos a partir destes aspectos.

que existen en su interior, una posibilidad única de reconocer las batallas del pensamiento” e como “un excelente acercamiento no solo al pensamiento, la sensibilidad y las preocupaciones de su tiempo, sino también al modo de interacción y las realidades interiores de los grupos intelectuales de entonces”. Parte-se de uma crítica interna à intencionalidade – consciente ou inconsciente – daqueles que o produziram, às condições de sua produção histórica e à recepção por aqueles setores aos quais fora destinado.

Adotaram-se, como aporte teórico para a análise do discurso no Semanário CGT, as contribuições do sociólogo e filósofo argentino Eliseo Verón, consagrado em sua obra conjunta com a socióloga Silvia Sigal (2014) *Perón o Muerte: Los fundamentos discursivos del fenómeno peronista*. Neste trabalho os autores defendem a tese de que o peronismo como doutrina deve ser analisado na ordem da enunciação e não como um corpo fechado de princípios imutáveis. Ou seja, na recorrência de estratégias de enunciação que caracterizam o discurso peronista, pode-se observar a dinâmica dos sentidos dos conceitos de acordo com suas condições históricas de produção e recepção:

La continuidad del peronismo, su coherencia y su especificidad no se situan en el plano de los enunciados que componen la doctrina, sino en el plano de la enunciación. Dicho de otra manera: en tanto fenómeno discursivo, el peronismo no es otra cosa que un dispositivo particular de enunciación a través del cual el discurso se articula, de una manera específica, al campo político definido por las instituciones (SIGAL; VERÓN, 2014, p. 25).

Para fundamentar a tese a respeito da economia discursiva do peronismo, Sigal e Verón (2014) trabalharam a identificação de seus dispositivos de enunciação por meio da análise de sua conformação nos primeiros discursos de Perón até a crise com a Juventude Peronista (JP), agrupação de esquerda do movimento que originou a organização guerrilheira *Montoneros*, em 1974. A partir deste instrumental teórico desenvolvido pelos autores, buscou-se traçar, na trajetória de radicalização do movimento trabalhista e de crise interna do peronismo, o papel da CGTA na redefinição de aspetos da doutrina que anteviram o discurso radicalizado que norteou as ações políticas armadas. Em contrapartida, corroborou-se a eficácia desta proposta teórica para refletir a capacidade do peronismo de agregar diferentes espectros ideológicos a partir de uma identidade política fortemente consolidada.

Considerando a renovação que significou o peso da experiência política da *central rebelde*, tanto para o movimento trabalhista e outros setores políticos que disputavam o espaço na condução deste quanto para o peronismo e sua ortodoxia,

levanta-se o questionamento sobre as respostas que foram dadas pelos peronistas combativos a acontecimentos que confrontavam sua estratégia política com elementos indissociáveis da cultura política peronista. Entre essas estratégias de confronto foram analisadas a recusa à reunificação da CGT com as demais tendências internas do peronismo, mesmo sob o chamado de Perón, e a constatação de que as velhas práticas sindicais associadas ao movimento nos anos justicialistas não eram mais adequadas para o contexto de fechamento do cenário político interno e de que se respondia a outra ordem de expectativas: a revolução como um horizonte possível (GILLESPIE, 1987). Esses eventos confrontaram a realidade das condições com elementos da cultura política peronista que necessariamente tiveram que ser reformulados. Essas duas temáticas – unidade e revolução – sinalizam transformações importantes na cultura política peronista do final dos anos sessenta e solidificam a importância da CGTA no contexto de radicalização política e conformação identitária do *peronismo revolucionário*.

Para realizar esta análise a organização do trabalho obedeceu à seguinte estrutura: o capítulo 1 tem como função situar a conjuntura política e social que se iniciou com a deposição de Perón, acontecimento que gerou um longo período de instabilidade democrática (1955-1966), caracterizado pela dificuldade de imposição de um discurso hegemônico frente a todos os fatores de poder que disputavam o espaço político conturbado pela proscrição do peronismo. Reconstrói os obstáculos que marcaram a impossibilidade de conciliar estabilidade econômica com o discurso democrático nas diferentes experiências do período e a falência do modelo radical como alternativa ao peronismo. A partir de 1966, ano do golpe autodenominado Revolução Argentina, buscou analisar a inserção do país no contexto regional da Doutrina de Segurança Nacional (DSN) e os reflexos internos desta opção, que gerou o fechamento definitivo dos espaços de participação política para diferentes setores da sociedade argentina e significou um ponto de inflexão na relação destes setores com o governo militar (SPINELLI, 2000).

O segundo capítulo tem como objetivo caracterizar o agente histórico em foco na análise: a classe trabalhadora organizada em torno da CGTA. Neste sentido, foi mister reconsiderar o papel de Perón para a emergência dos trabalhadores à vida política nacional e o processo de construção do peso político desta classe associado ao movimento peronista. Também foram definidas as características que marcaram a crise interna ao peronismo, incluindo as divergências em relação à condução do movimento

que tiveram como debate a concorrência que a liderança de Perón passou a sofrer com as novas direções sindicais que vinham ganhando força com o exílio do general e aprofundando diferenças políticas que mais tarde se definiram em termos de identidades políticas. A análise deste processo teve como objetivo situar as identidades que se conformaram a partir de 1966 e que provocaram a atualização do discurso peronista nos aspectos já citados, no contexto da cultura política peronista que se forjou com o processo de proscricção (CARUSO, 2015). Destacou-se o papel da CGT como espaço de participação política privilegiado para o peronismo marginalizado e o impacto que significou a divisão da CGT, em 1968, com o conseqüente surgimento da CGTA como núcleo do sindicalismo combativo e sua construção como polo aglutinador da luta contra a ditadura de Onganía reunindo diferentes setores¹⁰.

O capítulo 3 concentrou o trabalho de pesquisa com as fontes primárias, os exemplares do Semanário CGT, como acesso aos elementos discursivos que evidenciaram redefinições importantes no campo da cultura política peronista. A princípio foi feito o panorama de constituição da equipe que liderou o projeto do semanário e de informações da fonte como periodicidade, temas recorrentes, relevância para o debate e contexto de produção, a fim de ressaltar sua importância e papel na consolidação da CGTA e da identidade peronista combativa. Em perspectiva com os eixos temáticos definidos, foi discutido o peso do princípio de *unidade* para o movimento peronista e a construção histórica de seu sentido dentro dos aspectos enunciativos sinalizados por Silvia Sigal e Eliseo Verón (2014). Apresentadas as estratégias de enunciação do peronismo a partir de seu conceito base – a unidade do movimento –, buscou-se relacionar a redefinição destes aspectos pela CGTA quando confrontada com o chamado à reunificação de Perón em agosto de 1968. Na conformação de uma identidade combativa que se diferenciava da *burocracia sindical* e na redefinição da origem de legitimidade de quem falava pelo movimento, a CGTA preparava o terreno para a radicalização política que culminou com o confronto aberto com a liderança de Perón, a partir de 1974, e na opção pela eliminação física do adversário. O capítulo encerra com a reconstrução do que foi definido como *unidad*

¹⁰ O projeto político da CGTA, explicitado no *Programa 1º de mayo*, teve como peculiaridade o pluralismo ideológico (SOTELLO, 2011) marcado pelo chamado do sindicalismo combativo a diferentes setores da sociedade para contribuírem com a nova central contra a ditadura de Onganía: "a los empresarios nacionales; a los pequeños comerciantes e industriales; a los universitarios, intelectuales, artistas; a los militares; a los estudiantes; a los religiosos de todas las creencias" (Semanário CGT n°1; 1/5/68).

combativa pelo discurso propalado no semanário e faz a articulação entre o sentido de unidade projetado neste momento e sua similaridade com o discurso radicalizado dos anos 1970. Identifica também o aprofundamento do peronismo como uma alternativa revolucionária diante das novas perspectivas abertas com a reconstrução discursiva de aspectos da doutrina que possibilitaram esse tipo de ação política, em uma análise relacional entre discurso e ação.

Direcionando o olhar para a crítica dos conceitos, a problemática desenvolvida em torno da ideia de unidade, elemento fundamental para o imaginário peronista, foi chave na análise proposta. Na produção de novos discursos a respeito do princípio de unidade, operou-se uma redefinição das práticas políticas que necessariamente rearticularam as identidades dentro da cultura política peronista. Considerando a abordagem dos conceitos para a história social desenvolvida pelo historiador alemão Reinhardt Koselleck (2006) e a perspectiva destes serem indicadores de mudanças sociais em cuja significação estão contidos não só o *espaço de experiência* mas também o *horizonte de expectativas*, foi possível compreender a tensão entre a tradição peronista contida em uma identidade bem definida e a necessidade de adequações doutrinárias que respondiam a uma “expectativa” condicionada pelo momento vivido. Buscou-se contrapor a produção discursiva relacionada à ação política a partir de uma perspectiva de análise relacional em que não seria possível compreender o fato de a violência ter-se tornado uma forma de política, na virada dos anos 1970, sem realizar, em termos *bourdieusianos*, uma análise profunda das relações no campo em que estes atores políticos estavam inseridos. Em perspectiva com as noções de *identidade* e *cultura política*, este conjunto de práticas e representações amplamente compartilhadas constituem uma trama de significados que se articulam e se justapõem na procura de um sentido que interfira no mundo e que, em contraposição, gera novas interpretações desta mesma realidade, em um ciclo contínuo que coloca em movimento as ações humanas no tempo. Na análise deste momento de tensão, buscou-se compreender esta identidade em transição, que significou a passagem da ortodoxia reformista peronista para os movimentos revolucionários, que, entre outros fatores, concorreu para convulsionar a sociedade argentina ao final do século XX.

Capítulo 1

A construção do impasse e o caminho da radicalização política.

A chegada de Juan Carlos Onganía ao poder na Argentina, em 1966, inaugurou o primeiro governo da chamada Revolução Argentina, cujos objetivos eram o estabelecimento de uma nova ordem política e social, assentada no descrédito crescente da democracia e no fortalecimento do tradicionalismo católico, e o redirecionamento econômico por via da modernização e racionalização da economia. Fechando definitivamente o espaço político até então mantido pelos militares desde a queda de Perón e aumentando o controle interno por medidas autoritárias, Onganía criou as condições políticas que encaminharam para a radicalização social dos anos seguintes. As tensões decorrentes da mudança de contexto político após 1966 significaram uma inserção diferente para diversos segmentos sociais e o aprofundamento de tensões até então estancadas pelo desacreditado jogo democrático em desenvolvimento desde então.

1.1 Fator Perón: A Revolução Libertadora (1955) e a falta de um acordo político.

A fase final do regime peronista na Argentina foi fortemente marcada pelo crescimento da insatisfação interna associada à condução política e econômica do governo de Juan Domingo Perón (ROMERO, 2006, p. 121). A imagem inicial do herói militar que havia participado da revolução de 1943 e colocado fim à *década infame*¹¹ caminhava a passos largos, no começo de 1950, em direção a seu esgotamento diante das mudanças que convulsionavam a cena mundial assim como o cenário interno do país. Em seus últimos anos, o esforço do regime peronista de consolidação de uma identidade política fortemente associada ao Partido, com claras ligações à celebração da

¹¹ Termo consagrado pelo escritor tucumano José Luis Torres, cujo livro *La Década Infame* (1945) analisou as práticas políticas fraudulentas desse período.

imagem do chefe e doutrinação política da sociedade, caminhava em descompasso com as expectativas políticas geradas após a Segunda Guerra Mundial.¹²

As experiências fascistas na Europa durante a guerra e a consequente valorização do conceito de democracia como uma forma política inerente aos países capitalistas no contexto da Guerra Fria e internamente associada a setores mais progressistas colocavam a Argentina de Perón em um caminho “fora da história”. Além disso, a forte ligação que Perón havia estabelecido entre o governo e a classe trabalhadora aprofundava a insatisfação dos setores empresariais e o medo do fortalecimento político de suas agremiações, no momento em que o “perigo comunista” rondava o mundo ocidental.

Ao considerar as transformações políticas por que passa a Argentina após 1930 – crescimento e consolidação do processo de industrialização e ano do golpe militar que inaugurou um longo período de instabilidade democrática –, é possível constatar que, à medida que a economia oscilava, os regimes se sucediam (ROCK, 1996, p. 398). Para Perón, o fim do crescimento econômico e as crescentes dificuldades em manter as vantagens que o primeiro salto de industrialização havia dado à receita do país geraram insatisfação em diferentes setores. Para nacionalistas e partidos de esquerda, os acordos com a *Standard Oil*¹³ foram o ponto final para o acusarem de *vende-patria*; para os setores liberais, o regime peronista havia sido protecionista demais e sua legislação social era mais um obstáculo ao crescimento econômico; para os trabalhadores, a queda de sua participação nos anos finais e o engessamento das instituições representativas para aqueles que não eram peronistas eram mais uma forma de controle do Estado. Por baixo do que o justicialismo de Perón nomeou como *Comunidad Organizada*¹⁴, na realidade subsistia uma demanda crescente de participação política fora das fileiras

¹² Como observou Félix Luna (1973), surgiu a partir de 1954 uma classe política renovada dentro de um quadro geral de abertura do debate público, que coincidia com um envelhecimento do regime e de seu líder.

¹³ Ao final do último governo peronista (1952-1955), a política econômica se alterou para um maior favorecimento da entrada de capitais estrangeiros, que passaram a ser o tema central da economia nacional. Em 1953, Perón sancionou a Lei de Permanência de Capitais; em 1954, o governo assinou com uma filial da *Standard Oil* da Califórnia um contrato de exploração de 40 mil hectares na província de Santa Cruz, com amplos direitos (ROMERO, 2008, p. 117).

¹⁴ Ideia explanada por Juan D. Perón na Conferência do Congresso de Filosofia de Mendoza, em 1949, onde consolidou a ideia de *Comunidad Organizada* como base filosófica do justicialismo e foi incorporada a doutrina peronista: “*Punto 8: El pueblo es la comunidad organizada; punto 11: Los habitantes de la nación solo pueden realizarse en la comunidad organizada*” (SEBRELLI, 2013). Era denominada *Comunidad Organizada* uma sociedade ideal onde o Estado tutelaria as ações individuais dos cidadãos e as instituições que a sua vez colaborariam com aquele na procura da concretização de objetivos comuns. MARCILESE, José. “La sociedad civil y el primer peronismo. El fomentismo de Bahía Blanca y su lugar dentro de la comunidad organizada”, 2009. In <<http://nuevomundo.revues.org/57286>>, acessado dia 16/11/2015 às 09:25.

peronistas e de resistência ao crescimento político do peronismo como doutrina nacional (ROMERO, 2006; SPINELLI, 2013).

A bibliografia produzida a respeito do fim do segundo governo peronista (1952-1955) e do movimento que o derrocou frequentemente revisita uma das características mais contrastantes da frente que depôs Perón: a heterogeneidade dos setores que a conformaram. Tendo à frente as Forças Armadas, especialmente a Marinha, setores que historicamente não se encontrariam do mesmo lado compartilharam o apelo antiperonista. Entre comunistas e conservadores, nacionalistas e liberais, os anos peronistas haviam significado, de diferentes modos, o cerceamento de espaços e a construção de um regime fora das demandas políticas que embalaram o pós-guerra. A heterogeneidade da frente antiperonista (ROMERO, 2006, p. 125) que encaminhou e apoiou a Revolução Libertadora – golpe que depôs Perón em 1955 – foi espelho do descompasso crescente entre a superação da instabilidade econômica e a manutenção da estabilidade política. Após o golpe de 1930, tornou-se frequente na história política argentina uma espécie de incompatibilidade entre representação política e orientação econômica que fosse capaz de agregar diferentes setores, cindidos entre o liberalismo e o nacionalismo (e após 1955, entre peronistas e antiperonistas). Apesar de buscarem objetivos diferentes com a queda do regime peronista, alguns traços inegáveis do regime eram apontados como argumentos de coesão e caminhavam paralelamente com a valorização do conceito liberal de democracia no terreno do discurso ideológico do Ocidente: a denúncia da vocação e simpatia totalitária do regime e o autoritarismo (LUNA, 1973; ROMERO, 2006).

Em reação à assimilação e controle por parte do governo de diversos setores, a Igreja Católica, como organização civil, destacou-se como polo agregador da oposição que levou a cabo o golpe contra Perón. O fim do ensino religioso e a aprovação da Lei de Divórcio (1954), enfrentamento direto do governo peronista à Igreja Católica, setor que o havia apoiado em 1945, foi o estopim que permitiu a convergência desses setores em defesa da causa eclesiástica. Para Perón, esse embate significou o fim de seu regime e o caminho para o exílio.¹⁵

¹⁵ Após a Revolução Libertadora, Perón seguiu para o exílio no Paraguai, passando por Panamá, Venezuela, República Dominicana até se fixar em Madrid, onde obteve asilo político de Francisco Franco até seu retorno à Argentina em 1973.

a) *Por la reconstrucción nacional: a queda de Perón e a Revolução Libertadora (1955-1958).*

A deposição de Perón instaurou um clima político de apreensão e alívio no país. O que o fim do ciclo peronista teve de novo e não deixou entrever logo após seu término, ou o que a oposição não soube compreender, foi a divisão política e social que havia provocado, agregando outros atores sociais à arena política, e a completa reestruturação da dinâmica política centrada nos partidos tradicionais. Com o fim do regime peronista, o dia que ficou conhecido e foi comemorado como o *Día de la Libertad* inaugurou uma série de indefinições acerca do destino político da Argentina pós-Perón. Como proceder à reestruturação constitucional após dez anos de um governo de tendências totalitárias, recuperar o crescimento econômico e dismantelar o aparato social peronista foram algumas das incertezas que rondaram os apoiadores da Revolução Libertadora. Fraturados por estes desafios políticos, o debate posterior ao golpe revelou os imensos contrastes em diferentes tendências políticas a respeito da experiência peronista. E já nos primeiros momentos da Revolução Libertadora se anunciavam os traços conflituosos e frágeis que rondavam a frente antiperonista, em que o consenso sobre o futuro dava lugar às primeiras dissidências e reações.

Ao assumir o governo provisório, o general Eduardo Lonardi anunciou um governo onde “não havia vencedores, nem vencidos”. O tom conciliador assumido na primeira etapa da Libertadora, assentado na necessidade de paz social, não estipulava uma completa ruptura com o aparato peronista a fim de encaminhar o retorno constitucional pela via de integração destes – talvez mais pela essência do discurso do que por uma vontade política real. Nesse primeiro momento, o Partido Peronista (PP) ainda seguia legalizado e a *Confederación General del Trabajo* (CGT) teve sua orientação peronista mantida, porém a retórica pacificadora de Lonardi não encontrou espaço político propício para sua eficácia. A sociedade argentina estava fortemente marcada pelos últimos anos do regime de Perón e se via às sombras de acabar com os vestígios totalitários que caracterizavam o peronismo; a necessidade da *desperonização*¹⁶ era o pressuposto para qualquer tentativa de construção de um regime

¹⁶ Para alguns defensores da Revolução Libertadora, a experiência peronista havia sido de tal ordem autoritária que, para o processo de reconstrução nacional, era necessário, como condição, “extirpar” ideológica (com a proscrição do Partido) e fisicamente (com a eliminação de qualquer referência ao peronismo e às figuras de Perón e Evita sancionado pelo Decreto nº 4161/56) a presença pública do

democrático. Esperava-se que, expurgado o passado peronista, essa parcela da população que o havia apoiado retornaria ao campo político pela via dos partidos tradicionais. Esqueceu-se, porém, de que, antes de Perón, essa “massa” não tinha espaço na vida política, ela não participava de suas decisões e só ascendera ao cenário político pela via peronista. Lonardi partia de uma premissa ou expectativa de futuro que pouco se ancorava na realidade. O país estava definitivamente marcado pela herança peronista, especialmente os setores populares, e a complexidade desse novo cenário foi pautada pela incompreensão política em relação ao peronismo nesse primeiro momento da Revolução Libertadora:

Pues el problema básico que se presentaba al nuevo gobernante era que, en los hechos, había vencedores y había vencidos. Si grandes sectores vivían horas de euforia con el derrumbe del aborrecido régimen peronista, nadie podía ignorar que una gran parte del pueblo lloraba silenciosamente la caída de un hombre en quien veía la garantía de sus conquistas sociales y de la dignidad de vida conocida durante su gobierno. Y estos argentinos sentíanse derrotados, tanto como aquéllos se sentían triunfadores (LUNA, 1973, p. 97).

O que se propõe como “incompreensão política” em relação ao peronismo tem como ponto de partida o primeiro momento de euforia antiperonista que tomou diversos setores após a queda do regime. Como já salientado, na diversidade que compunha as fileiras antiperonistas também militavam universitários, comunistas, socialistas e intelectuais, setores historicamente mais vinculados com causas sociais e que, após a queda do regime, depararam com outra realidade social e política que os colocavam sob nova perspectiva. A constatação do peso que a figura política de Perón tinha para as massas populares e a progressiva identificação de que a arregimentação política dessa parcela da população passava majoritariamente pelo peronismo incidiu no processo que levou alas antiperonistas a se aproximarem ou até mesmo a se tornarem peronistas (ROMERO, 2006). O escritor Ernesto Sábato, que militou na frente antiperonista e recebeu com alívio a Revolução Libertadora, fez, em 1956, uma alusão interessante a respeito do impacto que sentiu ao perceber que aquilo que para ele foram os anos da demagogia repressora de Perón para os setores mais populares tinham sido anos de reconhecimento e conquistas sociais:

Aquella noche de septiembre de 1955, mientras los doctores, hacendados y escritores festejábamos ruidosamente en la sala la caída del tirano, en un rincón de la antecocina vi cómo las dos indias que allí trabajaban tenían los ojos empapados de lágrimas. Y aunque en todos aquellos años yo había

peronismo. Nesse sentido, a política da *desperonização*, como condição para o retorno constitucional, fundamentou em diferentes estamentos a política do Estado nesse período.

*meditado en la trágica dualidad que escindía al pueblo argentino, en ese momento se me apareció en su forma más conmovedora. Pues ¿qué más nítida caracterización del drama de nuestra patria que aquella doble escena casi ejemplar? Muchos millones de desposeídos y de trabajadores derramaban lágrimas en aquellos instantes, para ellos duros y sombríos. Grandes multitudes de compatriotas humildes estaban simbolizadas en aquellas dos muchachas indígenas que lloraban en una cocina de Salta.*¹⁷

Sábato evoca em seu texto *El otro rostro del peronismo* o que ele entendia como o divórcio entre intelectuais e as massas, o que esperavam do ideal de um operário consciente e o que encontraram nos *cabecitas negras* que seguiram a Perón. Intelectuais e partidos políticos pareciam descolados da realidade nacional e, pelo excesso de racionalidade como princípio único e legitimador dos “grandes” processos históricos, esqueciam-se de considerar seus traços mais característicos. Era necessário refletir o processo nacional fora dos modelos exógenos que deformavam a compreensão da realidade argentina e isso incluía, inegavelmente, pensar a esquerda pós-Perón:

Aun con las mejores intenciones, aquellos doctores de Buenos Aires, creyendo como creían en la supremacía absoluta de la civilización europea, intentaron sacrificar a las fuerzas oscuras, lucharon a sangre y fuego contra los Artigas, los López y los Facundos, sin advertir que aquellos poderosos caudillos tenían también parte de la verdad. Y que la visión concreta de su tierra, de sus montañas, de sus pueblos, les confería a veces la clarividencia que la razón pura raramente posee.

Nesse sentido, a tentativa de pacto social que Lonardi tentou empreender nos primeiros anos da Libertadora, que considerava a integração de um peronismo sem Perón – considerando que o problema estava mais na figura política de Perón do que no movimento que o envolveu –, não encontrou respaldo na sociedade civil. Tampouco entre aqueles que haviam aderido ao peronismo e agora lamentavam seu fim e o possível retrocesso em suas conquistas e menos ainda entre aqueles que haviam engrossado as fileiras da oposição durante o peronismo e conhecido seu lado repressor. O tom pacifista também não agradava aos militares. Dentro das Forças Armadas, a Marinha e a figura do contra-almirante Isaac F. Rojas foram emblemáticos da oposição aos peronistas junto à Aeronáutica, criada durante o governo peronista e que logo se alinhou às fileiras oposicionistas. Para o historiador David Rock (1995), a divisão que ocorreu no Exército pode ser basicamente explicada pelo excesso de politização por que as forças militares passaram nesse período, pelo aprofundamento das discordâncias internas entre liberais e nacionalistas e pela posição de cada setor em relação aos peronistas. Os oficiais de tendência liberal, conhecidos como *colorados*, enxergavam no

¹⁷ Ernesto Sábato, “El otro rostro del peronismo. Carta abierta a Mario Amadeo” (fragmento), s/ed., Buenos Aires, 1956.

peronismo um movimento pró-comunista e, portanto, um perigo para soberania nacional. Por outro lado, aqueles que ficaram identificados como *azules* assimilavam o feito peronista como parte integrante do processo nacional e viam a necessidade de este ser assimilado democraticamente.

Em novembro de 1955 assumiu a presidência o general Pedro Eugenio Aramburu, que empreendeu uma forte perseguição aos peronistas e a seus espaços políticos. A ascensão de Aramburu significou a consolidação do bloco antiperonista na condução da Revolução Libertadora e evidenciou o terreno conflituoso em que se desdobravam os debates acerca do peronismo (SPINELLI, 2013). Com o Partido Peronista já proscrito, em março de 1956 foi baixado o Decreto-lei nº 4161, de “Proibição de elementos de afirmação ideológica ou de propaganda peronista”, que afirmava em seu preâmbulo a necessidade última de *desperonização*:

*Que dichos objetos, que tuvieron por fin la difusión de una doctrina y una posición política que ofende el sentimiento democrático del pueblo argentino, constituyen para éste una afrenta que es imprescindible borrar, porque recuerdan una época de escarnio y de dolor para la población del país y su utilización es motivo de perturbación de la paz interna de la Nación y una rémora para la consolidación de la armonía entre los argentinos.*¹⁸
[grifo meu]

Os símbolos peronistas foram proibidos, as sedes de sindicatos e agremiações peronistas foram depredadas, dirigentes sindicais foram presos e funcionários públicos demitidos. Para pôr fim ao tom conciliador e à ideia de integração dos peronistas à vida política nacional, Aramburu interveio no único espaço de exercício político que ainda havia para o partido proscrito, a CGT. Se no início a vontade de conciliação nacional parecia uma retórica predominante para que se voltasse à legalidade institucional, a ascensão de Pedro Aramburu no mesmo ano à presidência mudou completamente o discurso oficial. Apesar da evidente heterogeneidade que conformou as exigências da oposição antiperonista, foi a partir da segunda etapa da Revolução Libertadora, com Aramburu na presidência, que a oposição antiperonista sofreu a ruptura mais visível. A revolução que depôs Perón sofria da ausência de um projeto político que suplantasse o peronismo. A repressão de Aramburu agravou e aprofundou a polarização em torno da questão peronista, colocando em pauta dentro da frente de oposição muito mais do que a escolha entre a consolidação democrática e a reorientação econômica e pautando também a maneira como os peronistas deveriam ser integrados nesse projeto de nação

¹⁸ Decreto-lei nº 4161, de 05 de março de 1956. Boletim Oficial de 9 de março de 1956. Presidente provisional da Argentina Pedro Eugenio Aramburu e Junta Militar.

ainda inexistente. Assim, a política repressora de Aramburu apresentou dois resultados principais: impulsionou a reorganização do movimento peronista conhecida como *La Resistencia*¹⁹ e evidenciou as divisões internas das fileiras antiperonistas, ao colocar em questão para alguns setores se deveriam ou não apoiar um regime que lançava mão dos mesmos mecanismos autoritários que o regime deposto. A partir desse momento a posição em relação ao peronismo passou a ser balizada entre *conciliadores* e *revanchistas* (SPINELLI, 2013, p. 34).

A questão que ganhou contornos mais nítidos com o passar da Revolução Libertadora foi a permanência do peronismo como força política. A proscrição do partido e o exílio do líder não significaram um reordenamento do campo político, no sentido de alcançar um equilíbrio teoricamente perdido com o golpe de 1943. Foi exatamente a capacidade do peronismo de surgir como uma força inovadora e alheia ao campo político tradicional que conferiu ao movimento seu elemento de perenidade. Reportando aos estudos sobre representação política do sociólogo francês Pierre Bourdieu (2002), Darío Marcor (2009, p. 4) analisou o processo de identificação peronista pela:

(...) afinidad existente – la empatía “natural” – entre los sectores socialmente poco integrados y las organizaciones políticas que aparecen como menos integradas a las tradiciones del campo político.

Deste modo, mesmo quando era poder hegemônico (1945-1955), o peronismo manteve sua condição originária de voz dissidente ao campo político por meio da construção de uma identidade peronista bem definida e garantiu a sobrevivência da lealdade de seus adeptos quando foi marginalizado da política em 1955.

A necessidade de normalização institucional e a urgência com que os demais partidos políticos exigiam uma saída eleitoral resultaram na convocação de plenárias, em 1957, a fim de encaminhar a Reforma Constitucional. Do exílio, Perón organizava sua frente de resistência e rede de enviados que foram essenciais na articulação do movimento peronista e, especialmente, na sua permanência como cabeça do movimento proscrito.²⁰ Não obstante, após 1955, o peronismo passou necessariamente por

¹⁹ Apesar de a bibliografia sobre o tema considerar que no primeiro momento os peronistas estavam desorganizados sem as orientações de Perón, Juan Carlos Cena, integrante da Resistência Peronista, afirma que, logo após a morte de Eva Perón (julho de 1952), já havia movimentações das frentes peronistas, especialmente das províncias do norte. Entrevista realizada em setembro de 2005, no marco de meio século da Revolução Libertadora in < <http://www.argenpress.info/2010/02/historia-de-la-resistencia-peronista.html>> acessado em 26 de fevereiro de 2015.

²⁰ No exílio, Juan D. Perón organizou uma rede de delegados pessoais que eram responsáveis por transmitir as diretrizes do general às forças políticas, gremiais e aos partidários do movimento peronista

diferentes reconfigurações que escapavam a Perón. A ascensão de alternativas como os *neoperonistas* que conclamavam o “peronismo sem Perón” e o papel de alguns sindicalistas peronistas dispostos a negociar com o regime golpista provocaram a recomendação do general para que o eleitorado peronista fosse às urnas em 1957 com os votos em branco. Além da demonstração de força para os antiperonistas pela recusa de participar em uma eleição em que o Partido Peronista estava proibido, servia para anular a dissidência interna que ameaçava a figura de Perón. Nesse ano os peronistas ficaram em segundo lugar em número de votos (brancos), em torno de 24%, atrás do candidato da União Cívica Radical do Povo (UCRP), facção dissidente da União Cívica Radical (UCR) que mais se alinhava à Revolução Libertadora.

Neste ponto é mister considerar o papel da UCR no cenário político argentino.²¹ Sendo um dos partidos mais tradicionais do quadro político do país, se identificava com os setores médios da sociedade e, após a proscricção do Partido Peronista, boa parte das expectativas de um retorno democrático e restabelecimento da ordem eram depositadas em suas fileiras. Não ficando de fora das interferências no rearranjo político argentino pós-1955, a UCR foi atingida internamente pelo debate acerca do peronismo e polarizada na fórmula já mencionada entre conciliadores e revanchistas. Na convenção do partido em Tucumán, em 1958, a eleição de Arturo Frondizi como candidato à presidência da nação consolidou a cisão interna e a estratégia que vinha se fortalecendo no seio do radicalismo:

Frondizi comprendía que ninguna solución trascendente podía darse en el país sin el apoyo o al menos el asentimiento de la clase trabajadora, mayoritariamente peronista según él suponía; los otros sectores estaban comprometidos, cada vez más hondamente, con el gobierno de la Revolución Libertadora y su decisión proscriptiva y cerradamente antiperonista (LUNA, 1973, p. 112).

Desse modo, a cisão do partido se tornou inevitável resultando em duas frentes radicais: a legenda UCR Intransigente (UCRI), de Arturo Frondizi, de cunho desenvolvimentista e disposta a negociar com os peronistas; e a UCR do Povo (UCRP),

na clandestinidade. Os delegados foram: John William Cooke (1957/1959), A. Campos (1961/1962), A. Iturbe (1962/1963), R. Matera (1963/1964), H. Vallalón (1964), A. Iturbe (1965), J. Antonio (1965), Isabel Perón (1965/1966), Bernardo Alberte (1966/1967), Jerónimo Remorino (1967/1968), Jorge Daniel Paladino (1968/1970) e Héctor José Cámpora (1970/1973).

²¹ A *Unión Cívica Radical* (UCR) é um partido político argentino fundado em 1891, cujo programa de sufrágio universal marcou a ideia de democracia participativa que se abriu ao final da década de oitenta do século XIX. É associado à corrente política conhecida como radicalismo e muito ligado à classe média argentina. Ver GALLO, Ezequiel; SIGAL, Sílvia. “La Formación de los Partidos Políticos Contemporáneos: La Unión Cívica Radical (1890-1916)”. *Desarrollo Económico*, pp. 173–230, 1963.

liderada por Ricardo Balbín, fiel à Revolução Libertadora e declaradamente antiperonista.

b) Saída da crise: O radicalismo como alternativa e *la generación traicionada*²² (1958-1962).

Enquanto a repressão ao movimento peronista marginalizava um expressivo grupo político e o exílio de Perón não significava necessariamente o fim de sua influência no contexto interno, o candidato da UCRI, Arturo Frondizi, se tornou uma alternativa interessante para muitos setores da sociedade argentina, já dividida pelo desafio peronista (ROMERO, 2006, p. 132). Mais do que extirpar o peronismo da vida pública, era preciso dismantelar seu aparato e traçar uma alternativa ao vazio político da herança peronista; na intenção de encaminhar este processo, o debate econômico ganhou destaque como tema central da política nacional acima das divergências políticas. Era preciso pacificar e, mais que uma saída política, era necessária uma saída econômica. Retomando a estratégia de Lonardi, a defesa da unidade nacional, ignoraram-se as divergências que imperavam a respeito do peronismo e deram a este um lugar legítimo:

En vistas del fracaso de este intento de desperonizar la política, desde las filas de la intransigencia, de los nacionalistas, del naciente desarrollismo y de algunos sectores de izquierda, se propuso la estrategia de un “frente nacional” (SPINELLI, 2013, p. 54).

Na tentativa de dissociar a dimensão política do processo econômico, Frondizi lançou mão das ideias desenvolvimentistas que movimentavam a América Latina ao final da década de cinquenta.²³ O pós-guerra trouxe expectativas quanto à possibilidade de outras formas de inserção internacional de países periféricos fora da divisão internacional do trabalho que até então justificava o destino agrário-exportador dos países latino-americanos. No plano internacional, a formulação teórica sobre as causas do subdesenvolvimento – tendo como grande laboratório a Comissão Econômica para América Latina e Caribe (CEPAL) da Organização das Nações Unidas – inseriu no discurso latino-americano a possibilidade de superação deste pela aceleração da

²² Nome de um artigo do historiador David Viñas publicada na revista *Marcha*, em 1959, a respeito da frustração com Frondizi. Citado por Terán (2013, p. 178).

²³ Ver: CARDOSO, Fernando Henrique. “As ideias e seu lugar: ensaios sobre as teorias do desenvolvimento”. Vozes, 1993 e MARINI, Ruy Mauro. “América Latina: dependência e integração”. Editora Brasil Urgente, 1992.

industrialização nas economias periféricas e criou outras prioridades, como a necessidade de modernização, em contraposição à resignação como economia primária que se consolidou como objetivo nacional. Desde a década de 1940, já se delineava a conformação teórica do desenvolvimentismo argentino, com a publicação por Rogelio Frigerio da revista *Qué Sucedió en Siete Días*, na qual a produção intelectual desse grupo destacava a relação intrínseca entre desenvolvimento e industrialização, sendo este o principal caminho de superação do subdesenvolvimento, fomentando a consequente discussão a respeito do papel do capital estrangeiro para o desenvolvimento nacional.²⁴ Com as convocações eleitorais de 1958 e a fragmentação progressiva da frente antiperonista após o fracasso de desperonização, além da incapacidade dos partidos legalizados de lidarem com a adesão popular ao peronismo, Perón assumiu com Frondizi um compromisso de apoio²⁵. No cenário político do pleito de 1958, a presença e favoritismo do candidato pela UCRP, Ricardo Balbín, representava para os peronistas a continuidade da Revolução Libertadora e o fechamento de uma saída política para os peronistas proscritos (ROMERO, 2008; SPPINELLI, 2013). A estratégia dos votos em branco foi abandonada em troca do apoio peronista a Frondizi, e estes esperavam do radical intransigente a possibilidade de retorno político. Mais do que isso, Frondizi significou para os setores não peronistas, aqueles desvinculados do antiperonismo nos primeiros anos da Revolução Libertadora e após a repressão desmedida de Aramburu, especialmente amplos setores da esquerda, uma alternativa política progressista e democrática (ROMERO, 2006, p. 131).

León Rozitchner, filósofo argentino e colaborador da revista literária *Contorno*²⁶, ao comentar sobre as expectativas da esquerda argentina a respeito de Frondizi,

²⁴ Sobre a influência que o núcleo formado ao redor da revista *Qué!* teve para a doutrina desenvolvimentista argentina, em entrevista, Rogelio Frigerio, destacou: “*Mire, la originalidad de nuestro gobierno es que cuando fuimos, no al gobierno, ya desde la campaña electoral, teníamos absolutamente todo estudiado y planteado. Ya ve la organicidad que tiene la campaña electoral y los veinte discursos de Frondizi. Todo se hizo en la revista ‘Qué’ y con el equipo de la revista ‘Qué’.*” In < <http://www.aaep.org.ar/anales/works/works1999/vercesi.pdf> > acessado dia 6 de novembro de 2014 às 21:55.

²⁵ Apesar de anos mais tarde Frondizi negar a existência do acordo, é possível considerar sua veracidade por meio dos relatos de John William Cooke, delegado de Perón, e a reação aberta dos peronistas após a traição do pacto: “*El Justicialismo, consciente de su razón y de su fuerza, sólo por consideraciones patrióticas intentó soluciones incruentas evitando todo acto de fuerza [...] Por esa causa, como medio de evitar la lucha armada, firmó un pacto con los que hoy han defraudado la fe pública. La traición de Frondizi al justicialismo ha sido también su traición al pueblo.*” Juan Perón, Ciudad Trujillo, janeiro de 1960 (BASCETTI, 1999).

²⁶ A revista *Contorno* apareceu em meados de 1953 como uma revista literária e após 1955 assumiu mais abertamente um discurso político. Em relação à experiência da revista *Contorno* nos anos pós-peronistas, Beatriz Sarlo (2007) observou que: “*Los artículos de Contorno hacen pensar en la noción de ‘izquierda antiliberal’ definida por Mario Amadeo – una izquierda que desaprobaba determinados aspectos del*

corroborar as esperanças depositadas no candidato como a solução pacífica para o conflito político e o caminho para a reestruturação econômica:

Frente al peronismo y al radicalismo, aparecería la Intransigencia de Frondizi como la única oposición nacional y democrática. Frondizi había escrito Petróleo y Política; era un hombre pensante y decidido. [...] Uno de los números [de Contorno] dedicamos justamente al frondizismo, antes que Frondizi asumiera la presidencia, en el cual yo hacía una crítica del socialismo de José Luis Romero, con quien por otra parte manteníamos una relación amistosa. Pero sobre todo también escribimos una crítica muy fuerte al frondizismo, cuyo desvío mostrábamos desde antes de las elecciones; pero al mismo tiempo señalábamos que había que correr el riesgo de votarlo como la única opción posible (TRÍMBOLI, 1998, p. 183).

Desse modo, a vitória de Frondizi em 1958 recebeu o apoio de diferentes frentes ansiosas pelo retorno constitucional e pela volta da normalidade política. A Revolução Libertadora dava por completa sua missão, e a escolha de um presidente civil selava a fase de instabilidade política. Entretanto, a vitória de Frondizi pela aproximação com os setores peronistas gerou receio, especialmente nas Forças Armadas, do retorno peronista ao cenário argentino. Sendo o voto peronista uma manifestação contra a Libertadora e não em favor do radicalismo intransigente (SPINELLI, 2013, p. 60), pode-se vislumbrar os limites da base de apoio que o alçou ao executivo nacional. Nesse sentido, o cenário político que se consolidou no final da década de cinquenta foi balizado pelo frágil apoio eleitoral – assentado no acordo peronista e na exagerada expectativa de outros setores da volta completa à normalidade (LUNA, 1973, p. 123) – e pelo projeto econômico desenvolvimentista, que lançou novas expectativas. Apesar do projeto econômico ser o grande trunfo de Frondizi na superação do impasse nacional, segundo Oscar Camilión (2000, p. 29), chefe de gabinete do Ministério das Relações Exteriores e Culto durante o governo radical, a extensão do debate político acerca da noção de desenvolvimento no período anterior às eleições de 1958 era pouco relevante:

Sin embargo, vale recordar que hacia el '58, la palabra desarrollo no tenía carta de ciudadanía todavía en la política argentina, ni como definición de movimiento político, ni como proyecto político, ni como conceptualización. El debate real sobre el que se llegó a la elección del año 1958 estuvo mayormente marcado por las actitudes políticas respecto del peronismo, más que por otra cosa.

No entanto, a mudança no cenário internacional com a Guerra Fria e a consolidação do bloco ocidental, do qual a Argentina se considerava parte, promoveram novas formas de inserção dos países latinos e abriram janelas de oportunidades para o

peronismo [...] pero veía en ese movimiento una 'forma cruda y primitiva pero eficaz de la lucha contra el imperialismo'. La apuesta política del grupo de Contorno al 'frondizismo' iba ligada a la esperanza de encontrarse con esas masas, ahora sin líder, por mediación de la Intransigencia radical."

desenvolvimento nacional (RAPOPORT, 2000). Ensejar o debate econômico no contexto de polarização política significou um grande desafio para o governo de Frondizi. Um país que fincou sua base econômica no crescimento voltado para dentro e de tradição nacionalista tinha como dilema o papel do capital estrangeiro na condução do plano de desenvolvimento nacional. Alçando como objetivo prioritário a industrialização, a questão que imperou foi qual seria a melhor forma de lidar com o capital estrangeiro e a inserção do país no contexto internacional marcado pela Guerra Fria e pela tradicional distância que o país manteve do conflito ideológico. A política externa argentina se orientou, assim como no caso brasileiro, a serviço de uma estratégia nacional de desenvolvimento econômico que encontrava respaldo no contexto regional e no crescente movimento de aproximação Sul-Sul, que se fortaleceu com a fase de flexibilização dos conflitos entre Estados Unidos e União Soviética. Até a Revolução Cubana, em 1959, o relativo desinteresse norte-americano pela América Latina e seu empenho em financiar a reconstrução no pós-guerra de outras áreas fora da América facilitaram o esforço de integração regional que, tendo o vazio do papel norte-americano no fluxo de investimento para o Sul, tendeu a se voltar para os países vizinhos, sendo essa época marcada pelo forte apelo ao diálogo regional, da qual a similaridade dos projetos desenvolvimentistas de Frondizi e Juscelino Kubitschek no Brasil são exemplos.

Entretanto, o projeto político e econômico de Frondizi caminhava sob terreno bastante incerto. Apesar da vitória eleitoral e do aparente retorno constitucional, as Forças Armadas, sempre receosas do avanço peronista, viam o presidente com bastante desconfiança, ainda mais considerando os primeiros passos que evidenciavam um possível acordo com os peronistas. Ao baixar, ainda em 1958, a *Lei de Anistia*, que liberava os presos políticos peronistas, e a *Lei de Associações Profissionais*, que devolvia o poder aos sindicatos peronistas, Frondizi criou grande descontentamento entre os militares. No ano seguinte, em 1959, a Revolução Cubana marcou uma virada importante para a América Latina.²⁷ Bem recebida por amplos setores, a defesa da ilha caribenha contra o imperialismo norte-americano a princípio foi acolhida pela

²⁷ Sobre o impacto da Revolução Cubana na Argentina, Oscar Terán (2013, p. 181) comentou que: “Si bien esta apertura de un nuevo curso de violentas transformaciones en Latinoamérica conectaba a la Argentina no por imaginaria menos eficazmente con las vastas luchas antiimperialistas y anticolonialistas de la pós-guerra, no habría que exagerar sin embargo la rapidez del impacto que el ingreso de los guerrilleros en La Habana, en enero de 1959, ejerció sobre la izquierda argentina, dadas las características imprecisas del proceso cubano en sus inicios, y además porque este último y la experiencia peronista van a circular durante un tiempo por carriles paralelos”.

“sensibilidade anti-imperialista” da opinião pública argentina (SPINELLI, 2013, p. 63). Com o desenrolar dos eventos e a aproximação de Fidel Castro ao bloco comunista, o apoio que Frondizi demonstrou contra a expulsão de Cuba da Organização dos Estados Americanos (OEA), durante a Reunião de Chanceleres em Punta del Este (1961), evidenciou um ponto de tensão entre o governo e as Forças Armadas. Ficou claro durante o governo intransigente a vocação de intervenção dos militares na vida política argentina. Durante seu mandato, que terminou com um golpe em 1962, Frondizi enfrentou por volta de trinta tentativas de golpe (LUNA, 1973, p. 124), além da crescente insatisfação popular, especialmente dos setores que o haviam apoiado, que se materializava em protestos e greves convocados principalmente por peronistas.

Nesse percurso, a fragilidade do apoio político que havia levado Frondizi à Casa Rosada evidenciou também a debilidade das condições políticas, internas e externas, para empreender naquele momento um projeto desenvolvimentista. Apesar da ampla vitória eleitoral, carecia o seu governo de base de governabilidade e de força política para lidar com os militares. Nesse sentido, é possível compreender a mudança radical na orientação política e econômica do governo frondizista a partir da década de sessenta, que emergiu à sombra da Revolução Cubana e da crescente ameaça de golpe interno. Já em 1959, Rogelio Frigerio foi substituído por Álvaro Alsogaray no Ministério da Economia. A reorientação econômica gerou grande insatisfação social, especialmente entre os trabalhadores. O chamado de greve, a ocupação de fábricas e a agitação social selaram definitivamente o final do pacto entre peronistas e governo e culminaram, em 1961, no *Plano Conintes* (Comoção Interna do Estado). O plano repressivo suspendia as garantias constitucionais dos cidadãos, autorizava a detenção de pessoas sem ordem judicial e criava zonas militares e subordinação das províncias ao poder central. A Argentina se via às voltas, mais uma vez, com a instabilidade política e com a incapacidade de lidar com suas contradições internas e com os efeitos de circunstâncias alheias ao processo nacional que a perturbavam profundamente.

O retorno ao cenário político do PP, em 1961, representou para Frondizi o lance final (ROMERO, 2006). Seguro da possibilidade de vitória eleitoral sobre o peronismo, Frondizi declarou a legalidade do partido para participar das eleições provinciais de 1962, sob o receio dos militares e prévio aviso de que, caso os peronistas vencessem as eleições, a intervenção seria uma realidade. Ganhando em dez das catorze províncias argentinas, o peronismo levou também a estratégica província de Buenos Aires com a

vitória de Andrés Framini. Para agravar a situação em relação aos militares, Alfredo Palacios, do Partido Socialista Argentino (PSA)²⁸, foi eleito senador por Buenos Aires no mesmo ano. Mesmo o presidente intervindo em oito províncias em que o peronismo havia triunfado, o golpe contra Frondizi não demorou. O presidente derrocado foi enviado à ilha Martín García e, no interregno para uma nova eleição, assumiu a presidência o então presidente do Senado, José Maria Guido.

O projeto desenvolvimentista de Frondizi e Frigerio, que surgiu como uma estratégia política de renovação e unidade nacional acima das divergências políticas que assolaram o cenário político argentino pós-Perón, ao final do seu mandato perdeu completamente essa função. Ao esbarrar no forte sentimento anti-imperialista da opinião pública argentina, que não via com bons olhos o papel do capital estrangeiro no impulso industrializador, e ao fracassar no manejo político com as diferentes forças que então compunham a arena política, Frondizi se viu acuado pelas Forças Armadas e pelas crescentes tentativas de intervenção militar. Como afirma Luiz Alberto Romero (2006, p. 33), o poder de Frondizi “era nitidamente precário”:

Os votos eram emprestados e a ruptura com Perón e seus seguidores uma possibilidade muito real. As forças Armadas não simpatizavam com quem havia rompido com o compromisso da proscricção, aproveitando-se dos votos peronistas, e desconfiavam tanto dos antecedentes esquerdistas de Frondizi, quanto de sua recente conversão ao capitalismo progressista. Os partidos políticos, pouco interessados na legalidade constitucional, não chegavam a formar uma rede de segurança para as instituições, e o próprio partido governista, dirigido pela Presidência, era incapaz de qualquer iniciativa autônoma (ROMERO, 2006, p. 133).

O signo da *desperonização*, que aglutinava diferentes setores no início da Revolução Libertadora (1955), não era mais o argumento de coesão predominante, porém a falta de abertura para o diálogo ainda era um entrave severo. A capacidade de manter o diálogo político fracassou em diferentes frentes, desde a dificuldade de associar o projeto desenvolvimentista ao quadro de referências históricas que sustentava o radicalismo –gerando embates internos – até a crescente deterioração das relações com os peronistas que o haviam apoiado. Mais uma vez, os militares assumem a tutela do país, tendo como fachada civil José Maria Guido. O golpe contra Frondizi não foi

²⁸ Desde o início de 1958, os socialistas estavam divididos em duas correntes políticas e ideológicas divergentes. Por um lado, o Partido Socialista Democrático (PSD), que assumiu a defesa do republicanismo e do antiperonismo radical; por outro, o Partido Socialista Argentino (PSA), que reivindicava a construção do socialismo e era influenciado pelos movimentos de Liberação do Terceiro Mundo e pela Revolução Cubana. E se aproximaram do peronismo, dando lugar ao que ficou conhecido como “nova esquerda”.

visto como mais uma interferência dos militares no processo civil; pelo contrário, foi recebido com certa apatia social diante de outro golpe de estado e consentimento dos demais partidos políticos (ROMERO, 2006; SPINELLI, 2013).

c) *El país necesita tranquilidad (1962-1966).*

O período da presidência de José Maria Guido (março de 1962) até a ascensão de Arturo Illia (UCRP) à presidência nas eleições de 1963 evidenciou as disputas políticas que rondavam as Forças Armadas. O pouco tempo que ocupou o poder até o chamado das eleições de 1963 foi o bastante para compreender mais abertamente o papel que os militares vinham exercendo no executivo nacional e, mais ainda, o grau de polarização política que os militares argentinos alcançaram nesse período. Ao analisar o período de consolidação das ditaduras militares na América Latina, nas décadas de sessenta e setenta, o cientista político Alain Rouquié (1982) destacou a missão política que os militares latino-americanos tomaram para si no que ele denominou de *repúblicas pretorianas*²⁹. O grau de politização militar, em que tendências políticas e econômicas suplantavam o papel tradicional dos militares na vida civil da nação, fez com que os Exércitos se constituíssem em “verdadeiras forças políticas” que não intervinham “como *ultima ratio* ou em condições excepcionais, mas como ‘partido militar’, para fazer com que triunfe, através da força, a política que a opinião pública não escolheu” (ROUQUIÉ, 1982, p. 323).

Com o peronismo novamente proibido, as eleições presidenciais celebradas em 7 de julho de 1963, que pela primeira vez adotou o sistema de representação proporcional³⁰, teve como resultado a vitória do candidato da UCRP, Arturo Illia, com 25,2% dos votos. Em segundo lugar, a UCRI, com 16,5%. E, em terceiro a *Unión del Pueblo Argentino* (UDELPA)³¹, com 7,5% dos sufrágios. Os votos em branco, votos

²⁹ A respeito deste debate é importante salientar a crítica atual que existe à tese do *pretorianismo*, que liga as ações das ditaduras apenas à estrutura militar. Considera-se que a participação da sociedade civil foi mais abrangente e significativa para o golpe e manutenção da ditadura. Ver AARÃO REIS, Daniel. “Ditadura e democracia no Brasil”. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

³⁰ Sistema eleitoral no qual a proporção de cadeiras parlamentares ocupadas por cada partido é diretamente determinada pela proporção de votos obtidos, normalmente baseado em lista de partidos.

³¹ *Unión del Pueblo Argentino*, conhecido como UDELPA, partido de centro antiperonista, fundado em 1962, por Pedro Eugenio Aramburu, que se lançou candidato à presidência nas eleições de 1963.

peronistas sob a orientação de Perón, representaram 20% do eleitorado votante do país (SPINELLI, 2013, p. 100). A escolha do sistema proporcional colocou a vitória de Illia sob uma base bastante frágil em sentido de apoio político. O eleitorado que apoiou Illia era composto, além dos votos que o radicalismo do povo manteve com seu eleitorado cativo (radicais antiperonistas), da divisão da frente peronista. As novas condições políticas, mais de dez anos após a queda de Perón, colocavam o peronismo sob intensas reformulações (DAWYD, 2001). Nesse sentido, é interessante notar a capacidade de releitura que o movimento se permitiu ao longo dos anos e as transformações no comportamento político do militante peronista. Sob as orientações de Perón em Madrid, o voto em branco foi mais uma vez a escolha de representação oficial; em contrapartida, diante da situação eleitoral, uma parcela peronista decidiu pelo voto em Illia. A frustração com a experiência frondizista, associada ao temor de retorno de um candidato antiperonista como Aramburu à presidência do país (pela UDELPA), dividiu o eleitorado e evidenciou uma atitude política mais ligada à realidade política nacional e menos condicionada pela relação personalista. A vitória de Illia se beneficiou da fragmentação das forças políticas, facilitada pelo critério proporcional, e teve como desafio governar sem uma base compromissada. Apesar de sua política econômica mais afinada com a opinião pública, especialmente nos casos relacionados à suspensão dos contratos de petróleo assinados durante o governo de Frondizi, acabou sendo alvo de fortes críticas.

Na análise mais frequente do período de Arturo Illia, o fatalismo de seu fracasso poderia ser visto desde as condições de sua vitória. Para Félix Luna (1973, p. 183), a respeito do golpe contra Illia, em 1966: “[...] *la naturaleza misma del radicalismo del Pueblo, la modalidad personal del presidente, las condiciones en que vivía el país imponían la fatalidad del hecho*”. Percorrendo a historiografia sobre o tema, a figura de Arturo Illia é representada como um político ineficaz, lento nas decisões políticas e irrealista quanto ao manejo político. Entretanto, a partir da releitura desse processo histórico, especialmente pela análise empreendida pelo historiador argentino César Tcach (2006) em seu livro *Arturo Illia: un sueño breve*, pode-se considerar que o projeto político levado a cabo por Illia, de valorização da experiência democrática, estava em descompasso com as expectativas políticas de outros setores que paulatinamente esvaziavam o conceito de democracia como um valor a ser defendido.

Com essa releitura, pode-se ver em Illia um político que, dentro de uma realidade política e social desmantelada – pelo impasse na resolução do problema peronista, frustração com a experiência democrática de Frondizi, instabilidade econômica crônica e crescente ameaça de avanço comunista –, tentou levar adiante o projeto democrático de diálogo e de negociação de diferentes forças políticas, inclusive peronista, em uma espécie de estilo político não conflitivo (SPINELLI, 2013, p. 112). No entanto, essa posição de respeito extremo aos princípios democráticos era considerada falta de autoridade política e ineficácia pelos demais atores políticos que estavam mais dispostos a liquidar o peronismo do cenário político e viam como abertura ao comunismo esse zelo legalista.

É importante considerar o processo de desvalorização do conceito de democracia pela sociedade argentina em diferentes frentes, o que justifica a oposição de vários setores, à esquerda e à direita, a Illia e o posterior apoio ao golpe militar em 1966. Por um lado, a experiência do comunismo cubano na América abriu uma frente perigosa ao incentivar a possibilidade de outra forma de organização política, econômica e social dentro do mundo capitalista ocidental representado pelos EUA e o conflito ideológico dos anos da Guerra Fria (TERÁN, 2013). O crescimento da ideia de segurança continental, fortemente incentivada pelos EUA, tendo sua forma econômica materializada no programa da *Aliança para o Progresso* (1961) e das *fronteiras ideológicas*, já havia levado o Brasil a um golpe militar em 1964 e era crescente nas fileiras militares e mais conservadoras da classe média argentina:

[...] a “doutrina das fronteiras ideológicas”, que, em cada país, dividia os partidários de valores ocidentais e cristãos daqueles que queriam subvertê-los. Entre esses valores essenciais não estava o sistema democrático, que fora bandeira dos militares após 1955, o que revelava uma mudança não apenas interna, mas internacional [...] Nesse discurso renovado das Forças Armadas, que não se mostravam ansiosas para retirar dele corolários óbvios, a democracia começava a surgir como um lastro para a segurança. Sob essa perspectiva também o seria, por fim, para a modernização econômica, que necessitava de eficiência e autoridade³² (ROMERO, 2006, p. 143).

Por outro lado, a reelaboração da ideia de democracia, tida como um valor liberal e burguês pela esquerda, e a possibilidade de alcançar o poder pela via armada, como foi o caso cubano, abriam a esquerda para a crítica do projeto constitucional de

³² Entre 1963 e 1964 ocorreu na província de Salta, fronteira com a Bolívia, um levante guevarista liderado pelo *Ejército Guerrillero del Pueblo*, comandado por Jorge Masetti, fundador e primeiro editor da agência de notícias cubana *Prensa Latina*. O levante foi sufocado pelo exército e muitos integrantes morreram na selva. O levante representou o alcance do engajamento político que alcançou o país neste contexto.

Illia como burguês e conservador (ROMERO, 2006). Dentro de um momento de frustração interna pela via democrática e de endurecimento dos conflitos ideológicos no contexto internacional, o plano constitucional do presidente afundou no caos social e político.

Na imprensa argentina, diários como *La Nación*, *La Prensa* e *La Razón*, entre outros de grande envergadura, tiveram papel fundamental para trilhar o golpe que derrubou Illia. Representado frequentemente como uma tartaruga nas inúmeras críticas que se dirigiam ao presidente, Illia foi associado à ineficácia política. A oposição dispersa em diferentes setores, dos militares aos peronistas, reiterava essa imagem de lentidão administrativa, de medidas paliativas e pouco embate político. Associado à pressão da imprensa, em 1964, o Plano de Lutas de ocupação e tomada de fábricas deflagrado pela CGT criou a condição de desordem social que acabou sendo um grande golpe contra o radical do povo. A *Operação Retorno*, plano de trazer Perón de volta à Argentina, colocou também os militares sob alerta, porém não teve impacto maior devido à interferência da ditadura brasileira, que enviou Perón de volta à Madrid, após o pouso no Rio de Janeiro (ROMERO, 2006). Nesse acumulado de situações extremas, agregando a isso a necessidade de lidar com o estancamento econômico e a perda de esperança desde a queda de Perón com as tentativas de um retorno constitucional, a fórmula para o descrédito de Illia acabou com sua saída forçada pelos militares, que invadiram a Casa Rosada pela noite exigindo a renúncia do presidente.

1.2 Revolução Argentina: O recrudescimento da ditadura e a Doutrina de Segurança Nacional.

Em junho de 1966, foi anunciada pela Junta Revolucionária uma “nova etapa nacional”, autodenominada Revolução Argentina. Recebida com alívio por amplos setores da sociedade civil, o que diferenciou a Revolução Argentina de outros golpes contra a democracia no país foi estar disposta a ser a principal força motriz da reorganização nacional e não apenas um mecanismo de transição para outro governo civil. Ao anunciar que a revolução “tinha objetivos e não prazos”, o general Juan Carlos Onganía consolidou outra projeção do poder militar na vida pública, que já vinha se encaminhando com o forte protagonismo militar no jogo político, muitas vezes respaldado pela opinião pública. Comprometendo-se com o *Estatuto da Revolução*,

estatuto jurídico imposto pela junta militar e que vigoraria até 1973, Onganía assumiu a presidência e dissolveu todos partidos políticos existentes, além de proibir a formação de novas organizações desta natureza³³. O governo militar abriu, dessa forma, um período de crise institucional permanente e de descrença generalizada na atuação de organizações partidárias como legítimas representantes dos interesses nacionais, colocando os demais partidos políticos argentinos na ilegalidade, antes destinada apenas ao peronismo. Indo ao encontro com a crescente sensação de incompatibilidade entre a dinâmica do jogo democrático e a necessidade urgente de alavancar a economia, o golpe contra Illia teve uma recepção positiva na sociedade.³⁴

O argumento que respaldou a Revolução Argentina – em que a dissolução dos partidos políticos não seria apenas uma medida de impacto, mas uma medida de longo prazo – demonstra até que ponto o desinteresse pelo modelo democrático atingiu a sociedade. Os partidos, segundo o Estatuto da Revolução, eram vistos como mecanismos de fragmentação política em que os interesses particulares de cada facção representavam um perigo para a unidade nacional e, logo, um fator do atraso econômico:

*Para ello [la transformación y modernización] era indispensable eliminar la falacia de una legalidad formal y estéril bajo cuyo amparo se ejecutó una política de división y enfrentamiento que hizo ilusoria la posibilidad del esfuerzo conjunto.*³⁵

Suplantadas as divisões políticas, o Estado militar assumiu a condução nacional e, nos primeiros meses, demonstrou em quais condições funcionaria o jogo político a partir desse momento. Duas medidas principais foram representativas dessa nova “etapa revolucionária”: a repressão contra alunos e professores na *Universidad de Buenos Aires*, conhecida como *La noche de los bastones largos*, que em sua dimensão política já evidenciava usos repressivos do Estado autoritário; e o fechamento forçado de engenhos na província de Tucumán a fim de racionalizar e diversificar a economia açucareira da região, o que levou a intensos protestos dos trabalhadores e que, em sua

³³ Quarto decreto da Junta Revolucionária (1966) “Art.1º - Dissolvem-se todos os partidos políticos no âmbito nacional, provincial e municipal em todo o território da República”. Lei 16.894, de julho de 1966. “Art. 1º - Fica proibida, em todo o território nacional, a existência de associação de pessoas, que constituam partidos políticos, sejam quais forem a forma ou o modo de atuação que adotem”.

³⁴ “*Con frecuencia, una regularidad toscamente sincronizada vinculaba la conducta de la economía y el fluir cíclico de la política; a medida que la economía oscilaba, los regímenes se sucedían. El progreso económico se reveló repetidamente incompatible con el gobierno representativo*” (ROCK, 1994, p. 398).

³⁵ Mensagem da Revolução Argentina retirada de uma reportagem da revista *Primera Plana* de 30 de junho de 1966 – ano IV.

dimensão econômica, sinalizava o caminho autoritário das políticas liberais do ministro da economia Krieger Vasena³⁶.

Estas medidas insertaban a Tucumán en la política económica que a nivel nacional había diseñado el nuevo bloque de poder, cuyos objetivos eran suprimir las causas de la puja política y social que desde 1955 habían obstruido los intentos por desarmar el modelo de desarrollo consolidado por Perón y sentar las bases de una reconversión económica de fondo asentada en la promoción de los sectores más eficientes y dinámicos de la economía, particularmente los ligados al capital transnacional (RAMÍREZ, 2008).

Como mecanismo de interpretação, é importante considerar alguns aspectos da bibliografia sobre o tema que consolidou um instrumental analítico frequentemente utilizado para o estudo das ditaduras latino-americanas das décadas de sessenta e setenta. O clássico estudo de Guillermo O'Donnell *El Estado Burocrático Autoritário* (1982) conformou o conceito de regimes militares, que, nas sociedades com economias complexas da América do Sul, se consolidaram como protagonistas políticos a fim de aprofundar o processo de industrialização por substituição de importações e de acelerar a inserção desses países no capitalismo internacional. Estes regimes se conformaram de forma burocrática, relembrando a ideia de Rouquié (1982) sobre *partidos militares*, e autoritária, lançando mão dos usos repressivos para encaminhar o projeto nacional. Apesar das revisões já propostas ao conceito de O'Donnell, inclusive pelo próprio autor, pelas particularidades que alguns desses processos têm e que não se encaixam perfeitamente nas características descritas como modelos de burocracias autoritárias, é relevante a definição inovadora de que na América Latina parece ter-se revestido o modelo clássico de ditaduras. Mais que forças de segurança nacional, no contexto latino-americano das décadas de sessenta e setenta, estas se sustentavam e desempenhavam funções burocráticas e se tornaram as principais promotoras do desenvolvimento nacional. Na maioria dos casos - podemos citar Brasil e Argentina - esse modelo autoritário modernizador foi a fórmula para a radicalização política do período, que evidenciava a tensão entre o cerceamento dos espaços políticos pela ditadura e a tensão existente entre o projeto liberal desenvolvimentista e outros projetos de nação vinculados aos movimentos de liberação.

É mister considerar nesses anos a lógica adotada pelos militares, que, em consonância com o contexto internacional, associavam o projeto desenvolvimentista a uma das frentes contra o comunismo – pode-se pensar também contra o peronismo, já

³⁶ Incluía a “[...] sobredevaluación compensada del peso del orden del 40%, incentivos fiscales para inversores en áreas industriales, medidas fiscales y de racionalización en el sector público y el congelamiento de los convenios colectivos durante dos años” (RAPOPORT, 2000, p. 641).

que este se associava às classes mais populares – de modo que o progresso da nação eliminaria as brechas para a expansão comunista:

Por cierto, los militares “desarrollistas” que actuaron durante los gobiernos de la Revolución Argentina manejaron un concepto de “desarrollo” que iba más allá del mero desarrollo socioeconómico. [...] política de desarrollo y política de seguridad eran conceptos interdependientes que formaban parte de la política nacional (ESCUDE; CISNEROS, 2000, p. 21).

Foram criadas nesses anos duas estruturas administrativas que materializavam essa relação intrínseca, no contexto argentino do golpe de 1966, entre segurança e desenvolvimento: o *Consejo Nacional de Seguridad* (CONASE) e o *Consejo Nacional del Desarrollo* (CONADE). A lei 16.970/66, que estabelecia as bases para a preservação da segurança nacional necessária ao desenvolvimento do país e que instituiu os conselhos sob a ordem direta do presidente, afirmava que o CONASE deveria “coordenar sua ação com o Conselho Nacional de Desenvolvimento, a fim de harmonizar os respectivos planos” e teria a “finalidade de assegurar a mais estreita coordenação das medidas de segurança com as de desenvolvimento”.³⁷ O crescimento do país era mais do que uma meta econômica e se relacionava à noção de segurança nacional. Para isso, o uso de políticas econômicas não populares, inclusive entre setores médios que ainda se identificavam fortemente com o nacionalismo, e de endurecimento com organizações sindicais foram pontos de tensões que evidenciavam a fragilidade de um projeto sem respaldo político.

Nesse ínterim, o agravamento do modelo repressivo e a falta de expectativas quanto a um retorno constitucional – Onganía chegava a cogitar que a ditadura durasse vinte anos – provocaram fortes tensões no contexto interno, especialmente nos meios universitários e entre os trabalhadores. Em 1968, a CGT foi dividida por motivos políticos em duas facções que representavam o grau de fragmentação que o movimento peronista sofreu nesses anos e o aprofundamento da radicalização de suas fileiras, que culminaram nos movimentos armados que tomaram maior proeminência na década de setenta. Desde o fechamento dos engenhos de Tucumán (setembro de 1966), observa-se uma convergência maior entre radicalização e protesto social e o uso de recursos de ação direta e de enfrentamentos contra as forças hegemônicas, como greves gerais e ocupações de fábricas, inclusive com reféns (RAMÍREZ, 2008). Entre os estudantes, o marco de racionalização econômica do ministro Vasena alcançou os refeitórios

³⁷ Documento da Presidência da República do Brasil, Serviço Nacional de Informação. A “*Ley de defensa nacional argentina*”, de 1966. Acessado em 05 de novembro de 2014 às 23:20. In <<http://www.memoriasreveladas.arquivonacional.gov.br/Media/X9/BRANRIOX90TAI210.pdf>>.

universitários da *Universidad de Corrientes*, que, arrendados para empresas privadas, provocaram o aumento dos preços. Nos protestos realizados, um estudante foi morto pela polícia. A partir desse evento, greves estudantis se espalharam pelas províncias, especialmente em Rosário (*Rosariazo*) e em Córdoba. Nesta cidade, em maio de 1969, um protesto de sindicatos contra o fim do sábado inglês significou uma virada fundamental para o movimento sindical e peronista, além da manifestação mais contundente do descontentamento social diante das medidas liberais e autoritárias do governo central (BRENNAN; GORDILLO, 2008). O *Cordobazo*, protesto organizado por sindicatos das indústrias automotrizes (FIAT e RENAULT), mobilizou, além dos trabalhadores, o apoio de estudantes universitários, que também se organizaram e marcharam junto com os operários. Durante o dia de protesto, um estudante foi assassinado pelas forças repressivas, o que desencadeou um protesto violento e combativo. Recebendo apoio da população local, os protestantes levantaram barricadas e tomaram a cidade de Córdoba por quase 24 horas, impedindo a entrada dos militares e o controle da ordem por parte do governo. Sem conseguir superar o desgaste econômico e barrar a escalada de violência³⁸ que se seguiu ao *Cordobazo* (GORDILLO, 2001), Onganía foi deposto pela Junta Militar em junho de 1970 e, em seu lugar, assumiu o general Roberto M. Levingston.

A necessidade de uma saída política se tornou iminente, e o descrédito da política corporativista de Onganía reforçou o insucesso dessa estratégia. Em 1970, vários partidos assinaram o documento *La Hora del Pueblo*, no qual concordavam em acabar com as proscricções eleitorais e assegurar no futuro o respeito às minorias e às normas constitucionais (ROMERO, 2006, p. 177). Entre eles estava o delegado pessoal de Perón, Jorge Daniel Paladino, e demais partidos que selaram pela primeira vez um canal de negociação – só propiciado pela experiência da ditadura mais recrudescida – entre peronismo e demais grupos políticos que até então tinham engrossado as fileiras antiperonistas. A resistência em retomar o sistema representativo e a falta de capacidade de negociação e controle das forças políticas em questão, nesse momento incluídas as guerrilhas armadas, levaram Levingston a ser substituído pelo general Lanusse, logo após mais um protesto em Córdoba, o *Viborazo*.

³⁸ Além dos enfrentamentos em protestos de rua, os assassinatos do líder sindical Augusto T. Vador, em 1969, na sede da *Unión Obrera Metalurgica* (UOM), associada a CGTA, e o assassinato do ex-presidente Pedro E. Aramburu pelos *Montoneros* foram emblemáticos da violência que se seguiu com as organizações radicalizadas peronistas e de esquerda. Segundo Guillermo O'Donnell (1996) no ano de 1970 se registraram 116 greves, 140 manifestações de rua e 443 ações de violência armada.

O *Cordobazo* significou o descrédito de Onganía e foi, talvez, o evento que evidenciou a reconfiguração das identidades políticas e o ensaio mais radicalizado de diferentes frentes (GORDILLO, 2001; DAWYD, 2011). Do lado peronista, o enfrentamento interno cindido entre setores chamados *vandoristas* – em alusão ao líder sindical Augusto T. Vandor, que era acusado de compactuar com o regime de Onganía – e o setor *combativo* representou o embate entre o sindicalismo burocratizado e uma geração de trabalhadores que cresceu e se conformou politicamente na época do peronismo proscrito. O contexto político e cultural dos anos sessenta e setenta também influenciou fortemente a visão de mundo que a juventude de classe média, a camada que predominantemente aderiu à radicalização política desses anos, tinha como expectativa de futuro e os meios para alcançá-lo. Em contrapartida, o crescimento dos protestos e o aparecimento de guerrilhas de esquerda³⁹ alertaram outra parcela da sociedade que temia o avanço comunista e o retorno peronista a se organizar e agir pela violência. A escalada violenta desses anos transformou a Argentina no exemplo manifesto do caos social e da falta de um consenso político que acompanhasse as expectativas de diferentes setores. O resultado trágico desse impasse, ou de uma “nação em ponto morto” (ROCK, 1995)⁴⁰, seria a instauração de mais uma ditadura, em março de 1976, o *Proceso de Reorganización Nacional*.

³⁹ Em meados de 1970, surgiu o *Ejército Revolucionario del Pueblo* (ERP), guerrilha liderada por Mario Roberto Santucho, de vertente marxista e não peronista, que tinha como objetivo a revolução socialista na Argentina. O movimento chegou a integrar *La Junta de Coordinación Revolucionaria*, organização internacionalista de colaboração entre distintos movimentos de esquerda, na qual também integravam os *Tupamaros* do Uruguai, o *Movimiento de Izquierda Revolucionaria* (MIR) do Chile e o *Ejército de Liberación Nacional* da Bolívia.

⁴⁰ Vários autores concordam com a tese de que após a Revolução Libertadora o país teria entrado em uma espécie de impasse, um bloqueio recíproco entre as principais forças sociais e políticas da sociedade argentina que contribuiu para a instabilidade política. Entre eles pode-se citar os trabalhos de PORTANTIERO, Juan Carlos. “Economía y política en la crisis argentina”. Revista Mexicana de Sociología, 1977; O’DONNELL, Guillermo. “Estado y Alianzas en la Argentina”. Revista Desarrollo Económico, vol. 16, N° 64, 1977; HALPERÍN DONGHI, Tulio. “La larga agonía de la Argentina peronista”. Bs. As.: Ariel, 1994.

Capítulo 2

Los que trabajan: A dinâmica das diferenciações políticas no seio do movimento.

Cada contexto histórico gera condições para o surgimento de atores mobilizadores que atuam nas relações sociais de seu tempo e condicionam suas identidades políticas a partir da relação complexa com seu meio. Em certos períodos, estes atores sobressaem no cenário nacional com um protagonismo particular (GORDILLO; BRENNAN, 2008) em que entender a dinâmica de certos eventos exige, necessariamente, conhecer o lugar ocupado por determinados atores e seu peso nos processos históricos. Na Argentina, um ator que foi essencial para os acontecimentos políticos e sociais no século XX emergiu à cena política em meados da década de quarenta com a conformação do peronismo. Desde a ascensão da classe trabalhadora no cenário interno como ator mobilizador e especialmente da atuação desta classe durante os anos de proibição do peronismo, nenhum evento interno pôde ser considerado sem compreender o perfil político e os posicionamentos, em diferentes momentos da história, dos trabalhadores (GORDILLO; BRENNAN, 2008; SOTELO, 2012; DAWYD, 2012). A classe trabalhadora e sua face institucional, os sindicatos, conformaram nesses anos um dos *factores de poder* (DONGHI, 2006) que canalizavam as atividades políticas e representavam um peso importante para o contexto interno⁴¹.

⁴¹ Para Dongui (2006, p.46) os *factores de poder* eram os atores sociopolíticos relevantes que iam desde as Forças Armadas à Igreja, passando pelos grupos empresariais e sindicais. Com a restrição da participação política, especialmente após 1966 com a proibição dos aparatos partidários, as atividades políticas eram canalizadas por esses blocos de poder que se conformavam como espaços de atuação. Para Cavarozzi

Para compreender este papel, buscou-se traçar adiante o processo que levou à emergência política dos trabalhadores com a identificação ao peronismo, procurando analisar as diferentes interpretações dadas a este fenômeno e situando-o na dinâmica do sindicalismo argentino anterior a Perón. Também buscou compreender, após a Revolução Libertadora (1955), o processo que levou a CGT a se tornar a coluna vertebral do peronismo proscrito e seu lugar de expressão política. Além do impacto da Revolução Argentina (1966) para a radicalização política do movimento trabalhista e sua consequente divisão, em 1968, em duas centrais distintas que agrupavam diferentes vertentes políticas do sindicalismo peronista.

2.1 Peronismo e a emergência política dos trabalhadores.

Para compreender a construção da identidade política que caracterizou o movimento operário organizado a partir da inflexão que representou o golpe de 1966, faz-se necessário rever os antecedentes e condicionantes dessa experiência nos aspectos históricos da organização sindical. No empenho de identificar elementos que conformaram a trajetória do sindicalismo argentino e as abordagens que analisaram sua consequente reorientação no contexto mais duro da ditadura de Onganía a um perfil mais combativo, busca-se identificar aspectos constitutivos da identidade política trabalhista do país e os aportes que o peronismo e o contexto da ditadura de 1966 deram a essa experiência.

Analisar a transformação pela qual passou a Argentina no começo da década de quarenta, a partir do processo de modernização, evidencia aspectos fundamentais na compreensão da formação do perfil político do operariado argentino. É necessário considerar o papel do país no contexto internacional e as transformações estruturais, em termos econômicos e sociais, que ocorreram a partir do processo de industrialização. A transição de uma economia essencialmente agrária, que inclusive vinculou aspectos de identidade nacional e posição na economia internacional a partir dessa vocação, para uma economia industrial acompanhou um processo mais amplo de reavaliação dos papéis internacionais dos países periféricos e acrescentou novos elementos na conformação social da massa urbana argentina (ROMERO, 2006, p. 68).

(1983), a frequente restrição da participação política após 1955 fortaleceu canais não-institucionais de participação definido pelo autor como uma espécie de *parlamentarismo negro*.

O golpe conservador que depôs o presidente radical Hipólito Yrigoyen, em 1930, inaugurou o período que ficou conhecido posteriormente na história política argentina sob a alcunha de *década infame*⁴², merecida pelas denúncias de corrupção, fraude, entrega do país ao capital estrangeiro e deterioração das instituições democráticas. O golpe contra o presidente Yrigoyen abriu o que Alain Rouquié (1982) assinalou como o início de uma “cultura política legitimadora da intervenção dos militares” no poder civil na Argentina; de 1930 até 1983, fim da última ditadura militar, o cenário político do país só havia contado com presidentes militares ou civis respaldados pelas Forças Armadas. O autor assinalava também o surgimento do que ele denominou *ejércitos modernizados* a partir da década de 1930, ditaduras que tentaram introduzir reformas dentro do contexto de conflito social e que acabaram se tornando os principais agentes políticos, em diferentes países latino-americanos, dos projetos de industrialização nacional. Para este impulso industrializante na América Latina, podemos colocar como marco determinante para seu desenvolvimento a crise do capitalismo mundial de 1929 e a posterior reestruturação da ordem econômica global (DONGHI, 1975, p. 253).

A etapa da *economia primária exportadora* (FERRER, 2004), que teve seu auge e estímulo nas últimas décadas do século XIX e começo do século XX, mostrou no final da década de vinte que o crescimento sem limites fantasiado pelas elites agrárias de 1890 dava sinais de esgotamento. Até então, a ideia predominante no comércio internacional das *vantagens comparativas* entre as economias industrializadas do Norte e as economias agroexportadoras do Sul tinha pautado a inserção internacional de países da América Latina na sua posição “natural” de provedores de matérias-primas dificultando, inclusive, um debate interno consistente que reconsiderasse essa posição e um projeto de nação baseado em outros alicerces⁴³. O contexto entre as duas grandes guerras mundiais e o impacto que foi para o sistema capitalista mundial o choque de sua primeira crise, em 1929, significou uma mudança substancial nos papéis tradicionais desempenhados até então pelos países no concerto internacional e, logo, alterou a lógica interna referente às elites econômicas com seus respectivos impactos políticos.

⁴² Sobre esse período José Luiz Beired (1996, p. 51) observou que “Os conservadores chegaram a fazer uma apologia da chamada ‘fraude patriótica’, por eles praticada para o ‘bem do país’, ao mesmo tempo que atacavam a ‘fraude nociva’, exercitada pelos adversários”.

⁴³ É importante considerar que tanto para as elites agrárias quanto para a própria massa de trabalhadores argentinos não havia um questionamento real do modelo agroexportador; essa relação é perturbada com a crise de 1929 e a reestruturação da ordem global após a Segunda Guerra Mundial (DONGHI, 2013).

Apesar da manutenção do modelo agroexportador na Argentina (*Pacto Rocca-Runciman*⁴⁴), a tentativa de transição para uma economia industrializada teve como base de desenvolvimento o modelo de industrialização por substituição de importações (ISI), teoria econômica que alicerçou o processo de industrialização nos demais países da América Latina, sendo uma medida que refletia o impacto mais evidente dos efeitos da crise mundial nas economias latino-americanas⁴⁵ obrigadas a produzir o que até então importavam dos países centrais. Sendo um modelo voltado para dentro e de forte intervenção estatal como motor fundamental para incrementar o avanço industrial em países periféricos, esse modelo representou um salto qualitativo na expansão industrial que havia dado os primeiros passos no começo do século XX na Argentina. Considerando os dados referentes ao período, David Rock (1996), ao assinalar o impacto do crescimento industrial, ressaltou os saltos numéricos a partir da Primeira Guerra Mundial até as eleições de Perón em 1946:

*El censo de 1914 registraba unos 383.000 obreros industriales; en 1935 el número había subido a 544.000, en 1941 a alrededor de 830.000, y en 1946 a más de un millón. Análogamente, el número de firmas industriales creció de menos de 41.000 en 1935 a más de 57.000 en 1940, y a alrededor de 86.000 en 1946.*⁴⁶

A escolha da ISI como modelo econômico implicou também alterações específicas nas questões adjacentes ao processo de industrialização que se referem ao âmbito mais profundo das relações de classe, organização e comportamento político, como apontou Miguel Murmis e Juan C. Portantiero (1972, p. 11):

O pressuposto mais geral é o de que todo processo de industrialização por substituição de importações ou de “industrialização sem revolução industrial”, como o que se deu na Argentina, ao mesmo tempo em que imprime, na estrutura econômica, características diferentes às dos modelos clássicos, promove também alternativas particulares na dimensão sócio-política, seja no tipo de estratificação, seja nos reagrupamentos e alianças das classes proprietárias, na forma de mobilização das classes não proprietárias, no papel do Estado ou nos grupos políticos e assim por diante. [grifo meu]

⁴⁴ Pacto firmado em 1933 entre Argentina e Grã-Bretanha que assegurava quotas de exportação de carne argentina a preços anteriores à crise de 1929 para o Reino Unido e obtinha uma garantia do mercado inglês para produtos argentinos em troca da diminuição de impostos para produtos importados da Grã-Bretanha.

⁴⁵ Sobre o impacto da Industrialização por Substituição de Importações (ISI) para as economias latino-americanas, vários estudos foram empreendidos, entre os quais cabe destacar: FURTADO, Celso. “Formação econômica da América Latina”. Rio de Janeiro: LIA, 1969 e RAPOPORT, Mario. “Historia económica, política y social de la Argentina (1880-2003)”. Buenos Aires: Emecé, 2009; BASUALDO, Eduardo. “Estudios de historia económica argentina”. Buenos Aires: Siglo XXI, 2010.

⁴⁶ Como fonte de dados compilados por Rock (1996) o autor cita os seguintes trabalhos: Carlos F. Díaz Alejandro, “Essays in the Economic History of the Argentine Republic”; Javier Villanueva “El origen de la industrialización argentina”; Di Tella y Zymelman “Desarrollo económico”; Adolfo Dorfman “Historia de la industria argentina”; Arturo Luis Goetz “Concentración y desconcentración de la industria argentina, ‘1930-1960”.

A adoção do modelo de substituição de importações teve consequências sociais profundas. Sem desconsiderar as especificidades das realidades objetivas que caracterizaram o processo de industrialização nos diferentes países latino-americanos, é possível considerar que o maior impacto social e político desse processo para o continente tenha sido a crescente urbanização alimentada pelos deslocamentos internos campo/cidade. Neste processo, acrescentou-se à vida urbana levadas de novos trabalhadores provenientes da crise no campo, o que caracterizou um período de integração dessas massas, até então marginalizadas, à vida na cidade. Ao processo de industrialização acelerada e às suas consequências mais imediatas no tecido social urbano agregou-se sua forma política mais controversa: o *populismo*. Este pode ser definido como a forma política de “emergência das massas” à arena política dos países em desenvolvimento, caracterizado pela integração repentina de setores populares marginalizados do processo político pelas elites oligárquicas predominantes nas primeiras décadas do século XX em diferentes países latino-americanos ⁴⁷.

No caso argentino – e com o objetivo de compreender a formação da base social que sustentou o peronismo a partir do segundo impulso industrial, já no governo de Perón –, pode-se compreender essa estreita ligação entre as mudanças de caráter econômico e sua vinculação com outros aspectos da vida social quando se observa que:

[...] ligada al crecimiento de la industria de fines de los años 30 se hallaba la migración interna de las zonas rurales a Buenos Aires; estos migrantes llegaron a constituir una gran parte de la nueva clase obrera urbana” (ROCK, 1996, p. 300).

Esse aspecto demográfico, produto mais evidente do processo de modernização acelerada que advém da fase industrial, vai adquirir centralidade nos debates posteriores à queda do peronismo e nos esforços intelectuais para compreender a adesão popular a Perón.

Como esforço intelectual posterior, “[...] a emergência de massas na vida política latino-americana havia ganhado historicamente alguns contornos bastante próprios e, por esta razão, precisaria ser apreendida por um conceito que exprimisse essa particularidade” (AGGIO, 2003, p. 147); a delimitação do conceito de *populismo* procurou abarcar essas realidades nacionais de países subdesenvolvidos e a emergência

⁴⁷ Neste ponto definem-se os aspectos gerais que levam à conformação do conceito de *populismo* em diferentes trabalhos, de forma genérica e mais alusiva, não sendo um conceito a ser utilizado no decorrer do texto, porém, faz-se necessário para a discussão do tema em relação à emergência dos trabalhadores na vida política do país.

das massas à vida urbana e política na América Latina que em nada se assemelhavam ao processo correspondente nos países desenvolvidos. Caracterizado mais pela ideia de harmonia social, consolidada em torno da “questão nacional” que mobilizava o impulso industrializante do que pela ruptura da “luta de classes”, comum aos processos nos países desenvolvidos, esse aspecto produziu interpretações diversas acerca do papel político das massas nesse período servindo de teoria-explicativa para seus desdobramentos posteriores.

Os trabalhos desenvolvidos por Gino Germani (1963) e Torcuato Di Tella (1969)⁴⁸ foram emblemáticos em considerar a contribuição do fluxo de migrantes internos para os postos industriais urbanos como fator essencial na compreensão do proletariado que aderiu ao peronismo. Considerando as origens dessa massa de migrantes, que vem do interior provinciano, relegado pelo centro portenho, e território do subdesenvolvimento em sua face mais crua, o trabalho interpretativo parte da premissa da inexperiência organizativa e política desses migrantes que vão compor o proletariado urbano nascente e sua propensão a entrar na arena política muito mais pela satisfação de tipo emotivo (MURMIS; PORTANTIERO, 1972, p. 55). Reiterando a visão dualista da história nacional, que considerava a existência de “duas Argentinas”⁴⁹, Germani vinculava as características do peronismo como movimento político ao que seria o legado provinciano de sua base social, uma espécie de *cultura política criolla* em que a adesão desse setor ao peronismo responderia às questões mais de tipo personalista e emocional do que provenientes de uma formação política de classe, consciente de sua condição de trabalhadores e de luta, “[...]la irrupción de los nuevos sectores sociales en la vida política asumió la forma de adhesión a un líder carismático, no mediada por organizaciones de clase ni fundada en una conciencia obrera claramente estructurada.” (GERMANI, 1973). Pouco acostumados às experiências de uma vida urbana e à organização de classe que se articulava às atividades dos operários industriais, essa “massa deslocada” se encontrava disponível à manipulação política e à cooptação, o que explicaria a identificação massiva desses operários ao peronismo:

La gran mayoría de los migrantes internos era gente cuya situación previa se caracterizaba por un estilo de vida y experiencia laboral no industriales y

⁴⁸ GERMANI, Gino. “Política e sociedade em uma época de transição: da sociedade tradicional à sociedade de massas”. São Paulo: Mestre Ju, 1963; DI TELLA, Torcuato. “Para uma política latino-americana”. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1969.

⁴⁹ Segundo Nicolas Shumway (2011, p. 17) essa seria uma *ficção-diretriz* que, alimentada por intelectuais argentinos no século XIX, teria criado uma mentalidade divisória da história nacional entre Buenos Aires e as demais províncias.

menos modernos, tanto en el sector agrícola como en el no agrícola (GERMANI, 1973).

Desse modo, para Germani, a inserção política das massas ao contexto argentino apresentaria desde sua conformação o vício de um movimento que não foi mediado pela consciência de classe e, logo, desprovido de uma organização politicamente autônoma.

Além da conclusão de que o fenômeno peronista nada mais era do que o legado de um proletariado inexperiente e suscetível às demagogias de um líder, outras análises foram empreendidas a fim de compreender aspectos igualmente importantes a respeito das origens do peronismo. Em consideração ao texto de Gino Germani (1973), o historiador argentino Túlio Halperín Donghi (1975)⁵⁰ teceu algumas considerações sobre a fragilidade da centralidade deste aspecto na compreensão do feito peronista e a rígida distinção que promovia entre moderno e tradicional, pensadas como diferenças culturais inerentes, respectivamente, ao centro (cidade) e à periferia (zona rural)⁵¹. Para Donghi (1975, p. 775), a interpretação de Germani acerca do tradicionalismo e do atraso do interior partia de uma “imagem imprecisa e simplificada da Argentina rural”, além de considerar que a escolha da migração interna como eixo de análise respondia de forma muito débil às questões impostas pela experiência peronista⁵²:

Coloca en el centro de su problemática un aspecto - el de la integración de grupos de distintos orígenes migratorios - que no es indiscutible que deba ocuparlo, y por otra parte tiende a conceder atención acaso excesivamente distraída a otros aspectos que merecerían un examen más cuidadoso (DONGHI, 1975, p. 780).

Para Halperín Donghi, outros aspectos da organização operária em princípios da industrialização na Argentina e, logo, da adesão da massa proletária ao peronismo deveriam ser trabalhados “*sin necesidad de acudir para su interpretación a ningún improbable cambio radical en el contenido de la cultura política de las clases populares del conglomerado bonaerense*” (DONGHI, 1975, p. 778). Em *Estudios sobre as origens do peronismo*, Miguel Murmis e Juan Carlos Portantiero (1972) enfatizaram também a crítica a respeito da integração dos migrantes como fator preponderante de

⁵⁰ DONGHI, Tulio Halperín. “Algunas observaciones sobre Germani, el surgimiento del peronismo y los migrantes internos”. Buenos Aires: IDES, *Revista Desarrollo Económico*, nº 56, 1975.

⁵¹ O historiador britânico Daniel James (1993) também salienta a série de antinomias que marcou o debate sobre populismo e sua relação com a classe trabalhadora e, em especial, em relação ao peronismo: tradicional vs moderno, cooptação vs autonomia, falsa consciência vs consciência de classe até chegar ao ponto em que o autor aborda em seu livro: resistência e integração.

⁵² Neste sentido também está de acordo Juan Jose Sebrelli (1966, p.163): “*El origen inmigratorio de la clase obrera de la época [...] contribuyó también a la incomprensión de la realidad específica argentina y al transplante mecánico de esquemas clasistas de los países del capitalismo avanzado de donde provenían, totalmente inadecuados a un país precapitalista como el nuestro, donde la lucha por reivindicaciones sociales no puede separarse de la lucha nacional antiimperialista*”.

análise e a “existência de uma divisão interna na classe operária, originada nos diferentes momentos de integração dos trabalhadores à indústria”. Isso responderia mais a um esquema interpretativo genérico a respeito da emergência do nacionalismo popular na América Latina através da divisão da classe operária entre “velhos” e “novos” operários (MURMIS; PORTANTIERO, 1972; TORRE, 1983). Para esses autores, a principal fragilidade desta interpretação estava em desconsiderar a experiência e os antecedentes do movimento operário ao peronismo e em não entender este como parte orgânica de um processo que foi condicionado por situações políticas, econômicas e socioculturais específicas. Partindo da pretensa passividade dos trabalhadores que se deixavam manobrar por Perón, essa abordagem excluía o fato de que nos anos anteriores à Perón o movimento trabalhista sempre havia primado por uma experiência independente em relação aos partidos políticos (DEL CAMPO, 1983, p. 119). Perón viabilizou a possibilidade de participação política dos trabalhadores sem a mediação de um partido⁵³ – ao menos nos anos iniciais, antes da formação do PP em 1946 –, para agir ativamente nas decisões do governo através de sua atividade específica. Nesta análise, Murmis e Portantiero coincidem com Donghi na crítica à Germani ao considerarem que era necessário “[...] *partir de una imagen menos imprecisa de las experiencias sindicales de 1936-43*” (DONGHI, 1975, p. 781).

Além das explicações em voga que iam trilhando o tortuoso caminho de tentar condensar em um conceito, o *populismo*, as experiências nacionais-populares que marcaram a América Latina a partir da industrialização no começo do século XX, Murmis e Portantiero (1972, p. 64) propuseram mais que uma relação de tipo emocional e afetiva na base explicativa da ascensão do peronismo; apontaram aspectos distintivos nesse processo e a inserção do peronismo como aliança de classes e canalizador do diálogo dos interesses da classe trabalhadora e a luta do movimento sindical nas suas relações com o Estado:

Ao analisar-se as origens do peronismo, o primeiro traço distintivo que aparece com relação a outros processos geradores de movimentos populistas é a importância que o sindicalismo assume aí como fator constituinte. Esse dado é tacitamente reconhecido por todos os observadores, mas ao invés de ser utilizado na medida de suas possibilidades – analiticamente muito importantes, pois marca, justamente, a distinção essencial entre o peronismo e outros regimes nacional-populares – é deixado de lado, preferindo-se

⁵³ De acordo com Hugo Del Campo (1983), apesar da grande participação de comunistas e socialistas na conformação do sindicalismo argentino a cultura política do sindicalismo nacional teria suas bases em uma aversão à política partidária representada pelos Partidos Comunista (PC) e Socialista e mais centrada na política gremial, sendo o sindicato o meio efetivo de participação. Desta forma, o peronismo teria representado uma via mais coerente com a cultura política dos trabalhadores argentinos.

ênfatizar outros nívêis de análise da conduta operária, como as diferenças psicossociais que separam os novos trabalhadores dos velhos. [grifo meu]

Para compreender o peronismo e o papel dos trabalhadores como sua base social, é necessário reconsiderar o papel passivo das massas populares e, mais do que uma experiência *criolla* que remete à naturalização da manipulação americana por *caudillos*, compreender o período como possibilidade de experiência democrática e não como fator limitante desta⁵⁴, em que, pela primeira vez, os projetos políticos da classe trabalhadora foram pautados pelo Estado nacional. A principal dimensão política da inserção das massas a partir de 1930 está em seu caráter singular; no contexto da América Latina, a conformação da classe trabalhadora passou necessariamente pela etapa do nacional-desenvolvimentismo e teve seu espaço trilhado sob outros aspectos, obviamente diferentes do modelo clássico por que passaram os países industrializados europeus. A respeito disso, o intelectual argentino José Aricó (1988, p. 119) ressaltou que:

[...] o populismo e o nacionalismo popular em geral foram condenados como forma de falsa consciência e de manipulação política em lugar de serem vistos como experiências autoconstitutivas dos trabalhadores e de outros setores populares.

Muito mais que um desvio no processo de desenvolvimento da classe trabalhadora, foi aspecto inerente a ela que produziu efeitos diversos e observáveis sob este aspecto “fundador”. Desse modo, como lógica política (LACLAU, 2012), a relação entre Estado e massas populares nesse período ganhou outros contornos que abarcavam uma relação de reciprocidade⁵⁵ entre esses dois atores, na qual o atendimento das demandas sociais acompanhou o processo de legitimação do poder (CARVALHO, 2001). A partir deste ponto de vista, pode-se compreender o populismo, ou o peronismo, sob a base de uma negociação e essa inserção tipicamente latino-americana das massas ao processo político derivada do processo acelerado de industrialização como uma forma de processo de democratização política e social que estimulou a participação popular (AGGIO, 2003, p. 164).

⁵⁴ Como sintetiza Ângela de Castro Gomes: “Embora seja muito mais enfatizada a dimensão do ‘mascaramento’ existente neste atendimento, a política ‘populista’ é avaliada também como um caminho de acesso e de reconhecimento dos interesses dos setores populares” GOMES, Ângela de Castro. “A política brasileira em busca da modernidade: na fronteira entre o público e o privado”. In: SCHWARC, L. M. (org.). “História da vida privada no Brasil”. São Paulo: Companhia das Letras, v.4, 1998.

⁵⁵ De acordo com José Murilo de Carvalho (2002): “[...] baseava-se em apelos paternalistas ou carismáticos, não em coerção. Exigia certo convencimento, certa relação de reciprocidade que não era puramente individual”.

2.2 Revolução Libertadora (1955): A CGT como trincheira para o peronismo proscrito.

A *Confederación General del Trabajo* (CGT), órgão central do aparato sindical argentino, surgiu na década de trinta como o resultado de um acordo entre as principais entidades gremiais que até então haviam tentado aglutinar os trabalhadores na Argentina desde o início do século XX.⁵⁶ A criação da CGT foi resultado das transformações econômicas e políticas que modificaram a estrutura social da massa trabalhadora na Argentina a partir da reorientação econômica desses anos. O crescimento industrial e o aumento do operariado criaram condições para a necessidade de uma central sindical que organizasse os trabalhadores para fazer frente às ingerências patronais:

La falta de convenios dejaba un amplio margen para la arbitrariedad patronal, que las organizaciones sindicales – no siempre reconocidas por las empresas – trataban de limitar con éxito variado. Aún en el caso de que existiera un convenio, no era raro el incumplimiento de sus cláusulas por parte de los propietarios, y lo mismo ocurría frecuentemente con respecto a la legislación laboral. En ambos casos era también la organización sindical la encargada de bregar por que se pusieran en práctica las disposiciones, ya que, si los convenios no tenían carácter obligatorio, el Estado no se mostraba tampoco muy interesado ni eficaz en asegurar el cumplimiento de las leyes que dictaba (DEL CAMPO, 2005, p. 46).

O crescimento numérico e o papel-chave no aparato produtivo do país que foi assumindo a classe operária na Argentina influíram drasticamente na sua organização e em suas formas de luta. Expressão máxima disso foi a criação da CGT como mecanismo de unidade que permitisse aos trabalhadores maiores ganhos nas negociações com o Estado. Até então o movimento que se dividia por atividades específicas sofria da fragmentação crescente que as disputas internas geravam e da falta de um canal de expressão política (DEL CAMPO, 2005, p. 18). Apesar da participação ativa de socialistas e comunistas, os aparatos partidários esbarravam em uma cultura política sindicalista⁵⁷ que, nos primeiros anos de organização, encontrou um operariado

⁵⁶ As entidades que se uniram na CGT em 1930 foram a *Unión Sindical Argentina* (USA), de tendência sindicalista revolucionária surgida em 1922 e originada da antiga *Federación Obrera Regional Argentina* (FORA), e a *Confederación Obrera Argentina* (COA), de tendência socialista e fundada em 1926 (MAROTTA, 1970).

⁵⁷ Del Campo (2005, p. 12) define como *sindicalismo* uma corrente gremial cujas influências no movimento operário argentino se originaram das experiências da CGT francesa e italiana. Estas tinham como características as lutas reivindicativas em contraposição às táticas de comunistas e socialistas de ação direta e a necessidade de dispensar os aparatos partidários por parte das organizações gremiais, a fim de negociar mais facilmente com todos os governos.

em situação estável⁵⁸ – portanto, pouco inclinado aos enfrentamentos diretos – e que buscava no sindicato não um canal de difusão de suas ideologias, mas um instrumento para conseguir melhoras concretas e imediatas (DEL CAMPO, 2005, p. 20). Desse modo, o pertencimento político e ideológico do movimento trabalhista estava disperso pelo menos até a criação da CGT, quando o movimento operário adquiriu maior nível de estruturação interna. Todavia a criação da central ainda deixou irresoluta a politização da classe operária (TORRE, 1999, p. 177; DEL CAMPO, 2005, p. 64).

Neste ponto é interessante retomar o trabalho de Hugo Del Campo (2005) a respeito da relação entre sindicalismo e peronismo e a crítica às análises feitas sobre o fenômeno peronista logo após a Revolução Libertadora, que o situavam como uma “*anomalía política*”, um “*exabrupto histórico*” ou uma “*consecuencia fortuita*”⁵⁹. Ao examinar o movimento trabalhista anterior à ascensão de Perón em 1943, Del Campo buscou vincular a experiência peronista às experiências precedentes e estabelecer os vínculos complexos que relacionavam a etapa peronista com as antigas tradições do sindicalismo argentino. Entre estas tradições que frequentemente são associadas como inovações da etapa peronista, o autor identificou a burocratização, o reformismo pragmático e a vinculação com o poder político. Considerando estes aspectos da cultura política trabalhista argentina anteriores a Perón, pode-se traçar o caminho que colocou o peronismo como parte integrante da dinâmica sindicalista no país.

A ascensão de Perón, em 1943, como secretário de Trabalho e Segurança Social e sua política trabalhista positiva o inseriram em uma estreita ligação com a CGT, que, apesar de unida, ainda não havia criado uma identidade gremial consolidada, permitindo aos trabalhadores encontrarem na figura de Perón a participação política que não haviam encontrado nas estruturas partidárias do Partido Comunista (PC) e do Partido Socialista (PS)⁶⁰:

⁵⁸ Antes de 1930 muitos trabalhadores argentinos haviam adquirido certa estabilidade no trabalho, aceitando sua condição trabalhista como definitiva e orientando-se então para a melhora dela em vez de rebelar-se contra ela. Estes se orientavam mais à reforma que à revolução, divergindo dos ideais revolucionários que comunistas e socialistas davam à classe trabalhadora (GERMANI, 1971; DEL CAMPO, 2005).

⁵⁹ De Ípola (1989) diz que o surgimento do peronismo foi assumido como um fenômeno que supunha uma “ruptura patológica” que concluía que o peronismo era uma aberração, uma espécie de irracionalidade. O Estado argentino pós-Libertadora procurava o retorno da normalidade e da moral cuja *desperonização* tinha objetivo restituir.

⁶⁰ Sobre o personalismo e paternalismo de Perón, Del Campo (2005) argumenta que antes da etapa peronista o movimento sindical organizado já havia mantido este tipo de relação com o presidente radical Hipólito Yrigoyen, cuja relação só foi concluída após os eventos conhecidos como *Semana Trágica* (1919): “*No es casual, pues, que tras quince años de orfandad, muchos yrigoyenistas hayan encontrado en Perón su nuevo líder*” (DEL CAMPO, 2005, p. 26).

En suma, el PS aparecía más bien como integrado al régimen en funciones de oposición consentida ante como una fuerza enfrentada con el mismo y que representara una alternativa, más como un partido dirigido por intelectuales con inquietudes sociales que como partido obrero [...] la militancia en el PC exigía un grado de riesgo y de compromiso que pocos estaban en condiciones de afrontar. Así, aunque creció considerablemente durante el período, difícilmente podría llegar el PC en esas condiciones a convertirse en un partido de masas. Un sector muy importante de la clase obrera no sentía, pues, representado por ninguno de los partidos existentes y no encontraba canales adecuados para su participación política, de ahí que acogiera con tanto entusiasmo la perspectiva abierta por Perón (DEL CAMPO, 2005, p. 62).

Mesmo unificadas em uma entidade central e única, as fragmentações internas consumiam muita energia que poderia ser direcionada para o plano reivindicativo, caso fossem bem articuladas. O papel do peronismo e de Perón foi criar “[...] *una identidad política que le permitiera unificarse y hacer valer su peso numérico y su importancia en la estructura productiva, identidad que sólo encontraría a través del peronismo*” (MAROTTA, 1970; TORRE, 1983; DEL CAMPO, 2005). O impacto que foi a deposição de Perón teve consequências severas para o movimento trabalhista já que este, desde 1945⁶¹, havia se vinculado majoritariamente ao peronismo e conformado nos anos de Perón uma identidade política e social muito bem definida com o líder e com o PP se tornando a *coluna vertebral*⁶² do movimento.

A princípio, a Revolução Libertadora em seu primeiro ano com o general Eduardo Lonardi (1955) na presidência não interferiu diretamente na CGT peronista, porém nos anos da presidência de Aramburu (1955-1958) a política de *desperonização* alcançou vários setores e, de forma contundente, o movimento trabalhista com a nomeação de um interventor militar e a proibição do sindicalismo peronista. O Decreto-lei n° 4161, de *Proibição de elementos de afirmação ideológica ou de propaganda peronista*, atingiu diretamente os sindicalistas e o movimento. Houve prisões de trabalhadores e as sedes dos sindicatos foram depredadas, chegando inclusive a produzir um dos acontecimentos mais controversos desses anos: o desaparecimento do corpo de Eva Perón da sede da

⁶¹ O evento emblemático da ligação entre o peronismo e a classe trabalhadora foi a manifestação pela libertação de Perón, na *Plaza de Mayo*, no dia 17 de outubro de 1945, que, convocado pela CGT, sob as orientações de Eva Perón, reuniu uma multidão, tornando-se, no calendário cívico peronista, o *Dia da lealdade peronista* e marco da identificação e apoio dos trabalhadores ao general. Para Romero (2006, p. 95): “O fato coroava um processo até então silencioso de crescimento, organização e politização da classe operária”.

⁶² Ver ABÓS, Álvaro. “La columna vertebral: sindicatos y peronismo”. Editorial Legasa, 1983; GODIO, Julio. “El movimiento obrero argentino (1955-1990): venturas y desventuras de la columna vertebral desde la resistencia [sic] hasta el menemismo”. Editorial Legasa, 1991.

CGT em Buenos Aires.⁶³ A partir de 1957, a CGT peronista iniciou uma etapa de reorganização na clandestinidade, conformando o que ficou conhecido como a *CGT Única e Intransigente* em contraposição à *CGT Negra*, integrada por setores sindicais que tentavam negociar com os militares (JAMES, 1993, p. 73). Ao mesmo tempo ia se conformando uma nova classe de dirigentes gremiais (JAMES, 1993; ROMERO, 2006; GORDILLO; BRENNAN, 2008) que, na clandestinidade ou presos, passaram a atuar na reorganização da CGT. É importante salientar que, após 1955, a atuação política do peronismo se concentrou majoritariamente nas atividades da CGT, sendo a Central a face política do peronismo proscrito e o canal de participação ainda possível para os peronistas até o retorno a legalidade, em 1973.

Em agosto de 1957, foi convocado um Congresso normalizador, a fim de reorganizar a CGT sob intervenção por meio da eleição de novos dirigentes. O fracasso do encontro, evidenciado pela oposição do governo e pelos embates internos entre antiperonistas e peronista, majoritários no sindicalismo, provocou a ruptura do movimento: de um lado os *32 Gremios Democráticos* – compostos por socialistas, radicais e outras tendências antiperonistas – e as *62 Organizaciones* – grêmios peronistas, comunistas e independentes. Não passou muito tempo para que comunistas e alguns independentes se retirassem das *62* e formassem as *19 Organizaciones*, um nucleamento que logo derivou no *Movimiento de Unidad y Coordinación Sindical* (MUCS), mais enquadrado nas diretivas do PC. O surgimento das *62* foi um acontecimento importante pois, pela primeira vez após a proscricção, foi criada uma entidade majoritariamente peronista mediante a qual estes poderiam atuar no governo, em uma vasta esfera sindical e política (JAMES, 1993, p. 5; SOTELO, 2012)⁶⁴. Definitivamente o peronismo selava seu compromisso com o sindicalismo e se reorganizava como movimento dentro dos grêmios, que aos poucos foram sendo retomados por dirigentes peronistas. A marginalização política do peronismo outorgou ao sindicalismo peronista um importante papel nos anos de proscricção do aparato

⁶³ Meses após o golpe da Revolução Libertadora (1955) o corpo de Eva Duarte Perón, que havia falecido em decorrência de um câncer em 1952, foi roubado da sede da CGT em Buenos Aires onde estava embalsamado; só foi devolvido à Perón em 1971. Em 1997 o jornal argentino *Clarín* publicou uma reportagem em que expôs a possível trajetória do corpo revelando a participação de militares e da Igreja no atentado. In < <http://edant.clarin.com/suplementos/especiales2/2002/07/26/1-420677.htm> > Acessado em 07/12/2015 as 20:56.

⁶⁴ Daniel James (1983) situa como o embrião das *62 Organizaciones* e como a primeira organização legal peronista a formação da *Intersindical*, em 1957, pelos sindicatos recuperados após a repressão inicial da Revolução Libertadora. O primeiro deles foi a CGT de Córdoba, que lançou uma paralisação geral que obteve grande adesão dos demais grêmios, obrigando o governo de Aramburu a convocar o Congresso Normalizador da CGT.

partidário e daquilo que Marcelo Cavarozzi (1983) denominou como *parlamentarismo negro*, isto é, o contexto político de “semidemocracia” no qual canais alternativos de poder se consolidaram fora das balizas tradicionais do jogo democrático. Além do mais, o impasse em resolver a “questão peronista”, seja pela assimilação ou pela *desperonização*, resultou em uma sucessão de governos militares e civis frágeis que, até 1966, não conseguiram se impor à CGT e viram a conformação do bloco peronista nesta organização. Apesar de a classe trabalhadora emergir na vida política já em 1943, com Perón, foi a partir de 1955 que os sindicatos passaram a exercer uma força política que tornava impossível qualquer medida que não considerasse o peso dos trabalhadores:

Entre los años 1958-1966 la presencia de gobiernos débiles fortaleció el poder de los sindicatos. El poder de los gremios derivaba de su capacidad de participar de un sistema que obligaba a los gobiernos y a los grupos políticos a negociar para obtener su apoyo o al menos su neutralidad. [...] Durante todo este período la participación política de los sindicatos era indiscutible (SOTELO, 2012, p. 159).

Apesar de conquistado o espaço gremial pelo sindicalismo peronista, de 1959 a 1960 o movimento dos trabalhadores sofreu importantes derrotas que canalizaram boa parte das estratégias de luta para o diálogo (RAIMUNDO, 2004; SOTELO, 2012), resultando em uma maior distensão nas estratégias usadas até então pelos peronistas na *Resistencia* e voltando-se para a negociação com os fatores de poder. Apesar de Perón tentar sanar seu distanciamento físico pela eleição de delegados pessoais e pelas constantes orientações ao movimento⁶⁵, foi inevitável o surgimento de novas lideranças que passaram a ganhar proeminência dentro de seus sindicatos e conformar outras práticas políticas no seio do sindicalismo peronista:

Those who led the strikes of 1956, and who had been elected in the unions where normalization had been allowed, were largely new figures thrown up in the course of the factory struggles since the fall of Perón. In the vacuum created by decree 7107 proscribing many former peronist trade union officials, the activists who had distinguished themselves in the daily actions on the shop floor naturally came to prominence.[...] Augusto Vandor of the metal workers, Miguel Gazzera as the pasta makers and Amado Olmos of the hospital workers were examples of younger leaders who had emerged as significant figures in their unions in the latter stages of Perón's regime and now from prison continued to influence their unions (JAMES, 1993, p. 71).

⁶⁵ Em 1956 Perón enviou as *Directivas Generales para todos los Peronistas* como um chamado a ação e resistência contra a ditadura que o havia deposto. Além das constantes intervenções de seus delegados na Argentina, estes pronunciamentos serviam para confirmar sua liderança no movimento frente a desorganização inicial que havia causado a proscrição do peronismo após a Revolução Libertadora (BASCHETTI, 1999).

As novas práticas incluíam a abertura à negociação com outros atores políticos, especialmente os militares, como estratégia de participação no contexto de ilegalidade⁶⁶. A opção pela negociação e o destaque de alguns líderes sindicais, em especial Augusto Timoteo Vandor, que liderou uma parcela dissidente importante do peronismo cunhada de *vandoristas*⁶⁷, foram motivos que levaram às principais cisões internas no movimento proscrito, entre aqueles que dialogavam com governos militares e/ou antiperonista e os intransigentes (TORRE, 2004; DAWYD, 2011)⁶⁸. Ao levantar a bandeira de um “peronismo sem Perón” e lançar mão da tática de *golpear y negociar* (JAMES, 1993), Vandor se firmou como uma das principais dirigentes neoperonistas⁶⁹ que se identificavam aos princípios justicialistas, porém não se consideravam obrigados a seguir as diretrizes que Perón encaminhava por seus delegados pessoais no que se referia às estratégias e práticas na Argentina (TCACH, 1995). Em 1964, o fracasso do *Operativo Retorno*, tentativa frustrada de trazer Perón de volta a Argentina, explicitou a impossibilidade de retorno físico do general e abriu o debate acerca da condução do movimento ante este dilema. As divergências internas, balizadas pelo posicionamento diante das diretrizes de Perón, ficaram mais evidentes, resultando em embates diretos entre peronistas que se mantinham leais ao general e aqueles que reivindicavam a identidade peronista, mas consideravam decisões fora dos direcionamentos de Madrid.

No começo de 1966, meses antes da deposição de Illia, que inaugurou a Revolução Argentina, as *62 organizaciones* se dividiram em dois agrupamentos: as *62 de pie junto a Perón*, agrupamento anti-vandorista e fiel a Perón como cabeça do movimento, cujo líder Amado Olmos foi nome emblemático para o peronismo revolucionário, e as *62 leales a Perón*, dissidência vandorista independente das diretrizes de Perón e cujo líder

⁶⁶ De acordo com Torre (2004, p.8) os dirigentes sindicais descobriram uma “nova estratégia”: a flexibilização dos mecanismos de reivindicação gerava benefícios simbólicos (reconhecimento oficial das autoridades) e concretos (alguns acordos com o governo como os descontos sobre salários destinados às finanças das organizações gremiais). Mesmo marcada pelo discurso radicalizado as greves deixaram de ser “*la expresión de una intensificación de las luchas sociales*” e se transformaram em “*un dispositivo táctico*” para influenciar os governos em favor das demandas sindicais.

⁶⁷ Segundo a definição de Dawyd (2012, p. 9): “*El vandorismo, grupo liderado por el dirigente metalúrgico Augusto Vandor, fue la corriente hegemónica dentro del sindicalismo argentino posterior al golpe de Estado contra Perón en 1955, tuvo su momento de apogeo durante los primeros años sesenta, precisamente hasta el nuevo golpe de Estado de 1966*”.

⁶⁸ As referências a essas posturas no meio sindical atribuíam o termo *los blandos* para aqueles sindicatos e lideranças negociadoras e *los duros* para os peronistas de postura intransigente.

⁶⁹ No contexto de proscricção do peronismo o exílio de Perón significou a abertura para outras interpretações acerca do movimento. O que a princípio se manifestou sob o signo da resistência, mais tarde abriu espaço para a possibilidade de integração com os governos antiperonistas através de um “Peronismo sem Perón” conformando os partidos neoperonistas – entre eles pode-se destacar a *Unión Popular* e o *Partido Populista*. Significou uma importante redefinição na identidade peronista pelo confronto direto com o líder exilado (TCACH, 1995).

Vandor disputava abertamente com Perón a liderança do movimento no contexto de marginalização política do peronismo na Argentina.

2.3 Revolução Argentina (1966): As condições para a radicalização política.

Para compreender a construção das identidades políticas que caracterizaram os diversos segmentos que atuaram ativamente no contexto político argentino após o golpe militar de 1966, faz-se necessário rever os antecedentes e condicionantes dessa experiência nos aspectos históricos da influência do contexto de endurecimento do cenário político. Com o objetivo de compreender a redefinição de práticas e discursos políticos do movimento sindical organizado na Argentina na segunda metade da década de sessenta, pretende-se analisar elementos estruturais que propiciaram o surgimento e a consolidação de suas identidades específicas. Considerando que, entre os fatores de poder em atuação em 1966, a classe trabalhadora desempenhava um papel relevante (GORDILLO; BRENNAN, 2008, p. 10), busca-se traçar em que sentido a contração do espaço político e o aumento da violência significaram a redefinição dos posicionamentos políticos e de novas formas organizativas (ANZORENA, 1998).

Para esta análise parte-se de um referencial teórico que tem como instrumental analítico a renovação que a associação entre história política e a história cultural provocou no cerne dos estudos políticos na segunda metade do século XX. Compreender a participação deste sujeito histórico no campo político exige compreender as formas de organização e projetos que deram coerência às suas ações no campo do que Serge Berstein (1998) definiu como *cultura política*: um conjunto de práticas coerentes “[...] em que todos os elementos estão em estreita relação uns com os outros, permitindo definir uma forma de identidade do indivíduo que dela se reclama”. Desta forma, o conjunto de práticas que se baseia em determinada visão de futuro e interpretação do passado gera comportamentos políticos que podem ser compreendidos pelo filtro da cultura política, que, em geral, se constitui como respostas dadas a uma sociedade em face dos grandes problemas e das grandes crises de sua história (BERSTEIN, 1998, p. 355). O conceito de cultura política se insere além da relação com o Estado, em resposta à crítica feita por René Remond (1988, p. 14) a uma história política centrada em “minorias privilegiadas” ou em fatos “efêmeros e superficiais”, passando a incluir comportamentos e padrões culturais compartilhados por grupos que

operam na realidade a partir de valores comuns. Além disso, segundo Berstein (1998), um dos fatores que condicionam o conceito de cultura política é seu caráter plural, em um dado espaço e tempo, sendo central para compreender a convivência e articulação de diferentes culturas políticas que se relacionam, interagem e se redefinem a partir de pontos de contato.

Considerando o recrudescimento da ditadura em 1966, procurou-se analisar as mudanças fundamentais no comportamento político dos trabalhadores e as possíveis respostas aos dilemas abertos com a crise institucional dos anos sessenta que propiciaram a reformulação nas práticas políticas deste sujeito histórico. O papel desempenhado pelo movimento sindical e o protagonismo que este setor desenvolveu desde os primeiros anos de governo de Perón no poder tornam mister definir em que aspectos o perfil político dos trabalhadores se redefiniu com a mudança de condições políticas que representou a Revolução Argentina. Para Mônica Gordillo (2008, p. 10), o papel dos trabalhadores após a proscricção do Partido Peronista é um dado relevante na dinâmica da política interna desse período:

En medio de los levantamientos de fines de la década de 1960 y comienzos de la de 1970, el movimiento obrero organizado y los militares fueron las instituciones que determinaron el curso de la vida política nacional [...] Así, una parte importante de la historia política del país entre 1966 y 1976 se jugó dentro del movimiento obrero y en la relación de éste con el resto de la sociedad civil.

Com a proibição do PP após a Revolução Libertadora (1955)⁷⁰, os peronistas se nuclearam em torno da CGT, que se tornou ao mesmo tempo uma representação gremial e política, sendo a *coluna vertebral* do movimento peronista proscrito (ROMERO, 2006, p. 130). O golpe de 1966 representou mais uma fratura no movimento sindical, já cindido pelas intervenções que sofreu após a queda de Perón, resultando em uma crise das identidades políticas envolvidas no processo e em uma reformulação destas, e mais especificamente do peronismo, a partir da experiência autoritária e liberal de Juan C. Onganía (DAWYD, 2012). A partir das transformações das condições políticas, o aprofundamento de tendências sindicais mais radicalizadas e a crítica a princípios até então consolidados do peronismo são evidências de alterações importantes na cultura política do movimento trabalhista argentino ao final da década de sessenta.

⁷⁰ O Partido Peronista foi dissolvido pela Revolução Libertadora pelo Decreto nº 3855/55 e, pelo Decreto nº 4161/56, proibiu-se qualquer elemento de afirmação ideológica ou de afirmação do peronismo.

Em junho de 1966, a ascensão de Onganía ao executivo nacional foi acompanhada por um amplo consenso popular, sem resistências políticas ou sociais (SPINELLI, 2013, p. 133; ROMERO, 2008, p. 160). Por parte do movimento sindical, a recepção ao golpe ocorreu de forma positiva e respondia, a princípio, a uma série de reivindicações que se arrastavam desde o Plano de Luta, lançado pela CGT em 1964, o principal movimento de oposição ao então governo do presidente Arturo Illia (1963-1966) e que propiciou o caos político e social que permitiu o golpe da Revolução Argentina. Como forma de protesto à tentativa de Illia de romper com a unidade sindical e de controlar os sindicatos ao baixar a *Ley de Asociaciones Profesionales*⁷¹, a CGT lançou, em 1964, um plano de luta que “consistia na ocupação escalonada, entre maio e junho de 1964, de 11 mil fábricas, em uma operação que envolveu quase 4 milhões de trabalhadores” (ROMERO, 2006, p. 141). Obtendo grande repercussão na opinião pública, a ameaça de desordem social vinculada às repercussões políticas deste plano facilitou o apelo às medidas autoritárias e à substituição forçada do presidente radical, que se concretizou em junho de 1966. Mesmo a CGT peronista não considerou o golpe da Revolução Argentina uma ameaça significativa a seu espaço tradicional de negociação, que se tornou a estratégia predominante do peronismo na clandestinidade, praticada por meio do controle da organização central. Contudo, assentado no discurso dos *três tempos* – seriam estes o econômico, social e político, em que os ajustes deveriam ser feitos separadamente e, respectivamente, em cada uma dessas instâncias⁷² –, Onganía empreendeu um projeto que se tornou indiferente às demandas dos setores envolvidos e que foi imposto de cima para baixo (O’DONELL, 1996; ROCK, 1996; SPINELLI, 2013). Nesse sentido, o primeiro tempo, o econômico, implicava medidas liberais que buscavam combater a inflação crescente e reestruturar a base econômica do país por meio da racionalização da produção em vista de um maior desenvolvimento. A racionalização respondia aos objetivos e aos fins traçados pela Junta Revolucionária

⁷¹ Lei que restringia a disponibilidade de dinheiro aos grêmios e proibia a propaganda partidária.

⁷² Sobre a opção pelo discurso dos *três tempos* de Onganía e a primazia que uma dimensão adquiriria para encaminhar a outra, é interessante o trabalho de Arturo Claudio Laguado Duca (2012) *Cuestión social, desarrollo y hegemonia en la Argentina de los años sesenta. El caso de Onganía*, que articula o discurso social da Revolução Argentina com a nova etapa externa vivida no continente americano da DSN, onde o conceito de “desenvolvimento” é a chave econômica para lidar com as questões de ordem social e política.

desde o golpe: “*En el ámbito de la política económica: Eliminar las causas profundas que han conducido al país a su estancamiento actual*”⁷³.

As *causas profundas* remetem à base econômica que foi gerada nos anos de política econômica nacionalista de governos anteriores e que privilegiava o consumo, interno (AYERBE, 2004, p. 15) e a produção local, gerando uma base de produção obsoleta para as perspectivas de uma política desenvolvimentista liberal⁷⁴. Mesmo não definindo uma política econômica sistemática, a racionalização da economia alcançou os primeiros trabalhadores e demonstrou os sacrifícios que exigia a consecução dos objetivos da Revolução Argentina. Na província de Tucumán, já em agosto de 1966, foi anunciado o fechamento de sete engenhos de açúcar, principal produto da economia local, como ponto de partida para o saneamento da economia tucumana:

Estas medidas insertaban a Tucumán en la política económica que a nivel nacional había diseñado el nuevo bloque de poder, cuyos objetivos eran suprimir las causas de la puja política y social que desde 1955 habían obstruido los intentos por desarmar el modelo de desarrollo consolidado por Perón y sentar las bases de una reconversión económica de fondo asentada en la promoción de los sectores más eficientes y dinámicos de la economía, particularmente los ligados al capital transnacional (RAMÍREZ, 2008).

Em 1967, o ministro da Economia Krieger Vasena lançou seu *Plan de Estabilización y Desarrollo*, que consistia em uma série de medidas visando à superação da crise cíclica, com o congelamento de salários e preços, racionalização da economia e facilidade de entrada para empresas estrangeiras (ROMERO, 2006, p. 163). As consequências sociais foram sentidas de imediato⁷⁵ e geraram a reação dos trabalhadores organizados em torno da CGT e da liderança política do secretário-geral da *Unión Obrera Metalúrgica* (UOM), Augusto T. Vandor. Em resposta ao impacto das

⁷³ Anexo 3 da *Acta de la Revolución Argentina – Objetivos Políticos (Fines de la Revolución)*, publicado em 19/7/1966.

⁷⁴ A Revolução Argentina correspondeu a uma fase onde houve o crescimento das tendências econômicas liberais, na figura do Ministro da Economia Krieger Vasena, que assumiu em março de 1967, sendo descrito por Romero (2006, p. 163) como: “um economista surgido das próprias entranhas dos grandes grupos empresariais, com excelentes conexões com os centros financeiros internacionais e de reconhecida capacidade técnica”. O projeto de racionalização econômica incluiu a desvalorização compensada do peso na ordem de 40%, incentivos fiscais para investidores em áreas industriais, medidas fiscais e de racionalização no setor público e o congelamento dos convênios coletivos durante os dois anos (RAPOPORT, 2000, p. 641).

⁷⁵ Em Ramírez (2008): “*En el caso de Tucumán, ya hacia fines de 1966 más de 9.000 pequeños cañeros habían perdido sus cupos de producción, mientras que otros tantos seguirán el mismo camino al año siguiente; para principios de 1967 el cierre de los ingenios y la reducción del personal en los que siguieron funcionando habían dejado en la calle a más de 17.000 trabajadores (un 35% del total de 1966). Cientos de pequeños comerciantes debieron cerrar sus negocios a causa de la recesión. El índice de desocupación en Tucumán llegó al 10% durante el año 1967 y trepó hasta casi el 15% entre 1968 y 1969, mientras que en un plazo de tres años se constató un proceso migratorio que llevó a abandonar la provincia a más de 150.000 personas, sobre una población cercana a los 750.00 habitantes*”.

intervenções econômicas, a CGT lançou no mesmo ano um plano de ação similar ao plano de 1964, contudo deparou com uma repressão muito mais efetiva por parte do governo, com demissões em massa, aposentadorias forçadas de dirigentes sindicais e intervenções nos sindicatos, provocando a suspensão da greve. As novas condições políticas exigiam novas respostas do movimento trabalhista.

É preciso considerar a influência da liderança de Vandor na CGT para definir melhor o impacto que foi a Revolução Argentina para o movimento trabalhista e, em que sentido, dentro do campo da cultura política peronista, houve alterações estratégicas. Desde a proscricção do PP, em 1955, o protagonismo de Vandor consolidou uma tendência política interna bem definida e conformou um grupo político com identidade sindical própria, o *vandorismo*, resultado da fragmentação do peronismo ao longo dos anos de proscricção (DAWYD, 2012). Em relação aos métodos políticos e gremiais, o *vandorismo* foi associado a uma estratégia de negociação, com a frequente instrumentalização dos protestos a fim de abrir um diálogo com o governo, “*golpear y negociar, endurecerse y participar*” (DAWYD, 2012b). Essa tendência se construiu pela posição independente que Vandor assumiu em relação a Perón nos primeiros anos de proscricção do peronismo. Na impossibilidade de retorno do ex-presidente, Vandor assumiu um discurso que apelava para o “peronismo sem Perón” em clara apropriação política do movimento e em detrimento da figura do general, gerando conflitos internos com o líder exilado e de diálogo com governos militares e antiperonistas:

Frente a los “duros”, partidarios de la intransigencia y el enfrentamiento para lograr el regreso de Perón, se situaron los “blandos”, dispuestos a defender los sindicatos y dialogar con el gobierno. Para estos últimos el cambio llevó además a un progresivo abandono de los objetivos a largo plazo y a un replanteo de las formas de lucha, que pasaron de la movilización y acción directa a las huelgas generales controladas por el aparato gremial. Si bien la conformación del sector “blando” fue lenta, logró hegemonizar la conducción local del movimiento peronista durante la década del ’60 bajo la jefatura de Vandor (SOTELO, 2012, p. 162).

A *capa blanda del peronismo*, como advertia John W. Cooke⁷⁶, liderada por Vandor ultrapassou as recomendações de Perón e confrontou o papel político que este desempenhava para o peronismo como movimento organizado (DAWYD, 2012). Dessa

⁷⁶ John William Cooke foi deputado peronista entre 1946-1952. Após a Revolução Libertadora (1955), foi nomeado delegado pessoal de Perón na Argentina e ajudou na reorganização do movimento na clandestinidade através da *Resistencia*. Cooke considerava o peronismo como expressão mais completa do nacionalismo popular e via para um movimento revolucionário; foi influência para o peronismo revolucionário, que cresceu em meados da década de sessenta, em resposta ao retraimento das condições políticas na Argentina deste período (BOZZA, 2001).

forma, a ruptura que ocorreu dentro do peronismo, com reflexos significativos no movimento sindical, foi em torno das lideranças políticas que conduziram o movimento após a Revolução Libertadora. A fragmentação do peronismo no começo de 1966 foi exemplar do resultado que essas divergências produziram. Ao analisar as transformações ocorridas na cultura política peronista no período de Onganía, observa-se uma melhor definição dos posicionamentos políticos e, em consequência, uma divisão mais nítida das correntes que agitavam o movimento trabalhista (DAWYD, 2014b).

Como observou o trabalho desenvolvido por Darío Dawyd (2012) a respeito das divisões políticas do movimento sindical no período do onganiato, a Revolução Argentina representou a cristalização, especialmente no seio do peronismo, da fragmentação a que o movimento estava suscetível desde a proibição do Partido, em 1955:

Ambos discursos [de ordem econômica e social da ditadura] dieron el marco para un gran momento de reformulación de las identidades políticas durante la Revolución Argentina, similar al que se dio en la segunda mitad de los años cincuenta, cuando a tono con las disputas políticas tras el derrocamiento de Perón, las tendencias sindicales se debatieron primeramente entre peronistas y antiperonistas. Pocos años después ambas comenzaron a fragmentarse en diferentes tendencias que fueron cristalizadas tras el golpe de 1966 con el desarrollo del participacionismo, confrontacionismo y dialoguismo⁷⁷.

O autor definiu três principais tendências resultantes dessa crise das identidades políticas gerada pelas condições impostas com a ditadura, sendo para o objetivo desta pesquisa importante ressaltar o crescimento e aprofundamento político de um dos setores-chave para compreender o contexto de violência que vai marcar o movimento a partir da década de setenta, os setores *combativos* (GORDILLO, 1996, 2001; GORDILLO, BRENNAN, 2008; DAWYD, 2012).

Esses setores eram liderados pelo dirigente Amado Olmos, secretário da *Federación Argentina de Trabajadores de la Sanidad*, e era composto pelos sindicatos mais desfavorecidos pelas políticas de Onganía, por muitas regionais do interior e pelos

⁷⁷ Segundo Darío Dawyd (2011c), a descrição mais aceita a respeito dessa divisão é a descrita por Arturo Fernández: “El ‘participacionismo’ constituye un modelo de sindicalismo subordinado al Estado y cooperativo con el sector capitalista hegemónico, el vanguardismo o negociadores expresa un proyecto de corte nacional-burgués desarrollista, asentado sobre la acumulación de capital y sobre la base de expansión del mercado interno y era la principal fuerza sindical del peronismo, mientras que los combativos o confrontacionistas dirigieron las principales luchas obreras de hostigamiento al bloque dominante y expresaban ‘tintes anti-capitalistas’ no del todo definidos”.

setores da ortodoxia peronista conhecidos como *los duros*, que se opunham à linha negociadora de Vandor e reivindicavam a liderança de Perón (BRENNAN; GORDILLO, 2008, p. 55). Fora do centro da política sindical *vandorista*, outros debates foram sendo desenvolvidos dentro dos sindicatos mais independentes e, especialmente após 1966, pela forma com que o movimento deveria se posicionar ante as medidas de impacto, como o fechamento do espaço político imposto pelo discurso de reordenamento da Revolução Argentina. Com a ditadura e o apelo antidemocrático que permeava a opinião pública, as condições políticas haviam mudado consideravelmente em relação aos processos anteriores. A fragmentação, que até então se baseava nas posições que o movimento sindical na Argentina tinha em relação às diretrizes de Perón e na forma como o movimento deveria se reorganizar, modificou seu eixo de tensão para a relação que o movimento sindical deveria manter com o governo militar da Revolução Argentina (GORDILLO; BRENNAN, 2008; DAWYD, 2012). Mais do que reivindicar a “lealdade peronista”, o endurecimento da ditadura exigiu outras posições políticas que excediam os dilemas anteriores em torno do movimento e tensionou a ruptura das identidades fora das balizas que o ligava apenas ao poder simbólico da liderança de Perón⁷⁸. O aprofundamento das tensões se concretizou com a divisão, em 1968, da CGT em duas centrais que concentravam as tendências mais conflitivas do movimento trabalhador, resultando na criação da *CGT de los Argentinos* (CGTA), central que agrupou os sindicatos mais radicalizados desse período e importante centro das atividades sindicais identificada com o sindicalismo *combativo*. A CGTA foi uma das principais forças que atuaram nos eventos fundamentais para o processo de escalada da violência como foi o caso do *Cordobazo*, em 1969, e nos enfrentamentos diretos ao regime de Onganía que resultou em sua queda em 1970.

Se antes as divisões se originavam, em grande parte, em questões referentes à condução do movimento, após a Revolução Argentina se basearam nas formas de pensar a sociedade e na relação com governos ditatoriais e liberais. Sob a velha tradição sindical, delinear-se novas formas de intervenção (GORDILLO, 2003) bastante influenciadas pela radicalização em relação à ditadura e à politização mundial sob os efeitos da Guerra Fria⁷⁹. Como apontou Romero (2006, p. 130): “[...] há o surgimento

⁷⁸ “*El colapso de la política consistente en golpear primero para negociar después, frente a un gobierno capaz de absorber los golpes y de ningún modo dispuesto a la negociación, desencadenó una grave crisis de liderazgo en los ámbitos sindicales*” (TORRE, 2004, p.281).

⁷⁹ Essas novas formas de intervenção “[...] *en contraposición a la férrea disciplina y verticalidad que había caracterizado la representación del orden sostenido por las anteriores autoridades sindicales,*

de um grupo de novos dirigentes sindicais formados não sob a cômoda tutela do Estado, mas nas lutas difíceis daqueles anos, e, por isso, muito mais temperados para o combate”. Para os *combativos*, sua identidade política passou a se definir contra a burocracia sindical –representada pela linha *vandorista* e *participacionista* –, o regime de Onganía e o imperialismo. Mais do que reivindicações estritamente trabalhistas, ampliou-se o debate e o papel que os trabalhadores tinham na construção de uma nova ordem social e econômica. Passou-se do reformismo do peronismo clássico ao combate que vai exigir um peronismo revolucionário (GORDILLO; BRENNAN, 2008, p. 55).

No projeto autoritário de 1966 conviviam de forma latente distintas tradições culturais e políticas que, impedidas de circular na arena política tradicional, se redefiniram em relação ao contexto de fechamento político. O objetivo da Revolução Argentina de “*alcanzar un justo equilibrio entre los intereses de la Nación, del trabajo y de la empresa, manteniendo las organizaciones correspondientes dentro del marco específico de su función propia*”⁸⁰, ou seja, de manter o movimento dentro dos limites das reivindicações trabalhistas fracassou e, pelo contrário, catalisou o reordenamento interno redefinindo papéis e práticas políticas que foram fundacionais dos movimentos radicalizados da década de setenta.

2.4 Divisão da CGT (1968): o impacto político da criação da *CGT de los Argentinos*.

Considerando o objetivo do trabalho, é mister delinear o processo que levou à criação da CGTA como instituição que nucleou o sindicalismo combativo e liderou a radicalização política do movimento trabalhista na Argentina ao final da década de sessenta. A divisão da CGT durante o Congresso normalizador, em 1968, significou a cisão material das divergências internas ao peronismo que se definiram radicalmente após a conjuntura surgida com a Revolução Argentina. Segundo Dawyd (2014b):

El análisis de la fractura de la CGT permite reconstruir cómo las diferencias sindicales coexistentes hasta antes de la división, se mostraron irreconciliables y consagraron la primera división de la central entre

apuntaban a la descentralización para jerarquizar el papel de las regionales y permitir una real participación y expresión de las bases” (GORDILLO, 2003, p. 345).

⁸⁰ Anexo 3 da *Acta de la Revolución Argentina* com os “*Objetivos políticos (fines de la revolución)*”.

sectores peronistas, que ya no volverían a estar juntos, ni ante el llamado del propio Perón.

A análise desta estrutura permite traçar o perfil político daqueles que se identificaram com a instituição e seus posicionamentos políticos; a ênfase na instituição se justifica pela relevância que um agrupamento deste tipo tem para a identidade política de sindicalistas e sindicalizados representados pela organização e como meio eficaz de acessar as práticas políticas irradiadas por este setor (OSTIGUY, 1998). Compartilha-se da perspectiva de Dawyd (2014b), que define:

[...] los nucleamientos o agrupaciones sindicales como anclajes institucionales, que reúnen sindicatos que comparten una corriente o tendencia sindical específica, entendida como identidad política de los trabajadores. Concebimos a las identidades políticas a partir de las tradiciones que la conforman, la frontera que las delimita y su representación interna.

No contexto de racionalização econômica, em 1967 a CGT lançou um plano de lutas contra a política do ministro da Economia Krieger Vasena que foi frustrado pelo recrudescimento da ditadura de Onganía contra os sindicatos.⁸¹ O passo atrás da CGT levou à sua intervenção pelos militares e à convocação de um Congresso normalizador, a fim de impor uma condução de tendência *participacionista* (DAWYD, 2011c; BARTOLETTI, 2011)⁸² na central sindical. Apesar da permanência do *vandorismo* como tendência predominante no peronismo local desde 1962 (SOTELO, 2008), as tensões que resultaram na fragmentação do peronismo se confrontaram abertamente em 1968 com a realização do Congresso. No impasse sobre a participação ou não dos sindicatos que sofreram intervenção do governo militar após o plano de lutas, *vandoristas*, *participacionistas* e *combativos* se confrontaram abertamente, tendo como cerne da discussão a relação que a CGT deveria manter com a ditadura de Onganía. O grupo liderado por Vandor se contrapunha à participação no congresso dos sindicatos penalizados pelo governo militar após as jornadas do plano de luta de 1967 e, dessa forma, tentava evitar que a ditadura se negasse a reconhecer a legitimidade das

⁸¹ A última etapa do plano previa uma paralisação de 48 horas, que foi frustrada pelo *escalonamento repressivo* (DAWYD, 2011c) da ditadura de Onganía contra os protestos dos trabalhadores, que impôs a intervenção de sindicatos, a vigência do Decreto nº 969/66 e a prerrogativa de que toda alteração da ordem como protestos de rua seria categorizada como *subversão* no contexto da DSN.

⁸² Esta preferência do governo militar pelos sindicalistas *participacionistas* se dava pelo posicionamento receptivo destes ante o chamado de participação dos militares a colaborarem com o governo. O sindicalismo *participacionista* foi uma novidade do onganiano (DAWYD, 2014b) e se diferenciava do *vandorismo* por não contestar a política econômica do governo e por negociar da melhor forma possível sob as condições impostas. Segundo Romero (2008, p. 165), eles estavam “dispostos a aceitar as regras do jogo impostas pelo regime e a assumir a função de expressão corporativa, ordenada e despolitizada, do setor trabalhista da comunidade”.

autoridades sindicais eleitas; em contraposição, *combativos* defendiam a participação, sem restrição, de todos grêmios, a fim de não respaldar a política repressiva de Onganía contra os sindicatos. Segundo Dawyd (2014b), “[...] *el trasfondo era si se buscaba una CGT reconocida por los militares y puesta a colaborar con ellos, o se buscaba una central dispuesta a enfrentarlos*”. Os setores *combativos* controlaram o congresso, batizado de Congresso normalizador Amado Olmos⁸³, e elegeram uma nova condução para CGT, liderada pelo secretário-geral dos trabalhadores gráficos, Raimundo Ongaro, nome forte do sindicalismo *combativo*. As demais tendências se refugiaram na sede da CGT na rua *Azorpadó*, Capital Federal, materializando a divisão que existia idealmente entre ambos nucleamentos. Conformou-se neste momento a *CGT de los Argentinos* (CGTA)⁸⁴, agrupando o sindicalismo opositor ao governo militar de Onganía (peronistas e independentes) e com sede na rua *Paseo Colón*, e de outro a *CGT Azorpadó*, liderada pelos setores *vandoristas* e com adesão dos *participacionistas*. De Madrid, Perón apoiou publicamente a CGTA⁸⁵ e, na medida em que buscava confrontar o crescimento de Vandor, legitimou as práticas políticas que nucleavam a central de Ongaro como um novo fôlego para o movimento peronista:

Desde el comienzo de las actividades sindicales de la C.G.T. que usted encabeza, he venido observando un cambio radical en la conducta de las organizaciones sindicales. [...] En 1945 la situación era similar a la que hoy les toca vivir a los trabajadores argentinos, pero, teníamos una juventud entusiasta y decidida que fue capaz de realizar un 17 de octubre. Me temo que en estos momentos tal juventud no exista, no porque no haya jóvenes y hombres valientes y decididos, tampoco porque esa juventud no esté movida como en 1945 por ideales constructivos, sino porque carecen de conducción y encuadramiento apropiados, que sean capaces de llevarlos al éxito. Las masas populares no valen por su número solamente sino y preponderantemente, por la calidad de sus dirigentes. [...] De la frustración solo se puede salir mediante la acción decidida de dirigentes que, poseyendo las virtudes esenciales, sean capaces de movilizar la masa y lanzarla a la lucha con la firme voluntad de vencer.

⁸³ Amado Olmos foi líder sindical da *Federación Argentina de Trabajadores de la Sanidad* e membro da mesa coordenadora das *62 Organizaciones Peronistas* (1957). Opositor da estratégia *vandorista* na CGT, foi, junto com John W. Cooke, defensor do peronismo como caminho revolucionário e como veículo de liberação nacional: “*Cuando Perón abandona el país, los únicos que no renuncian, los trabajadores, no tenemos con que luchar [...] El peronismo es el vehículo revolucionario de esa Argentina que se nutre en las grandes masas laboriosas y en los ‘cabezas negras’: esa es su grandeza y su vigencia. [...] Aquí tenemos que dividirnos entre los entreguistas y los que no queremos entregarnos. Entre los que están con el imperialismo y los que somos antimperialistas; entre los que queremos el país y los que están contra el país*”. Amado Olmos morreu em 1968, antes do Congresso normalizador que o homenageou, em um acidente de carro em Villa María, Córdoba (BASCHETTI, 1999).

⁸⁴ A CGTA também ficou conhecida como *CGT Paseo Colón*, *CGT rebelde*, *CGT opositora* ou *CGT Ongaro*.

⁸⁵ A carta *Perón apoya a Ongaro* foi publicada pela primeira vez na revista *Cristianismo y Revolución*, n° 8, julho de 1968, p. 50 (BRENNAN, 1996, p. 177).

O impacto político da CGTA na trajetória do sindicalismo peronista pós-1955 foi o retorno das lutas trabalhistas para a rua (ROTONDARO, 1971). Desde o período de reorganização do peronismo sob a *Resistencia*, a repressão política de governos antiperonistas impulsionou as correntes mais “brandas” do movimento que buscavam o diálogo em detrimento das estratégias de confronto (DAWYD, 2011c). Já nos primeiros atos organizados em 1968, as comemorações do dia do trabalhador e o protesto de rua durante as comemorações do segundo aniversário da Revolução Argentina, ficou evidente a discrepância que havia entre as ações políticas empreendidas de um e outro lado do cindido sindicalismo peronista no final de sessenta⁸⁶. A CGTA assumiu a cristalização institucional das diferenças dentro do sindicalismo peronista, especialmente como conformação material do sindicalismo *combativo* que já vinha se manifestando desde as disputas internas iniciais à proscrição do peronismo entre *duros* e *blandos*. A intransigência da CGTA foi marcada pela escolha dos inimigos dos trabalhadores, os quais não se resumiam apenas ao eixo de tensão entre peronistas e antiperonistas que marcou a Revolução Libertadora. Após 1966, o conflito se estendeu a outros setores da vida política e econômica nacional e ao próprio peronismo de tom negociador que se tornaram bandeiras de luta da CGT rebelde:

El elemento fundamental de esta estrategia era una redefinición del rol tradicional del movimiento obrero, denominada "sindicalismo integral". En esta nueva concepción, el sindicalismo debía encarar tres tipos de luchas, concebidas como inseparables. La primera, a nivel del movimiento obrero, se proponía desplazar a las corrientes sindicales que se habían convertido en "agentes" del gobierno, de la oligarquía y del imperialismo a cambio del enriquecimiento personal de sus dirigentes. La segunda debía dirigirse contra las políticas injustas del gobierno (la represión, la política económica y social). La tercera buscaba enfrentar el creciente poder del capital monopolista, cuya dominación debe ser resistida y denunciada (BARTOLETTI, 2011).

Estes três elementos de confrontação – o colaboracionismo do sindicalismo *vandorista* e *participacionista*, categorizado pelos *combativos* como *burocracia sindical*, a oposição aberta à ditadura de Onganía e a crítica ao modelo econômico liberal e monopolista – se tornaram a chave política para compreender o papel da CGTA diante dos acontecimentos que marcaram a radicalização política dos anos sessenta

⁸⁶ De acordo com Dawyd (2008): “[...] para ese 1º de mayo la CGTA preparó el primer número de CGT, el Mensaje y los actos públicos que realizó a pesar de que habían sido prohibidos por el gobierno del general Onganía; quienes asistieron a ellos sufrieron represión y detenciones en diversas ciudades del país, principalmente en San Justo, Rosario, Córdoba y Tucumán, que fueron centro de las movilizaciones más notorias. En la otra CGT en contraste, se conmemoró el día del trabajador con una reunión de los secretarios generales y directivos de las organizaciones confederadas en el edificio de Azopardo, entonaron el himno, hicieron un minuto de silencio por los que inmolaron sus vidas por el bienestar los trabajadores, leyeron un documento de esa Central y clausuraron el acto”.

(GORDILLO, 1996). Em torno das pautas da CGTA gravitaram diferentes grupos políticos que viram na conformação desta nova central o resgate da classe trabalhadora como vanguarda de uma revolução social e o espaço ativo de militância política:

Para ello organizó las movilizaciones del 1º de mayo y el 28 de junio, que fueron duramente reprimidas; sin embargo, con aquellos actos la central tuvo un gran impulso, tanto porque se puso a la cabeza del resurgir de las protestas en las primeras impugnaciones serias contra la dictadura, como porque su discurso combativo la convirtió en referente del activismo, concitando adhesiones de otros actores sindicales, políticos, estudiantiles y diversos (DAWYD, 2014b).

O pluralismo ideológico foi um aspecto fundamental da CGTA (SOTELO, 2007) por suas reivindicações, que não se limitavam apenas às pautas trabalhistas e apelavam para o apoio de outros setores que viram na central opositora um espaço de militância efetivo. A permanência do peronismo como identidade política da classe trabalhadora e o “giro” à esquerda que representou a pauta política do programa da CGTA reconfiguraram a relação que o movimento peronista mantinha com a sociedade. A aproximação e participação ativa nos chamados da CGTA de intelectuais, artistas, estudantes⁸⁷ e a adesão explícita aos princípios do catolicismo pós-conciliar⁸⁸ conformaram uma aliança política que uniu diferentes setores e acompanhou a politização por que passava a classe média argentina nestes anos (ANZORENA, 1998; TCACH, 2008; SPINELLI, 2008). Esta classe que a princípio havia preenchido as fileiras antiperonistas durante a Revolução Libertadora (1955), com o impasse que significou a sobrevivência e fortalecimento político do peronismo mesmo sob proscricção e a identificação popular ao movimento, compreendeu a relação inevitável que existia, na Argentina, entre peronismo e classe trabalhadora/popular. A radicalização política da fase posterior, que foi marcada por uma maior participação de setores da classe média (especialmente a militância universitária e intelectual) na política contra a ditadura e a favor de revoltas sociais, encontrou no peronismo o

⁸⁷ O semanário produzido pela CGTA foi um importante veículo de convergência entre setores intelectuais e trabalhadores e reuniu trabalhos editoriais de intelectuais argentinos como Rodolfo Walsh, Horacio Verbistky, Rogelio García Lupo e José Pasquini Durán. No campo artístico, a CGTA foi palco de uma das experiências artísticas mais significativas do período de radicalização política com a mostra *Tucumán Arde*, realizada em novembro de 1968 nas sedes portenha e rosarina da CGTA, de denúncia das políticas liberais na província mais pobre da Argentina (RAMÍREZ, 2008). Na convergência entre trabalhadores e estudantes foi emblemático o apoio que estes deram aos protestos de rua que culminaram com o *Cordobazo* em 1969 (GORDILLO, BRENNAN, 2008).

⁸⁸ Movimento de renovação católica que ocorreu após o Concílio Vaticano II (1965) e que deu origem na Argentina ao *Movimiento de Sacerdotes para el Tercer Mundo*, que tentava articular esta renovação com uma forte participação política e social com a presença de sacerdotes nas *villas misérias* e bairros operários e foi um dos principais canais de ação política que aproximou grupos do nacionalismo católico com o peronismo revolucionário e grupos da esquerda marxista.

caminho que levava às classes populares e, especialmente, à classe trabalhadora. Segundo a crítica literária Beatriz Sarlo, à época militante peronista, o impacto da divisão da CGT foi o redirecionamento das camadas médias politizadas para o peronismo, em detrimento das experiências dentro dos aparelhos partidários comunistas e socialistas, como forma autêntica de militância à esquerda:

Peronismo y clase obrera funcionaban como sinónimos ideológico-políticos. Tenía la convicción, como muchos peronistas de origen pequeño-burgués, de que el espacio de militancia se articulaba en relación con un sindicalismo no burocratizado, al que se pensaba como alternativo y cuya figura central podía ser un personaje como Amado Olmos y, poco más tarde, Raimundo Ongaro.[...] Dos o tres años después se produce la división de la CGT y la opción se vuelve extremadamente clara: [...] la diferencia aparecía nítidamente establecida en la separación física, geográfica, administrativa y de dirección que opuso a ambas CGT, la de Azorpadó y la de Paseo Colón. Es en la CGT de Paseo Colón donde da la impresión, posiblemente por la presencia de Rodolfo Walsh, por el carácter ilustrado y vanguardista del semanario CGT, es en ese marco donde parece que puede cumplirse la conjunción que el destino había querido que no se cumpliera en 1945, la de la pequeña burguesía y las capas medias progresistas con el espíritu insubordinado, plebeyo, insurreccional que traían la clase obrera y sus organizaciones de masas (TRÍMBOLI, 1998, p. 221).

Neste sentido, mais que uma redefinição dentro do próprio sindicalismo peronista, o surgimento da CGTA e sua identificação plural com outros setores sociais que se identificavam com a luta contra a ditadura –“*el gobierno elegido por nadie*”– e as bandeiras de liberação nacional –“*la lucha de liberación nacional se identifica en un mismo proyecto histórico con la lucha de liberación social de los trabajadores*” –⁸⁹ significaram o encontro do peronismo como expressão nacional da luta anti-imperialista.

Mais especificamente no contexto gremial, apesar de conformada majoritariamente por peronistas, a participação de sindicatos independentes e a adesão ao programa da CGTA por parte de regionais da CGT em províncias do interior fortaleceram o caráter inovador da instituição ante as disputas internas:

[...] se reprodujeron las divisiones de la CGT central, pero en el interior del país la CGTA ganó a los sindicatos más importantes de las regionales más fuertes (Córdoba y Tucumán, mientras que en Rosario la división fue más pareja) (DAWYD, 2011b).

Como a repetição do dilema nacional, as duas Argentinas (SHUMWAY, 2008; TERÁN, 2013) também separavam as práticas políticas no sindicalismo nacional, diferenciando Buenos Aires das demais províncias argentinas. Vários pesquisadores reivindicam o peso que estas províncias tiveram para a consolidação do sindicalismo

⁸⁹ Programa 1º de mayo – Mensaje a los trabajadores y al pueblo argentino. Semanário CGTA nº 1, 1/5/1968.

combativo em oposição à burocracia sindical representada pela central portenha (VIANO, 1994; GORDILLO; BRENNAN, 2008; RAMÍREZ, 2008; TCACH, 2012). Esta centralizava em sua estrutura burocrática, dominada pela linha conciliadora de Vandor, o poder de negociação, excluindo deste processo as regionais provinciais; o reforço deste sentimento antiburocrático nos sindicatos do interior foi-se afirmando à medida que a lógica de integração com o governo militar demonstrava que os benefícios se limitavam a Buenos Aires (GORDILLO, BRENNAN, 2008). Desse modo compreende-se o peso de províncias como Córdoba (*Programa de La Falda; Programa de Huerta Grande; Cordobazo; Viborazo*), Corrientes (protesto estudantil contra o aumento do restaurante universitário em 1969), Rosário (*Rosariazo*), Tucumán (*Tucumanazo*) e Mendoza (*Mendozazo*) tiveram para o crescimento do sindicalismo *combativo*, palcos de significativos protestos que marcaram a identidade radicalizada que se definiu a partir da CGTA.

A identidade *combativa* dentro do peronismo não foi uma novidade do onganiano (DAWYD, 2012), porém a conformação institucional desta tendência na CGTA, em conjunto com outras tradições sindicalistas independentes que se forjaram nos anos de perseguição aos trabalhadores, contribuiu para outros posicionamentos políticos. A radicalização política não foi privilégio dos peronistas, e a convergência com outros setores da sociedade argentina permitiu a complexificação do universo político dos trabalhadores e, logo, do sindicalismo peronista.

2.5 Mensaje a los trabajadores y al pueblo argentino: Forjando una identidad combativa.

O texto intitulado *Mensaje a los trabajadores y al pueblo argentino*, publicado em 1º de maio de 1968 no primeiro número do Semanário da CGT, tornou-se o eixo programático ao qual a CGTA pretendeu se organizar e a forma como se apresentou à sociedade e aos trabalhadores argentinos. Foi um documento de grande impacto para o sindicalismo peronista por explicitar o conteúdo *combativo* e direto de suas propostas e por vir acompanhado de manifestações de rua que reforçavam o caráter confrontacionista desta central em relação à política repressiva de Juan C. Onganía. Partindo da análise deste documento, Dawyd (2008) salienta o impacto político do documento (METSMAN, 2008) e a abrangência de setores que o apoiaram:

El mensaje a los trabajadores y al pueblo argentino de la CGTA fue (y es) considerado parte de los programas combativos del movimiento obrero peronista, punta de lanza de la renovada lucha contra el onganiato a partir de la atracción que buscó y encontró en obreros, estudiantes, curas y otros sectores (y se reproduce de allí en más en múltiples compilaciones que enfatizan estos sentidos).

Como conformação teórica do peronismo de tendência *combativa* que disputou o poder político no campo gremial pelo menos até 1970, quando ocorreu a reunificação da CGT⁹⁰, o *Programa de 1º de mayo*⁹¹ da CGTA é fundamental para compreender as intenções dos autores do documento e as suas vinculações políticas, a quem estes pretendiam falar e contra o que se opunham. Como documento de apresentação – o primeiro oficial da central e publicado em destaque na primeira página do Semanário –, trata-se de uma fonte privilegiada de acesso às posições políticas e às definições identitárias deste grupo que originou as expressões mais radicalizadas da disputa política no contexto do final da década de sessenta⁹². O objetivo deste tópico é acessar os fins políticos a que se propunha a central rebelde, a partir da análise de seu principal documento, entendendo que este esforço acompanha uma crítica interna à intencionalidade, consciente ou inconsciente, daqueles que o produziram, as condições de sua produção histórica e as relações ali estabelecidas – em relação à ditadura, às outras tendências gremiais e aos demais setores da sociedade.

Como visto acima, o *Programa de 1º de mayo* foi o resultado programático do reposicionamento político e tático do sindicalismo peronista que vinha se delineando desde a proscrição do movimento, em 1955, e do impasse político com antiperonistas. Apesar do já citado impacto que foi a divisão da CGT, é necessário reforçar que os acontecimentos históricos não se apresentam como excepcionalidades dentro de um processo. Mesmo sendo uma novidade no contexto sindical de predominância do

⁹⁰ Após o assassinato de Vandor, em 1969, a CGT foi reunificada no *Congreso de la Unidad Augusto T. Vandor* (1970), com o apoio de Perón, e foi designado como secretário-geral o dirigente siderúrgico José Ignacio Rucci, assassinado em 1973 pelos *Montoneros*, apesar de a autoria ainda ser discutida. Após a morte de Vandor, a CGTA foi colocada na ilegalidade pelo governo de Onganía.

⁹¹ Dawyd (2008, p. 10) salienta a mudança de denominação que era dada ao documento; se a princípio era chamado de “mensagem” passou a ser identificado como o *Programa*; o autor definiu esta passagem como uma acomodação deste dentro de uma linha de ação política e não apenas uma mensagem retórica: “[...] *el Mensaje dejó de ser conocido como tal para operar en él un cambio en su denominación que a partir de las adhesiones al mismo comenzó a ser llamado (y así se lo conoce incluso hoy) ‘Programa del 1º de mayo’*. No es menor el cambio, pues pasó del Mensaje, de lo comunicativo, al Programa, lo programático. [...] *Quienes adherían públicamente lo hacían al ‘Programa del 1º de mayo’, a aquello que el ‘Mensaje’ llamaba a hacer: combatir a la dictadura*”.

⁹² “*La CGTA, como ámbito central en el cual se procesa esta ‘peronización’ de la clase media, es un espacio de referencia clave tanto en la conformación de los grupos clandestinos Fuerzas Armadas Peronistas (FAP), Fuerzas Armadas Revolucionarias (FAR) y Montoneros, como para las organizaciones juveniles que constituirán el grueso de sus organizaciones de masas*” (BARTOLLETTI, 2011).

vandorismo, a emergência política da CGTA e seu programa estão inseridos em um processo mais amplo que o ligava a outros documentos produzidos anteriormente por sindicatos de tendência *combativa*, sendo estes os programas de *La Falda* (1957)⁹³ e *Huerta Grande* (1962)⁹⁴. Mais do que um produto do giro repressivo que significou a Revolução Argentina, em 1966, o programa político da CGTA deve ser pensado em perspectiva com uma tradição sindical mais radicalizada que vinha se desenvolvendo desde o período da *Resistencia* e que ajudou a consolidar as novas formas de luta política⁹⁵ no contexto de marginalização do peronismo (DAWYD, 2011). Corroborando a afirmação, de acordo com César Tcach (2012, p. 228):

Los programas económicos y políticos aprobados por plenario sindicales en La Falda (1957), Huerta Grande (1962) y el del 1° de mayo de la CGT de los Argentinos, ponían de manifiesto la progresiva construcción de una suerte de contrapoder.

Reivindicando um retorno às pautas dos dois programas anteriores – “[...] *venimos a alzar en el punto donde otros las dejaron, viejas banderas de lucha*” –⁹⁶, a CGTA se inscrevia em uma linha de tendência *combativa*, mantendo pontos programáticos anteriores e atualizando outros como a inserção da crítica aos

⁹³ O programa de *La Falda* foi produzido durante o *Plenário Nacional de Delegaciones Regionales de la CGT y de las 62 Organizaciones*, realizado em 1957, na localidade de *La Falda*, província de Córdoba. Este apresentava um conteúdo antioligárquico e anti-imperialista, retomando princípios clássicos do peronismo – política econômica nacionalista, justiça social, independência econômica e soberania política – junto a posições mais radicais, como o controle dos trabalhadores sobre a produção e a solidariedade às lutas de liberação nacional pelo mundo (BASCHETTI, 1999).

⁹⁴ O programa de *Huerta Grande* foi produzido em 1962, no *Plenário Nacional das 62 Organizaciones*, realizado em *Huerta Grande*, província de Córdoba. No contexto do golpe contra o presidente radical Frondizi e de nova repressão aos peronistas após as vitórias eleitorais em 1962, este documento representou o aprofundamento do programa anterior nos aspectos anti-imperialistas de seu conteúdo e significou a consolidação de um programa combativo no sindicalismo peronista, tendo à frente o dirigente Amado Olmos.

⁹⁵ Desde o recrudescimento da perseguição aos peronistas por parte do presidente Pedro E. Aramburu e a conformação da *Resistencia* pelos peronistas na clandestinidade, as formas de ação política mudaram de acordo com as condições internas. Os anos de proscricção propiciaram o surgimento de outras formas de intervenção política na cena pública, com tendência a uma maior radicalização de ações das quais foram representativas as sabotagens e as bombas caseiras usadas pelos peronistas, conhecidas popularmente como *caños*, e o levante do militar peronista Juan José Valle, em 1956, que foi sufocado pelos militares e resultou no fuzilamento dos sublevados (ROMERO, 2006; MELÓN PIRRO, 2009). A novidade da CGTA em ação política neste processo é que “*La CGTA comenzó a promover nuevas formas de protesta y de resolución de los conflictos que, en contraposición a la férrea disciplina y verticalidad que había caracterizado la representación del orden sostenido por las anteriores, apuntaban a la descentralización para jerarquizar el papel de las regionales y permitir una real participación y expresión de las bases*” (GORDILLO, 2003).

⁹⁶ *Programa 1° de mayo – Mensaje a los trabajadores y al pueblo argentino*. Semanário CGTA n° 1, 1/5/1968.

monopólios estrangeiros, do sindicalismo representado pela CGT *Azopardo* e do confronto aberto à Onganía⁹⁷.

O convite a um “*examen de consciencia*” como “*empresa común*”⁹⁸ foi dirigido a diferentes setores da sociedade para que encontrassem na CGTA um espaço de militância que pretendia nuclear a resistência ao governo de Onganía (DAWYD, 2008; DAWYD, 2011b):

Muchas de las adhesiones que la CGTA buscó las consiguió, ya que fueron atendidas por varios de los sectores a los que la dictadura hirió desde sus inicios, como los sindicatos más golpeados por las racionalizaciones económicas, agrupaciones de estudiantes universitarios, agrupaciones varias del peronismo, el radicalismo (a través de jóvenes y dirigentes intermedios o “generacionales” de la UCRP), agrupaciones sociales (como los sacerdotes para el tercer mundo), intelectuales, artistas y varios partidos y grupos políticos (DAWYD, 2008).

Marcando claramente aqueles a quem se dirigia – “*a los empresarios nacionales;/ a los pequeños comerciantes e industriales;/ a los universitarios, intelectuales, artistas;/ a los militares;/ a los estudiantes;/ a los religiosos de todas las creencias*” – , a mensagem da CGTA demonstrava o tipo de apoio que buscava naquele momento. Ultrapassando os atores sociais que nucleavam as relações de trabalho, o apelo a universitários, intelectuais e estudantes marcava a passagem de um sindicalismo focado nas pautas trabalhistas para outras mais abrangentes (ROMERO, 2006), que incluía entre suas reivindicações: “[...] *combatir de frente al imperialismo, los monopolios y el hambre*”. Assim como o chamado aos empresários nacionais, aos pequenos comerciantes e aos militares, buscava renovar uma aliança cara aos peronistas: entre sociedade civil e Forças Armadas, assentada em uma política econômica nacionalista (BALVÉ, 2006; MACOR, 2009)⁹⁹.

A mensagem é composta de uma larga descrição da situação do país e do estado de miséria em que se encontrava a população argentina¹⁰⁰ e atribuía este estado de

⁹⁷ “*El punto 2 del programa de la CGTA es el punto 8 del Programa de Huerta Grande, el punto 3 es el punto 1, 2 y 3 del mismo, el 4 es el 5 y el 6 es el 7; en el Programa de Huerta Grande no se habla de que ‘La propiedad sólo debe existir en función social’, ni de monopolios, ni de educación para hijos de los obreros y sí se habla de prohibir ‘toda exportación directa o indirecta de capitales’, importaciones competitivas con la producción local, abolición del secreto comercial, y planificación de la producción nacional; por otro lado, todos estos puntos a excepción de la ampliación de la educación para todos, figuran en el programa de La Falda*” (DAWYD, 2008).

⁹⁸ *Programa 1º de mayo – Mensaje a los trabajadores y al pueblo argentino*. Semanário CGTA n° 1, 1/5/1968.

⁹⁹ “*La mayor parte del movimiento obrero apoyaba a la Revolución Argentina con la esperanza de que se produjera la alianza ‘Ejército-Pueblo’, es decir la edición corregida y actualizada del 43-45*” (BALVÉ, 2006, p. 239).

¹⁰⁰ “*La situación del país no puede ser otro que un espejo de la nuestra. El índice de mortalidad infantil es cuatro veces superior al de los países desarrollados, veinte veces superior en zonas de Jujuy donde un*

coisas às escolhas do “*gobierno elegido por nadie*” e às medidas de racionalização econômica de seu ministro da economia Krieger Vasena, cujo “*verdadero rostro de la libre empresa, de la libre entrega, filosofía oficial del régimen*” era incapaz de “*ocultar la realidad de fondo que son los monopolios en el poder*”. Deste modo, a CGTA se posicionava frontalmente contra o governo de Onganía, o qual considerava ilegítimo, e contra monopólios que eram obstáculos para a conquista da soberania política e a liberação nacional:

Este poder de los monopolios que con una mano aniquila a la empresa privada nacional, con la otra amenaza a las empresas del Estado donde la racionalización no es más que el prólogo de la entrega, y anuda los últimos lazos de la dependencia financiera. [...] El proceso de concentración monopolista desatado por el gobierno no perdonará un solo renglón de la actividad nacional. Poco más y sólo faltará desnacionalizar la tradición argentina y los museos.

A amplitude das pautas reivindicadas pela CGTA atraía diferentes grupos “*intentando conciliar las diferentes posiciones de los sectores a los que apelaba y convocaba a la unidad*” (BARTOLETTI, 2011). Ao se propor objetivos maiores e em conformidade com outros posicionamentos políticos que até então não eram comuns no sindicalismo peronista, a CGTA nucleou e fomentou a relação entre peronismo e esquerda e foi marcada pelo pluralismo ideológico (SOTELO, 2007; BARTOLETTI, 2011)¹⁰¹. A vinculação da situação interna com o papel dos monopólios na economia nacional situou a CGTA no mesmo lado daqueles que denunciavam o papel do capital estrangeiro e trilhou os caminhos que marcaram o discurso de liberação nacional na América Latina (TORTTI, 1990). Este debate, bastante frequente nos meios estudantis e intelectuais, foi transformado pela CGTA em bandeira de luta da classe trabalhadora – “*La lucha contra el poder de los monopolios y contra toda forma de penetración*

niño de cada tres muere antes de cumplir un año de vida. Más de la mitad de la población está parasitada por la anquilostomiasis en el litoral norteño; el cuarenta por ciento de los chicos padecen de bocio en Neuquén; la tuberculosis y el mal de Chagas causan estragos por doquier”. Em Semanário CGTA nº 1, 1/5/1968. Programa 1º de mayo – Mensaje a los trabajadores y al pueblo argentino. As informações seguintes se baseiam no mesmo documento.

¹⁰¹ Apesar de a criação da CGTA ter explicitado a relação entre peronismo e esquerda, pode-se dizer que esta não era uma novidade dentro do movimento. Para Bartolletti (2011) a conformação de grupos que foram associados à chamada *esquerda peronista* se situa “[...] en una coyuntura histórica muy específica. Los años que van desde el golpe de Estado de 1955 al de 1976, que han sido caracterizados a partir de la imagen del ‘empate hegemónico’ o, en palabras de Halperín Donghi, como una crisis de larga duración originada en la ‘revolución social’ peronista”. Sobre a bibliografia relacionada à esquerda peronista pode-se citar: JAMES, Daniel. “The peronist left, 1955-1975”. *Journal of Latin American Studies*, 1976; GILLESPIE, Richard. “J.W. Cooke. El peronismo alternativo”. Buenos Aires: Cántaro, 1989; RAIMUNDO, Marcelo. “Izquierda peronista, clase obrera y violencia armada: Una experiencia alternativa”, en revista *Sociohistórica*, La Plata, Nº 15-16, 2004.

extranjera es misión natural de la clase obrera, que ella no puede declinar” –, classe esta que foi inserida em um ciclo de debates que se abria de forma contundente no cenário latino-americano de final dos anos sessenta.

No quarto ponto do texto do *Programa de 1º de mayo*, fica explícita a renovação pela qual passaram as reflexões do movimento trabalhista nucleado na CGTA, nas quais se denunciavam a estrutura capitalista como essência da exploração do país nas mãos dos empresários estrangeiros e o declínio da classe trabalhadora:

La historia del movimiento obrero, nuestra situación concreta como clase y la situación del país nos llevan a cuestionar el fundamento mismo de esta sociedad: la compraventa del trabajo y la propiedad privada de los medios de producción [...] La estructura capitalista del país, fundada en la absoluta propiedad privada de los medios de producción, no satisface sino que frustra las necesidades colectivas, no promueve sino que traba el desarrollo individual. De ella no puede nacer una sociedad justa ni cristiana.

Todavía, mais à frente o discurso a respeito da propriedade privada demonstrava as incompatibilidades entre o reformismo peronista e o discurso revolucionário que embalava a ideia de liberação nacional a partir da esquerda. Denuncia-se a propriedade privada “[...] *tal como hoy es ejercido*” e se reivindica que “*la propiedad sólo debe existir en función social*”, demonstrando que a denúncia da estrutura capitalista tinha como fundamento uma crítica ao modo como era exercido e não como uma crítica sistemática (DAWYD, 2008).

Encontra-se um inimigo comum. Os monopólios e o governo que os sustentam são bandeiras que convergem, mas não as únicas. Dentro do campo gremial e no marco da disputa de liderança do movimento peronista entre as duas centrais, a CGTA reivindicou para si a legalidade de sua condução política – “*Nosotros, representantes de la CGT de los Argentinos, legalmente constituída en el Congreso normalizador Amado Olmos*”/ “*CGT elegida por todos*”/ “*Este consejo directivo son las únicas autoridades legítimas de los trabajadores argentinos*” – e a oposição àqueles que “*ocupan un edificio vacío y usurpan una sigla*”, em uma clara denúncia aos dirigentes *participacionistas* e *colaboracionistas* reunidos na CGT Azopardo. A oposição a esses dirigentes – “*el sector de dirigentes que acaban de traicionar al pueblo y separarse para siempre del movimiento obrero*”/ “*agentes de un gobierno, de una oligarquía y de un imperialismo*” – se tornou a base de legitimação do papel da CGTA como frente do movimento trabalhista e de renovação no papel do dirigente sindical “*sin aventuras colaboracionistas ni golpistas*”. Para isso, retomava a definição do dirigente da saúde Amado Olmos a respeito da ideia de *sindicalismo integral*, aquele que não se

preocuparia apenas com questões laborais, mas “[...] *que se proyecte hacia el control del poder, que asegure en función de tal el bienestar del pueblo todo. Lo otro es el sindicalismo amarillo, imperialista, que quiere que nos ocupemos solamente de los convenios y las colonias de vacaciones*”.

A princípio, a CGTA recebeu apoio de Madrid¹⁰², especialmente se tratando do papel que desempenhava como oposição às lideranças que rivalizavam com Perón. Porém, ainda em 1968, o general fechou um acordo com Vandor, no qual negociou o chamado à reunificação do movimento peronista através das 62 *Organizaciones* nucleada na CGT *Azopardo*. Este giro no apoio que brindava Perón aos dirigentes de diferentes tendências foi balizado pela desconfiança que acompanhou a CGTA em torno de seu papel como centralizadora da oposição à Onganía e que atraiu diferentes grupos políticos para o espaço hegemônico do peronismo no movimento sindical. Contudo, com esta estratégia a central aderiu aos preceitos já definidos por Cooke a respeito das alianças populares que deveriam conformar, junto com os trabalhadores, o caminho da liberação nacional:

De la misma manera que declaro que no puede haber liberación sin el peronismo, reconozco que tampoco podrá hacerla exclusivamente el peronismo. La tarea requiere una movilización popular muy vasta, una gran política de masas orientada por un programa que sea, al mismo tiempo, inflexible en el mantenimiento de ciertos principios fundamentales, y suficientemente amplio como para superar los particularismos ideológicos de sectores que coinciden en el propósito común (COOKE, 1959).

A aproximação de grupos de esquerda, cristãos pós-conciliares e agrupamentos estudantis, além da redefinição no papel da classe trabalhadora ante um desafio maior – acabar com a ditadura e a estrutura capitalista monopolista –, levou a que o chamado à reunificação de Perón com Vandor enfraquecesse o papel político da CGTA no movimento trabalhista e que “*integrantes peronistas de la CGTA no vieron con malos ojos una oportunidad para alejarse de las posturas cada vez más combativas de Ongaro y al mismo tiempo cumplir un llamado de Perón para la reorganización del movimiento*” (DAWYD, 2011, p. 11).

Contudo, o ano de 1969 foi palco de uma maior radicalização que antecedeu e originou as condições para a escalada da violência política na década de setenta na Argentina (BALVÉ, 1989; TORRE, 2004; TERÁN, 2013). O crescimento da repressão política, a instabilidade econômica e a ameaça crescente a conquistas trabalhistas foram

¹⁰² A carta *Perón apoya a Ongaro* foi publicada pela primeira vez na revista *Cristianismo y Revolución*, nº8, julho de 1968, p. 50 (BRENNAN, 1996, p. 177).

condicionantes que interpelavam determinados atores sociais e geravam questionamentos acerca de uma saída para a crise. Entre os acontecimentos que marcaram este ano como ponto de inflexão, pode-se citar o *Cordobazo*¹⁰³ e o assassinato de Augusto Vandor¹⁰⁴ em Buenos Aires. Esses eventos antecederam e contribuíram para a torrente de mobilização política e social, mas também, em contrapartida, para a violência armada e para a repressão por parte do governo militar. Ambos foram responsáveis por intensificar o receio que havia na sociedade civil e entre os próprios trabalhadores a respeito das práticas confrontacionistas que a CGTA fomentava, porém o *Cordobazo* teve efeito significativo na construção da aliança entre trabalhadores e outros setores da sociedade civil¹⁰⁵, tornando-se monumento político para diferentes setores que combatiam a ditadura de Onganía:

En efecto, el Cordobazo se erige como uno de los acontecimientos y divisorias de aguas históricos genuinamente seminales en la Argentina del siglo XX. Su efecto político inmediato fue desacreditar a la dictadura de Onganía y debilitar los fundamentos de lo que otrora parecía el más fuerte de todos los regímenes posperonistas. [...] el legado más significativo del Cordobazo fue el ser un símbolo, por su efecto sobre la clase obrera local y la izquierda argentina. Rápidamente mitologizado por ambas, se convirtió en la piedra de toque, el hito mediante el cual la izquierda peronista y las organizaciones y los partidos marxistas, así como determinados sectores del movimiento obrero, evaluaron todas las movilizaciones ulteriores en la ciudad (GORDILLO; BRENNAN, 2008, p. 84).

No marco de uma tradição que já vinha se desenvolvendo no sindicalismo peronista desde a marginalização do movimento, a CGTA foi um acontecimento significativo por representar a viabilidade da tendência *combativa* quando as condições internas se tornaram incontornáveis, inclusive para *vandoristas*. Seu programa e a produção do Semanário criaram as condições político-discursivas que tornaram possíveis a conformação de um movimento trabalhista mais plural e o caminho para a radicalização política que acompanhou uma crítica interna ao próprio peronismo e, em especial, aos caminhos da esquerda na Argentina.

¹⁰³ O *Cordobazo* foi um levante na província de Córdoba que antecedeu a paralisação de 30 de maio de 1969 – paralisação em que entraram em acordo ambas CGT – e terminou com distúrbios entre trabalhadores e estudantes contra as forças policiais que não evitaram a tomada de controle da cidade por parte dos manifestantes durante o dia 29.

¹⁰⁴ No dia 30 de junho de 1969, Augusto T. Vandor foi assassinado na sede da UOM. A reação do governo foi decretar estado de sítio, intervenção na maioria dos grêmios que faziam parte da CGTA e detenção de militantes opositores e dirigentes sindicais, entre eles Raimundo Ongaro. Apesar de nenhuma investigação ter sido concluída, o grupo armado peronista *Montoneros* assumiu a autoria do crime anos mais tarde e rememorou este evento em atos posteriores através de gritos como: “*Rucci traidor, a vos te va a pasar lo mismo que a Vandor*”/ “*Rucci traidor, saludos a Vandor*”.

¹⁰⁵ Em contrapartida, Bartolletti (2011) afirma que: “*El Cordobazo profundiza la situación de creciente aislamiento de la central, no sólo por la intensificación de la represión, sino también por el renovado apoyo de Perón a la CGT Azopardo*”.

Capítulo 3

Semanário CGT (1968-1970): Aspectos discursivos de uma identidade política em transição.

Nuestra misión no la podemos cumplir en la corta vida de un hombre. Los hombres pasan y las naciones suelen ser eternas. En consecuencia, buscando esa eternidad para nuestra patria y la perennidad para nuestro movimiento, es necesario que lo organicemos con declaraciones de principios, con doctrinas perfectamente establecidas y con cartas orgánicas que den a este movimiento la materialización orgánica que él necesita. Busquemos darle también un alto grado de perennidad que nos prolongue a través de nuestros hijos, de nuestros nietos y de las demás generaciones.

Juan Domingo Perón, 1949.¹⁰⁶

Um dos aspectos complexos ao se pensar o peronismo como fenômeno político e social foi sua capacidade de permanecer na cultura política argentina por tanto tempo. Quais características este fenômeno adquiriu para se enraizar de forma tão resistente, a ponto de se tornar o filtro ideológico pelo qual passavam todas as tendências políticas

¹⁰⁶ Discurso de Juan D. Perón para os delegados do *Congreso General Constituyente del Partido Peronista* (1949).

que disputavam espaço na Argentina a partir da década de 1960? Caso típico foi o surgimento de organizações que podiam se posicionar em polos radicalmente diferentes do campo político e reivindicarem, com armas, a lealdade a Perón.

Como observa Federico Neiburg (1998, p. 15) a palavra *peronismo* teve a capacidade de invocar ao mesmo tempo violentos desacordos e um estranho consenso que era defini-lo como “*una propuesta, positiva o negativa de constitución de la nación, una forma perversa o progresista de integración del pueblo a la sociedad argentina*”. O resultado da Revolução Libertadora (1955) foi ter cindido definitivamente o campo onde a pluralidade política do país passou a ser resumida em torno do eixo peronismo e antiperonismo.

Essa observação remete às reflexões de Reinhart Koselleck (2006) no que diz respeito à *semântica histórico-política dos conceitos antitéticos assimétricos*¹⁰⁷. Segundo o historiador alemão, “a eficácia das atribuições recíprocas se intensifica historicamente quando elas são aplicadas aos grupos” e pressupõe que “uma unidade de ação política e social só se constitui por meio de conceitos pelos quais ela se delimita, excluindo outras, de modo a determinar a si mesma” (KOSELLECK, 2006, p. 191). Mais do que mero recurso discursivo, a definição que exclui o outro acompanha a própria conformação da identidade. Os conceitos antitéticos *peronismo* e *antiperonismo*¹⁰⁸ encerram definições de origem política, social e cultural que acompanharam a dinâmica do cenário interno, oscilando entre a valorização e detrimento de certos atributos, em especial o que levou à identificação entre as “massas” e Perón¹⁰⁹. O peronismo teria levado a uma compressão da política não somente em se tratando de representação de interesses, mas também do reconhecimento de atores sociais, de votantes que são socioculturalmente constituídos (OSTIGUY, 1998, p. 141). Dos *cabecitas negras*, denominação pejorativa com que antiperonistas designavam a base popular que apoiou Perón, à mística peronista dos *descamisados*, reivindicada pelos *Montoneros*, há o que Kosselleck (2006, p. 203) denominou recurso do *contraponto*

¹⁰⁷ KOSELLECK, Reinhart. “Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos”. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 2006.

¹⁰⁸ É importante ressaltar a advertência de Koselleck (2006) sobre a política dos conceitos antitéticos que corresponde à “dificuldade para serem aplicados ao conhecimento científico”. Segundo o autor: “Não podemos permitir que a força sugestiva dos conceitos políticos nos prenda a uma leitura dualista das condições históricas antagônicas que ela implica, ou que foram por ela provocadas. Como categorias costumam ser bastante grosseiras. Nenhum movimento histórico pode ser suficientemente conhecido com os mesmos conceitos antagônicos com que foi vivido ou compreendido pelos que dele participaram” (KOSELLECK, 2006, p. 195).

¹⁰⁹ Os debates intelectuais a respeito do peronismo, em especial a identificação popular ao movimento, foram abordados no capítulo 2 desta dissertação.

positivo: aquele atributo que a princípio teria surgido como algo negativo é apropriado, porém com os sinais trocados.

Neste ponto é importante retomar a abordagem das identidades políticas argentinas de Pierre Ostiguy (1998), que propõe um modelo de explicação sociocultural em que os discursos políticos neste período são atravessados por dois eixos: um primeiro de corte ideológico entre “esquerda” e “direita” e um segundo corte definido como “alto” e “baixo” desde o ponto de vista cultural. Se definir o peronismo como um movimento de direita ou esquerda é uma missão impossível, em relação ao bloco antiperonista essa diferenciação também não se aplica, já que conviviam radicais, conservadores, socialistas, comunistas, democratas cristãos e outros. Na impossibilidade de definir o aspecto ideológico, ao se falar de identidades políticas na Argentina, o segundo eixo proposto por Ostiguy adquire um peso relevante nos discursos políticos em que a invocação de determinados elementos foi fundamental na consolidação destas identidades:

If Left and Right are about political orientation towards the structure of social-economic power and the larger social hierarchy (or order) in which it is inserted, High and Low are more about social-cultural representation, and indirectly educational level. The – at time selected, at times not – features or traits depicted and expressed can even become explicitly constituted as marking traits, or recognition landmarks, of a specific political identity (OSTIGUY, 1998, p. 4).

No entanto Koselleck (2006, p. 194) adverte que “as antíteses do passado costumam ser bastante grosseiras” e que “nenhum movimento histórico pode ser suficientemente conhecido com os mesmos conceitos antagônicos com que foi vivido ou compreendido pelos que dele participaram”. Desse modo, podemos pressupor que a fluidez entre os campos políticos foi muito mais significativa que a rigidez que os conceitos antagônicos pretendem encerrar.

Caído o “*tirano prófugo*”, os intelectuais que haviam sido calados pela política cultural peronista¹¹⁰ se empenharam em refletir sobre este fenômeno que havia arrebatado as classes populares argentinas que lamentavam o fim do regime

¹¹⁰ Segundo Flávia Fiorucci (2011, p. 30) a respeito da política cultural peronista: “[...] a partir de 1950 y particularmente luego de iniciada la segunda presidencia del general Perón, podemos observar que el gobierno fue progresivamente abandonando la lógica de la cooptación para en su lugar privilegiar la censura y el enfrentamiento directo con los miembros y las instituciones del campo [intelectual]. Esa segunda etapa, coincide con un clima general en el que el régimen redobló las instancias de control y adoctrinamiento ideológico de la sociedad civil, y de vigilancia y presión sobre la oposición política”.

justicialista¹¹¹. Essas reflexões a respeito desse fenômeno tiveram uma preocupação abertamente política em que compreender a natureza do peronismo era identificar a sua base social para integrá-la à sociedade *desperonizada* e propor caminhos alternativos para obter a “adesão do povo disponível” após a proscricção do movimento (NEIBURG, 1998, p. 20). Partia-se de uma concepção sobre o surgimento do peronismo em que o tom personalista e assistencialista de Perón ia ao encontro do apetite material das classes baixas vindas do interior, na qual os traços socioculturais eram levantados como justificativa para tal adesão¹¹². Segundo Ostiguy (1998, p. 5), as identificações relacionadas a estes aspectos se diferenciavam da seguinte maneira:

In political and intellectual polemics, the High tends to characterize the Low as "demagogic," "populist," when not "rabble-rouser" and/or "backward," and also often as "irresponsible" and "dangerous." Inversely, the Low tends to characterize the High as "sold-out," or as "fine-talkers" or "bullshitters" (intellectual presentation) or "stuck-up" (social mores). The focus of the denigration, certainly, vary along the Left/Right axis within the social-culturally Low.

A paulatina dissolução do bloco antiperonista e a ruptura dos setores mais progressistas em relação ao conservadorismo que coabitava esta frente responderam a uma série de circunstâncias que evidenciou a nova fase política que se abria com o fim do peronismo e os primeiros sinais da resistência peronista. Se a política antipopular e repressiva da Revolução Libertadora não correspondeu aos anseios daqueles que haviam se unido contra o autoritarismo de Perón, também não houve dentro do jogo político legal uma força capaz de agregar essa dissidência progressista antiperonista¹¹³. Além disso, a permanência do peronismo como expressão das classes populares após 1955 significava que esta identificação não era produto apenas da ação do Estado peronista e da aceitação passiva das “massas inexperientes”. Esta percepção dava lugar a uma “espécie de culpa diante da incompreensão de maiorias populares” em que “Desde o *Sur* até o Partido Socialista, os grupos e partidos que tinham cobiçado a oposição antiperonista sofreram todo o tipo de fraturas” (ROMERO, 2008, p. 155). Logo após a deposição de Perón, muitos destes setores intelectuais passaram pelo que seria o

¹¹¹ “La existencia misma del régimen peronista era una realidad demasiado problemática como para no interrogarse sobre su significado. [...] En consonancia con tal urgencia, aparecieron varios libros y trabajos acerca del ‘fenómeno peronista’. Entre los más importantes, teniendo en consideración las repercusiones que luego tuvieron para el campo, podemos mencionar los trabajos de Ernesto Sábató *El otro rostro del peronismo* y el de Ezequiel Martínez Estrada *¿Qué es esto? Una cantillaria?*” (FIORUCCI, 2011, p. 189).

¹¹² As discussões intelectuais a respeito das origens da base social que apoiou Perón foram abordadas no capítulo 2 da dissertação.

¹¹³ O caso da frustração das camadas antiperonistas progressistas com o radicalismo intransigente de Arturo Frondizi foi desenvolvido no capítulo 1 desta dissertação.

processo inverso, a “[...] *peronización - racionalizada como autocrítica respecto de una posición antiperonista anterior o como descubrimiento de algunas bondades del antiguo régimen*” (NEIBURG, 1998, p. 21)¹¹⁴. Neste sentido o discurso peronista foi muito eficiente em valorar de forma positiva aspectos que eram levantados pela oposição como elementos negativos.

O que motivou estas reflexões foi compreender a trajetória que permitiu que setores progressistas historicamente antiperonistas identificassem neste movimento a expressão política da vontade popular, o que os levou *de antiperonistas a peronistas revolucionários* (SPINELLI, 2013). Como consequência deste processo, essa convergência redefiniu o comportamento político dos setores envolvidos no conflito e exigiu estratégias que permitissem adequar novas demandas ao discurso político peronista que apelava para sua principal base de sustentação, os trabalhadores. A opção pela análise da produção discursiva de um setor peronista específico, o sindicalismo combativo nucleado na CGTA como forma de acessar os mecanismos de produção de sentido de uma identidade política, vai ao encontro das observações do sociólogo Eliseo Verón (1987, p. 2)¹¹⁵:

¿En qué medida el análisis de los discursos asociados a estructuras institucionales determinadas permite comprender mejor los mecanismos de dichas instituciones, su naturaleza y sus transformaciones? Todo indica que hay niveles de funcionamiento de los procesos políticos a los que solo podemos acceder a través del análisis del discurso.

Como espaço eficaz de articulação política entre o sindicalismo combativo e os diferentes setores intelectuais – vale lembrar as contribuições de Rodolfo Walsh, Horacio Verbitsky e Rogelio García Lupo, a participação do artista gráfico Ricardo Carpani e o vanguardismo do cinema político do grupo *Cine Liberación*, de Fernando Pino Solanas e Octavio Getino –, a experiência política da CGTA permite acessar essa intensa reflexão acerca de um identidade política em transição. Verifica-se a

¹¹⁴ Retomando Ernesto Sábato como exemplar dessa redefinição política no campo intelectual argentino, o ensaísta descreve: “*La mayor parte de los partidos y de la intelligentsia, en vez de intentar una comprensión del problema nacional y de desentrañar lo que en aquel movimiento confuso había de genuino, de inevitable y de justo, nos habíamos entregado al escarnio, a la mofa, al bon mot de sociedad. Subestimación que en absoluto correspondía al hecho real, ya que si en el peronismo había mucho motivo de menosprecio o de burla, había también mucho de histórico y de justiciero*” Em *El otro rostro del peronismo. Carta abierta a Mario Amadeo* (fragmento). S/ed., Buenos Aires, 1956. Cabe observar também que a conformação da chamada “nova esquerda” parte desta reflexão crítica que foi analisada por Silvia Sigal (“*Intelectuales y poder en la década del sesenta*”). Buenos Aires: Puntosur, 1991) e Oscar Terán (“*Nuestros años sesentas. La formación de la nueva izquierda intelectual argentina*”). Buenos Aires: Puntosur, 1991).

¹¹⁵ VERÓN, Eliseo *et al.* “La palabra adversativa. Observaciones sobre la enunciación política. El discurso político”. *Lenguajes y acontecimientos*, 1987.

peronização do ideal revolucionário das classes médias intelectualizadas e a radicalização política do sindicalismo peronista em uma dinâmica difícil de balancear o peso político de cada proposta. A atualização identitária peronista em termos de uma maior radicalização política encarnava ideais que se tornavam bandeiras comuns para diferentes setores:

En efecto, fue una de esas épocas creativas, de gran producción, de ruptura pero, también, de afirmaciones de ciertos ideales que se convertirían en modelos para la acción. Un lugar común era la aceptación de la necesidad del “cambio de estructuras”. Esta idea estaba presente en todos los ámbitos: se necesitaba cambiar la estructura política, el sistema tradicional de partidos que mantenía marginada a la fuerza política mayoritaria y con ello contribuía a perder confianza en el sistema democrático representativo. Así, hasta la misma idea de democracia comenzó a ser subestimada. Se consideraba imprescindible cambiar la estructura económica y social, terminar con los sectores del privilegio que mantenían postergado al país, imponer un sistema donde los sectores populares participaran efectivamente en el gobierno y donde se atendieran sus intereses (BRENNAN; GORDILLO, 2008, p. 63).¹¹⁶

A análise do Semanário CGT permite acessar o nível simbólico desta atualização identitária no seio do sindicalismo peronista e, por meio dos mecanismos significantes que estruturam o comportamento social, compreender a especificidade do processo estudado (SIGAL; VERÓN, 2014). Com o propósito de analisar a culminância da violência política a partir da década de 1970 na Argentina, a opção pela publicação possibilita uma aproximação de ordem simbólica dos conflitos políticos e sindicais que se desenvolveram entre 1968 e 1970:

[...] la resistencia de los sindicalistas combativos a las prohibiciones impuestas por la dictadura nutrió distintas experiencias políticas que se articularon durante la década del '70, muchas de las cuales se nutrieron del bagaje político y discursivo que se habría articulado previamente en la CGTA (CARUSO, 2015, p. 2).

Como opção metodológica, a análise dos discursos políticos resultou fundamental, uma vez que “*como todo comportamiento social, la acción política no es comprensible fuera del orden simbólico que la genera y del universo imaginario que ella misma engendra dentro de un campo determinado de relaciones sociales*” (SIGAL; VERÓN, 2014, p. 15). Discurso e ação não são compartimentos separados. Trata-se de

¹¹⁶ “Presentaban un lenguaje compartido y un común estilo político, esto les daba unidad ‘de hecho’ a grupos que provenían del peronismo, la izquierda, el nacionalismo y los sectores católicos ligados a la teología de la liberación; sus discursos y acciones resultaban convergentes en la manera de oponerse a la dictadura y en sus críticas al ‘sistema’ y esa convergencia potenciaba su accionar” (SOTELO, 2007, p. 1).

uma relação complexa que envolve a produção e a recepção no seio dos intercâmbios discursivos.

Para esta análise partiu-se das reflexões propostas por Silvia Sigal e Eliseo Verón no livro *Perón o muerte: los fundamentos discursivos del fenómeno peronista* (Buenos Aires: Eudeba, 2014), em que os autores concluem que a permanência do discurso peronista e sua variabilidade de tendências políticas se justificaria, pois “[...] *la especificidad y la continuidad del discurso peronista a lo largo de su historia (1943-1974) no son invariantes de contenidos sino invariantes enunciativos*”. Desse modo, o discurso peronista não encerraria uma *ideología*, o que a palavra doutrina também supõe que haja; o que determinaria sua especificidade era “[...] *una manera particular de articular la palabra política al sistema político*” (SIGAL; VERÓN, 2014, p. 25). Isso explicaria a adaptabilidade do discurso peronista a diferentes vertentes políticas sem perder traços de sua identidade, a qual, para os autores, estava assentada no plano da enunciação¹¹⁷.

As condições de produção de sentido inauguradas pelo regime implantado em 1955, no qual a circulação restrita da palavra de Perón resultou em uma espécie de duplicidade de interpretações da doutrina peronista, impuseram para diferentes atores políticos a redefinição de suas identidades e a convergência de setores cuja divisão do mesmo espaço antes era considerada impossível. A análise discursiva do semanário envolveu a compreensão, no plano simbólico, do que foram permanências que justificavam a identidade peronista – no caso, a necessidade do debate sobre a unidade – e as mudanças no comportamento político que o levaram para o extremo das organizações armadas da década de 1970 – ou seja, a inevitabilidade da violência política e da via revolucionária.

3.1 Semanário CGT: A cúpula sindical fala com os trabalhadores.

¹¹⁷ Sobre a ideia do plano de enunciação e suas consequências para a análise de discursos, Sigal e Verón (2014, p. 25) observaram que: “*Ella constituye uno de los términos de la distinción que opone enunciación a enunciado, en tanto niveles de funcionamiento discursivo. El nivel del enunciado es aquel en el que se piensa cuando se habla de ‘contenido’ de un discurso [...] El plano de la enunciación es ese nivel del discurso en el que se construye, no lo que se dice, sino la relación del que habla a aquello que dice*”.

-Y los otros muertos - quiero saber-. Los fusilados, los torturados.
Un ramaje de la vieja cólera circula por su cara, relámpago entre nubes.
-El pueblo pedirá cuentas.
¿Cuándo?
-Algún día. Saldrá a la calle, como el 56, el 57.
¿Por qué no ha vuelto a salir?
-Porque yo no he querido - dice.
¿Cuándo, general, cuándo?

Ese hombre, Rodolfo Walsh.

O trecho acima faz parte do conto *Ese hombre*, de Rodolfo Walsh, que faz referência ao encontro entre o intelectual e o general ocorrido em Madrid, em fevereiro de 1968. Neste mesmo encontro, Walsh conheceu o dirigente gráfico Raimundo Ongaro, que em maio do mesmo ano liderou os setores combativos do sindicalismo peronista no Congresso normalizador Amado Olmos. O então secretário-geral da CGTA convocou o intelectual para produzir o órgão de imprensa da nascente central, que serviria como “*un medio de información y esclarecimiento, pero también y sobre todo como un factor de organización*”¹¹⁸. Ou seja, a publicação surgiu com a dupla função de informar e formar politicamente os trabalhadores que aderiram ao programa político da CGTA, significando uma abordagem diferenciada do discurso pragmático que servia de base para os dirigentes tradicionais (BOZZA, 2003).

À frente da direção periodística e “[...] *consciente de la responsabilidad que suponía aceptar ese desafío que ya no sería individual*”¹¹⁹, Walsh convocou uma equipe que colaborou na redação do semanário, incluindo nomes como Horacio Verbitsky, Rogelio García Lupo, José María Pasquini Durán, Luis Guagnini, Susana Viau, Silvia Rudni, Jorge Bernetti, Patricia Walsh (SOTELO, 2008; CARUSO, 2015)¹²⁰. Essa formação do núcleo editorial conferiu ao semanário “[...] *un excelente nivel periodístico: dinámico, atractivo en su presentación, ameno en sus crónicas y, en general, bien escrito*” (JOZAMI, 2006, p. 193) e, como adiciona Luciana Sotelo (2008, p. 8):

Su lenguaje introducía tonos que no eran habituales en el léxico de los sindicalistas, y si bien el discurso central se dirigía al movimiento obrero, el semanario daba espacio destacado a la lucha de los universitarios y

¹¹⁸ Semanário CGT n° 33, 12/12/68.

¹¹⁹ Relato de Lilia Ferreyra, companheira de Rodolfo Walsh, citado por Silvia Licht em “Agustín Tosco y Susana Funes: historia de una pasión militante: acciones y resistencia del movimiento obrero 1955-1975”. Editorial Biblos, 2004.

¹²⁰ Horacio Verbitsky, Rogelio Garcia Lupo, José Maria Pasquini Durán, Susana Viau e Jorge Bernetti continuaram o trabalho com o periodismo político após o retorno democrático em 1983. Luis Guagnini foi sequestrado em dezembro de 1977 permanecendo desaparecido até os dias de hoje; em 2015 foi realizado o funeral sem corpo no cemitério portenho de *Chacarita*. Silvia Rudni morreu em novembro de 1975 a no México.

presentaba a los nuevos sujetos sociales que se afirmaban en la resistencia a la dictadura de la “Revolución Argentina”: villeros, pobladores del interior del país, sacerdotes del tercer mundo.

A contribuição destes intelectuais à empresa periodística da CGTA conferiu a esta publicação vantagens positivas e negativas. Se, por um lado, era produto exatamente de uma característica da CGTA, o chamado a vários setores a fim de compor uma frente comum contra a ditadura de Onganía e a favor da liberação nacional significou entre alguns setores sindicalistas a desconfiança das vontades que este semanário se dedicava a representar, já que quem o produzia eram intelectuais (CARUSO, 2015). Em nota no semanário lançado em agosto de 1968, os trabalhadores do sindicato da indústria do gelo de Buenos Aires, ao se pronunciarem sobre a distribuição do semanário na fábrica, salientavam que “*La agrupación del hielo lo va a vender cuando sea el diario de la clase obrera argentina, y no el diario de un grupo de intelectuales que no conoce un corno de lo que pasa en las bases del movimiento obrero*”¹²¹. Mais que uma observação legítima, indicava o impacto e os limites de um projeto de renovação diante do que habitualmente se fazia no universo gremial argentino. Se o discurso central era dirigido à classe trabalhadora, a proposta se abria para outros sujeitos sociais que também tinham seus interesses representados no semanário. Esta tentativa de articular o descontentamento social gerado pela ditadura além da órbita gremial e inclusive da própria liderança de Perón (CARUSO, 2015, p. 12) – o semanário não se vinculava explicitamente ao peronismo – foi fator para a construção de outras alianças no universo trabalhista, porém também foi fator de enfraquecimento da central diante dos trabalhadores peronistas. Nesse contexto, Ongaro rebatia as críticas colocando em perspectiva o programa político da CGTA:

*Quiere decir que han percibido que los estudiantes, por primera vez, están cerca de los trabajadores. [...] Por primera vez también hemos llamado a los hombres de las más diversas formas de pensamiento, y nadie ignora que por estar en contra de toda forma de proscripción de las ideas hemos cargado con el estigma de que se nos adjudiquen intenciones ajenas al sentimiento nacional. [...] Nosotros acá, [...] aceptamos que cada uno venga con su idea y la ponga al servicio del país. Sí no la pone al servicio del país, no tendrá lugar acá.*¹²²

Diante do problema de quem o produzia e o que se pretendia ver representado pelo semanário, surge a dúvida em relação à legitimidade deste como fonte histórica, para acessar o universo discursivo dos trabalhadores peronistas nucleados na CGTA.

¹²¹ Semanário CGT n° 15, 8/8/68 - *Semanario: pro y contra*.

¹²² Semanário CGT n°17, 22/8/1968 - *Aclara Ongaro*.

Neste sentido, é importante observar o debate historiográfico entre autores e autoras que o utilizaram em suas pesquisas e já avançaram na discussão a respeito da representatividade deste veículo informativo para o campo político sindical. O peso político da equipe de Rodolfo Walsh foi trabalhado de forma central na experiência do semanário por María Florencia Luchetti e Eva Camelli (2011, p. 12), ao sugerir que “[...] *el proyecto político desarrollado fue antes resultado de la ‘convicción’ de un grupo de intelectuales (sartreanos) que la necesidad ‘orgánica’ surgida del propio campo popular*”. Partindo de uma análise do papel do intelectual, o breve período de experiência da CGTA não teria permitido a conformação de quadros intelectuais orgânicos, mas a atividade de intelectuais comprometidos que, apesar de articularem seu projeto político à central, não corresponderiam necessariamente às propostas da cúpula sindical¹²³. Por outro lado, Valeria Caruso (2015, p. 2), em contraposição à abordagem de Luchetti e Camelli, coloca em perspectiva as *intencionalidades discursivas* em que o “[...] *semanario tenía por objetivo reforzar los planteos políticos y sindicales que el secretariado en marzo de 1968 se propuso llevar adelante*”, conformados nos postulados do sindicalismo combativo. De todo modo, argumenta a autora ao confrontar diversas fontes, que “*las expectativas de esos intelectuales entraron en concordancia con la propuesta política de los sindicalistas que integraron la CGTA*” (CARUSO, 2015, p. 12), salientando a convergência das expectativas políticas dos intelectuais envolvidos no semanário com as tradições do sindicalismo combativo que:

[...] *proyectaba la transformación de las estructuras políticas y económicas de la sociedad argentina, junto con la defensa del patrimonio nacional a través de la activa participación del movimiento obrero organizado, tal como se había formulado en los programas de La Falda (1957) y Huerta Grande (1962).*

É importante ressaltar o caráter político do periódico gremial que, inevitavelmente, atraiu diversos atores sociais que convergiram à CGTA, ampliando e tornando complexo o universo político dos trabalhadores (DAWYD, 2008; BARTOLETTI, 2011)¹²⁴. Levando em consideração as tradições políticas do sindicalismo combativo identificado à CGTA e o seu chamado de participação a outros

¹²³ A respeito do recorrente debate sobre o papel do intelectual no campo político, as contribuições de Oscar Terán (2013) na análise do contexto argentino indicam outra abordagem que caracterizam o período aberto com a Revolução Argentina como um *bloqueo tradicionalista*, um processo que desencadeou as condições para a passagem do paradigma sartreano do intelectual comprometido ao intelectual “engajado” gramsciano.

¹²⁴ “*Este semanario era, o pretendíamos que sea la expresión de un proyecto revolucionario, que entendíamos encarnado en torno a la CGTA [...] Ese era el criterio con el que nos manejábamos. Que sea expresión de los trabajadores, de la CGTA y que fuera un instrumento de la rebelión de las bases*”. Entrevista a Horacio Verbitsky (CARUSO, 2015).

atores sociais, os temas abordados estavam em consonância com os postulados no *Programa 1º de mayo*, logo, desde o início, em conformidade com o tipo de acionar político que a central pretendia liderar. A própria experiência comunicativa do semanário, que não se alimentava das fontes e temas estritos ao universo dos trabalhadores, já representava uma alteração na cultura política dos trabalhadores peronistas na forma de conduzir e refletir a realidade nacional e internacional e o papel da classe trabalhadora. Em julho de 1968, foi feita a proposta dos *corresponsales por fabrica* a fim de aperfeiçoar o semanário como expressão dos trabalhadores:

*Lo fundamental es que nadie mejor que el propio trabajador conoce lo que pasa en su propio lugar de trabajo. El Semanario CGT quisiera mandar un corresponsal a cada punto del país, pero no puede: a veces no puede siquiera mandarlo a la fábrica más cercana. La solución es que los propios trabajadores se conviertan en corresponsales del Semanario CGT. De ese modo verán mejor reflejados sus problemas, podrán defender mejor sus conquistas, se sentirán más unidos en torno a una causa común.*¹²⁵

Evidenciando uma característica da ação política emanada da CGTA, a organização das bases, este chamado respondia à necessidade de transformar a experiência informativa em “[...] *una empresa de todos, hecha, defendida, difundida por todos*”¹²⁶. Pode-se notar uma convergência entre discurso e prática que, se não obteve sucesso nos anos posteriores, significando a falência do projeto político da central, ao menos forjou dispositivos que tornassem o semanário um veículo de comunicação e organização dos trabalhadores e divulgador e articulador das lutas contra a ditadura e os monopólios que levavam outros setores da sociedade argentina (MESTMAN, 2008).

Foram publicados um total de 55 números entre maio de 1968 e fevereiro de 1970, com uma periodicidade semanal durante o ano de 1968 e quinzenal entre janeiro e junho de 1969 (LUCHETTI, 2011, p. 2; CARUSO, 2015, p. 10). Em 30 de junho deste ano ocorreu o assassinato de Vandor na sede da UOM na cidade de Buenos Aires, sendo a autoria dos disparos associada a grupos armados como o *Ejército Nacional Revolucionário*, *Descamisados* e a própria CGTA¹²⁷, fator que gerou a intervenção de sindicatos nucleados na central horas após o assassinato do líder da CGT *Azopardo*. Em julho de 1969, era publicado o último número legal do Semanário CGT; em agosto a

¹²⁵ Semanário CGT n°12, 18/7/68 - *Un corresponsal en cada fabrica*.

¹²⁶ *Ibidem*.

¹²⁷ O *Ejército Nacional Revolucionario* reivindicou o assassinato de Vandor através do Comunicado n° 3 *Declaración del ENR con motivo del ajusticiamiento de Augusto T. Vandor* em 7 de fevereiro de 1971. Autores como Richard Gillespie (“Soldados de Perón”, 1987) e Felipe Pigna (“El asesinato de Vandor”, 2010) atribuem o assassinato ao grupo *Descamisados*, que deu origem aos *Montoneros*. Já o ex-militante montonero José Amorín (“Montoneros: la buena historia”, 2007) associa a autoria do atentado à CGTA.

ditadura proibiu a sua circulação e desde este momento até fevereiro de 1970 a produção e a distribuição do semanário foram realizadas mensalmente na clandestinidade, com o suporte de Jorge Abelardo Ramos (ARROSAGARAY, 2006 *apud* CARUSO, 2015, p. 11).

Sua extensão oscilava entre 4 e 8 páginas, espaço em que a abordagem temática estava articulada pela denúncia anti-imperialista, com notícias do universo sindical, notas a respeito de outras organizações e movimentos políticos e denúncias de dirigentes colaboracionistas. As seções *Semana política*, cujo responsável era Horacio Verbitsky, e *Semana gremial*, dirigida por Andrés Alsina, aparecem em todas as publicações, sendo a contracapa sempre destinada a investigações temáticas realizadas, em geral, por Rogelio García Lupo e com contribuições de José Pasquini Durán e Rodolfo Walsh (LUCHETTI; CAMELLI, 2011, p. 2). Sua distribuição era feita através da venda nos *quioscos* e da retirada pelos sindicatos afiliados a CGTA, chegando a superar um milhão de exemplares com o n° 33, de dezembro de 1968 (SOTELO, 2008, p. 7). Além dos 55 números, desconfia-se que teriam sido editados mais 15 números até 1973 – não mais sob a direção de Rodolfo Walsh –, resultando, segundo o balanço da Federação Gráfica Bonaerense, local onde eram impressos, um total de 70 números do semanário (MESTMAN, 1997, p. 193; LUCHETTI, CAMELLI, 2011; DAWYD, 2014, p. 2). Os 55 exemplares conhecidos foram digitalizados e colocados à disposição em plataforma virtual pela *Obra Social del Personal Gráfico da Federación Gráfica Bonaerense* a partir de 2006¹²⁸.

3.2 Princípio de unidade no imaginário peronista.

A realização do Congresso normalizador Amado Olmos, em 28 de março de 1968, foi um divisor de águas na unidade peronista, duramente mantida desde a proscricção do movimento em 1955. O nascimento da CGTA significou para o sindicalismo peronista a fratura definitiva de tendências que há muito tempo disputavam espaço no movimento e “[...] *expuso en la superficie política del país las diferencias sindicales irreconciliables, y al interior del peronismo una lucha entre quienes no volverían a estar juntos, ni ante el llamado del propio Perón*” (DAWYD, 2011, p. 18). A fratura institucional da CGT, única trincheira para a ação política peronista desde o

¹²⁸ Todos os exemplares podem ser acessados pelo site < <http://www.cgtargentinos.org/>>.

golpe que derrubou Perón, foi a abertura para a rápida fragmentação ideológica pela qual passou o peronismo e as consequentes adequações de novos conteúdos políticos à economia discursiva do peronismo.

Para a análise e confronto dos discursos veiculados pelo semanário CGT, parte-se da divisão de períodos proposta por Eliseo Verón e Silvia Sigal para o processo de reorganização do peronismo proscrito: uma etapa defensiva, que iria de 1955 até 1966/1968, e um segundo período, que iria destes anos até 1973 (SIGAL; VERÓN, 2014, p. 134). Este segundo período é caracterizado pelo fato de o peronismo ter-se tornado bandeira de novos setores mobilizados contra a política autoritária de Onganía, sendo a CGTA o espaço de convergência mais eficaz entre o sindicalismo peronista e estes atores políticos não-peronistas. Suas contribuições tiveram que se assentar em uma fórmula discursiva específica para acessar o universo político dos trabalhadores peronistas, condicionando a ação política aos mecanismos simbólicos que nos permitem analisar como, em um movimento político, se produz uma doutrina e se obtém a adesão a ela.

Um aspecto fundacional do peronismo e fundamental para compreender a construção da ideia de unidade para o movimento foi a capacidade deste de se apresentar como um movimento nacional. A ascensão de Perón, em 1945, contou com grande apoio dos trabalhadores identificados com as conquistas angariadas durante a permanência do general na Secretaria de Trabalho e se apresentou desde os balcões da Casa Rosada como um *vínculo de unión*, que selou o dia 17 de outubro como o Dia da Lealdade Peronista. Esta união, cujo fomentador era Perón, expressava-se na reiteração dos conceitos de nacionalidade e ordem que naturalmente faziam parte do discurso castrista, que caracterizou o peronismo e consolidou o peso da liderança de Perón neste processo (GASIÓ, 2012). Para Sigal e Verón (2014, p. 43), a racionalidade patriótica que permeou o discurso peronista é observada na construção do plano de enunciação do general que vinculava o Exército, detentor simbólico do nacional, com o povo, sendo este representado pelos trabalhadores. O que caracterizaria, na ordem da enunciação, uma estrutura básica do peronismo era a palavra de Perón, que criava este laço de identificação, pelo qual ele se tornava uma mediação indispensável para a manutenção desta equação:

Es sólo por Perón y a través de Perón que la ecuación ejército = pueblo = trabajadores puede resolverse. Ese punto nodal, esa articulación crítica que es el lugar del enunciador-líder, aparece ya plenamente constituido en un discurso de julio de 1944. [...] Garante exclusivo de la unificación necesaria al restablecimiento de la nacionalidad, de aquí en adelante Perón será

artífice y depositario único del vínculo de la revolución con el pueblo (SIGAL; VERÓN, 2014, p. 47).

A consolidação da liderança política de Perón advinha dessa correlação entre uma revolução que tinha como pano de fundo um resgate da nacionalidade “perdida” e que colocava o peronismo à margem do campo político partidário. Aspecto reiterado na economia discursiva do peronismo, esta *exterioridade* que caracterizava a estratégia de sempre se posicionar fora das disputas tradicionais articulava o fundamento da nacionalidade identificada ao movimento. Mais que política, o peronismo era a verdade. Política era sinônimo de dissociação e de subordinação do interesse nacional a posições artificiais; o peronismo foi alçado a doutrina nacional, e não ser peronista era o mesmo que renunciar à pátria¹²⁹. A capacidade de se manter como um movimento extrapolítico e intérprete natural do sentimento nacional dava as condições políticas para a construção da ideia adjacente a todo corpo doutrinário peronista: a necessidade da unidade, sob o peronismo, como cerne da nacionalidade e da ação política.

Tema central e não aspecto incidental do peronismo, a unidade se vinculava necessariamente com a lealdade à palavra de Perón, já que era aspecto fundante de seu papel no cenário político ser “*un vínculo de unión*”. Como sustentação institucional, a CGT adquiriu grande protagonismo, a partir de 1945, como base para a ação política e materialização do ideal de unidade. A própria central devia ao peronismo sua consolidação por meio da identificação dos trabalhadores ao movimento e à centralização, no campo sindical, de uma identidade política fortemente vinculada ao peronismo (MAROTTA, 1970; TORRE, 1983; DEL CAMPO, 2005).

Os aspectos no campo político que motivaram a divisão da central sindical em 1968 são indicadores das tensões por que passava o sindicalismo peronista após mais de dez anos de proscrição do movimento. Motivados pelo argumento da ilegitimidade do Congresso normalizador, devido à participação de sindicatos que sofreram intervenção do governo militar, dirigentes históricos como Augusto T. Vandor e Jose Alonso se retiraram e não reconheceram a validade do pleito que elegeu Raimundo Ongaro como

¹²⁹ Em discurso nas comemorações do 1º de maio de 1950, Perón afirmava: “*Esos mismos principios esenciales resplandecen ahora, como estrella polar de la Nación, en el preámbulo de su nueva Constitución Justicialista y ningún argentino bien nacido puede dejar de querer, sin renegar de su nombre de argentino, lo que nosotros queremos [...] ningún argentino de bien puede negar su coincidencia con los principios básicos de nuestra doctrina sin renegar primero de la dignidad de ser argentino.*”

secretário-geral.¹³⁰ Na sede da rua *Azopardo* foi convocado novo congresso, excluída a participação dos sindicatos sancionados com a intervenção do governo, que elegeu outro secretariado.¹³¹ A CGT *Azopardo* recebeu reconhecimento do governo de Onganía e reteve a sede e os fundos da central, todavia a CGT de Ongaro manteve a cisão e firmou sua oposição ao governo militar, prescindindo de seu reconhecimento para se autoproclamar “[...] *las únicas autoridades legítimas de los trabajadores argentinos*”.¹³² A opção em manter a divisão se baseou em uma inflexão fundamental no campo de possibilidades para a ação política condicionada pela política de Onganía a partir de 1966:

El gobierno de Onganía actuó como precipitador, como el momento en que se dieron las condiciones para la construcción de una percepción de injusticia, que es necesaria para el pasaje a la acción. Pero eso solo no bastaba, hacía falta que la percepción individual o sectorial fuera encuadrada colectivamente. Las acciones y representaciones contra la dictadura, construidas por la CGT de los Argentinos y por los otros sectores, actuaron en ese sentido. [...] Tendrían que aparecer detonantes que convirtieran la percepción de injusticia sectorial en injusticia colectiva para fortalecer una identidad común, otro de los componentes necesarios para la acción, un “nosotros” como totalidad, como “pueblo afectado”, frente a un “ellos”, el “régimen opresor” (GORDILLO, 2003, p. 348).

No marco de uma crescente disputa interna pela liderança do movimento na Argentina, protagonizada neste momento por Vandor e pelos delegados enviados por Perón, a divisão da CGT constituiu uma experiência importante para a crise da identidade política peronista a partir da década de 1960 (DAWYD, 2011). Assentada na denúncia contra líderes sindicais que colaboravam ou negociavam com governos antipopulares, a CGTA se tornou mais que uma dissidência gremial, um espaço de rearticulação política do peronismo com outros setores mobilizados. No debate que se seguiu ao congresso, o objetivo de se projetar no movimento peronista indo contra um aspecto básico da doutrina – a unidade do movimento – exigiu da central dissidente estratégias específicas de legitimação. Observando os fundamentos discursivos do fenômeno peronista propostos por Sigal e Verón (2014), buscou-se analisar os recursos que permitiram a inserção de um conteúdo radicalizado no discurso político peronista

¹³⁰ O conselho diretivo eleito no Congresso normalizador Amado Olmos ficou composto por: Raimundo Ongaro, Amancio Pafundi, Enrique Coronel, Pedro Avellaneda, Julio Guillan, Benito Romano, Ricardo de Luca, Antonnio Scipione, Honorio Gutierrez, Salvador Manganaro, Enrique Bellido, Hipolito Ciocco, Jacinto Padín, Eduardo Arrausi, Alfredo Letis, Antonio Marchesse, Floreal Lencinas e Félix Bonditti. (Semanário CGT n°1, 01/05/1968).

¹³¹ O conselho formado na CGT *Azopardo* foi composto inicialmente por Vicente Roqué, Juan Racchini, Maximiliano Castillo, Augusto T. Vandor, José Alonso, Armando March, Antonio Baldassini e Eleuterio Cardozo.

¹³² Semanário CGT n°1, 01/05/1968.

emanado da CGTA e que poderia ir, inclusive, contra discursos propalados anteriormente a partir do peronismo.

3.3 A ruptura da unidade pela identificação.

No dilema que envolve uma pretensa unidade, cabe definir quem são os protagonistas da divisão. É importante ressaltar que a análise que segue tem como chave explicativa a diferenciação levantada por Sigal e Verón (2014, p. 23) a respeito da natureza imaginária das categorias *enunciador* e *destinatário* como entidades enunciativas do discurso. Diferentemente de *emissor* e *receptor*, que constituiriam entidades materiais que designariam, respectivamente, a fonte e o destino do discurso, as entidades do imaginário “[...] *son las imágenes de la fuente y del destino, construídas por el discurso mismo. La distinción es importante, puesto que un mismo emisor, en diferentes momentos, puede construir imágenes muy diferentes de sí mismo*” (SIGAL; VERÓN, 2014, p. 23). Essa observação torna-se relevante por esclarecer um dilema recorrente que ronda o fenômeno peronista: como pensamentos tão divergentes do espectro ideológico puderam reivindicar o peronismo como doutrina política e de que forma discursos, a princípio, incompatíveis com o “conteúdo” do peronismo o assimilaram¹³³. A origem secessionista da CGTA significou um desses dilemas, considerando que a própria origem do movimento ia de encontro a um preceito fundamental do universo simbólico peronista, a ideia de unidade. Como explanado anteriormente, a divisão da CGT foi a materialização de tensões internas que há muito tempo coabitavam o peronismo e se concretizaram em identidades políticas irreconciliáveis com a mudança de condições políticas que representou a Revolução Argentina em 1966 (DAWYD, 2011).

Caracterizadas as identidades e posições políticas resultantes desta divisão no capítulo anterior, cabe descrever o modo como, a partir do Semanário CGT, essas posições eram representadas e como essas representações se articulavam com os aspectos enunciativos do discurso peronista.

¹³³ A opção por esta ordem de referência se justifica por compactuar com a ideia de que a aproximação da esquerda ao movimento peronista se deu pela constatação destes militantes de que a identidade política predominante da classe trabalhadora argentina era o peronismo. A expressão “vestir a camiseta peronista” alude a este posicionamento da esquerda que deliberadamente se aproximou do peronismo e participou da reorganização do universo discursivo deste.

Como texto de apresentação do projeto político da CGTA, a *Mensaje a los trabajadores y al pueblo argentino*, publicada no dia 1º de maio de 1968, evocava importantes aspectos que permitem acessar o universo simbólico de onde se originava o discurso: “*Nosotros, representantes de la CGT de los Argentinos, legalmente constituida en el congreso normalizador Amado Olmos, en este primero de mayo nos dirigimos al pueblo*”. Dentro do universo peronista, vários elementos tradicionais são acessados nesta apresentação. Cabe destacar a relevância de agregar o termo “dos argentinos” à sigla da central; a opção, por explicitar esta característica que a princípio seria óbvia visto que é uma central sindical argentina, enfatizava uma divisão clara na qual a outra central representaria qualquer outra coisa que não este coletivo (SOTELO, 2008). Juridicamente o direito ao uso da sigla e do prédio oficial foi dado a CGT *Azopardo* pelo governo militar; negando esta legitimidade espúria, a CGTA passou a se autoproclamar a “*auténtica CGT*”¹³⁴ e “[...] *única y legítima válvula para la protesta popular*”¹³⁵, concentrando em sua representação a identidade mais ampla da nacionalidade e da vontade popular. Essa característica vinha de longa data do peronismo, no qual a estratégia discursiva do movimento o associava a uma verdadeira expressão do nacional, segundo a qual ser peronista significava a forma sublime de ser argentino. Nós, peronistas, representamos os verdadeiros argentinos, os outros são “[...] *agentes de un gobierno, de una oligarquía y de un imperialismo*”¹³⁶. A construção deste vínculo conceitual entre peronismo e nacionalidade foi descrita por Sigal e Verón (2014) como parte da consolidação como doutrina que se supunha acima das querelas políticas. Parte do discurso peronista priorizava essa interpretação do movimento que selou no imaginário político dos trabalhadores o espaço do peronismo ante outras ideologias e seu aspecto extrapolítico. Se o objetivo final do movimento era a unificação nacional, foi possível então concluir que “[...] *los fraccionamientos políticos y, dentro de los partidos, la división en sectas o caudillajes, había separado totalmente al pueblo argentino*”¹³⁷. Era necessário restituir a nacionalidade perdida, situando-se acima do nível político. Como doutrina, o peronismo estabeleceu-se no nível da verdade:

Y si el nivel en que se sitúa el proyecto peronista no es el nivel de la política, si el peronismo es el único modo de reencuentro con la Patria misma en las horas graves, es porque ese nivel “otro” es, simplemente, el nivel de la verdad (SIGAL; VERÓN, 2014, p. 61).

¹³⁴ Semanário CGT n° 5, 30/5/68.

¹³⁵ Semanário CGT n° 44, 22/5/69.

¹³⁶ Semanário CGT n° 1, 01/5/68.

¹³⁷ Discurso de Juan D Perón – 25/6/1944.

Associada ao que os autores definiram como o *modelo de chegada*¹³⁸, estava a capacidade do peronismo de se integrar ao campo político como o remédio para uma situação catastrófica. Não era apenas um outro projeto político sendo colocado em prática; o peronismo significava um projeto autenticamente nacional, algo que sempre existiu, porém não tinha sido executado porque os antigos detentores do poder representavam a oligarquia, ao passo que o peronismo, pelo contrário, representava o povo/os trabalhadores. Observa-se uma constância nos argumentos do discurso peronista que vinculava uma situação anterior negativa ao surgimento de uma força nacional que não poderia significar nada menos que a verdade. A condição de união do peronismo dependia desta *externalidade* do campo tradicional, que, no plano enunciativo, caracterizava uma determinada forma de se apresentar no campo político.

O fato de ter tomado para si o adjetivo da nacionalidade e se situado no campo político como representante do coletivo supremo, o povo argentino, já insere a CGTA no modelo discursivo peronista. Em perspectiva com as demais considerações dos autores a respeito das estratégias de legitimação no plano enunciativo do peronismo, pode-se observar na CGTA uma mesma dinâmica de inserção discursiva que diverge em pontos substanciais da doutrina, mas não se afasta da forma enunciativa padrão. No contexto de fratura do movimento, a dinâmica da *hora grave* ou do iminente desastre foi repetida pela central dissidente. Na justificativa de manter sua posição, apontava a conjuntura catastrófica pela qual passava o sindicalismo peronista, dominado por líderes sindicais que estavam muito mais interessados em manter suas poltronas de burocratas do que em defender os direitos dos trabalhadores. Assim como Perón, em 1945, a CGTA utilizava largamente o tipo de narrativa da catástrofe que desenhava uma situação desastrosa que precisaria ser remediada tanto no âmbito geral da nação quanto um problema de ordem interna, próprio da classe trabalhadora:

Un millón y medio de desocupados y subempleados son la medida de este sistema y de este gobierno elegido por nadie. La clase obrera vive su hora más amarga. Convenios suprimidos, derechos de huelgas anulados, conquistas pisoteadas, gremios intervenidos, personerías suspendidas, salarios congelados. La situación del país no puede ser otro que un espejo de la nuestra. El índice de mortalidad infantil es cuatro veces superior al de los países desarrollados, veinte veces superior en zonas de Jujuy donde un niño de cada tres muere antes de cumplir un año de vida. Más de la mitad de la población está parasitada por la anquilostomiasis en el litoral norteño; el

¹³⁸ Silvia Sigal e Eliseo Verón (2014, p. 37) definem este modelo como: “*Aquel que llega de un exterior absoluto, que pide a su pueblo confianza y fe, porque sus obras hablarán por él, y que concibe su llegada como el estricto cumplimiento de una misión superior, el bien de la Patria*”.

*cuarenta por ciento de los chicos padecen de bocio en Neuquén; la tuberculosis y el mal de Chagas causan estragos por doquier.*¹³⁹[grifo meu]

Entretanto, divergente do *modelo da chegada* que pressupunha uma externalidade que provinha do caráter extrapolítico que Perón delineou para o movimento em seus primeiros anos, a CGTA tinha sua origem no próprio sindicalismo peronista. O desafio que se impunha era a disputa por uma identidade política que se fragmentava lentamente desde 1955 e em cujo cerne da questão, ao final da década de 1960, tomou mais a orientação de uma espécie de *depuração* do movimento contra “inimigos internos” (FRANCO, 2011). A CGTA não era uma solução vinda de fora do campo político; a solução nacional já aparecera em 1945, e era necessário reorientar o movimento internamente e “[...] *alzar en el punto donde otros las dejaron, viejas banderas de la lucha*”¹⁴⁰.

Nessa argumentação se ligavam outros aspectos do discurso peronista que foram largamente utilizados pela central rebelde e que corroboram a forma de enunciação peronista como o plano fundamental em que se conforma a doutrina. Desde os primeiros anos do Estado peronista, foi-se delineando uma forma de identificação política do movimento em que a construção do outro/inimigo adotava formas padronizadas de (des) valorização:

Perón consagrará, durante sus gobiernos, la designación más general para englobar a todos los no peronistas: la anti-Patria. Y la operación así realizada tendrá pleno éxito: durante años el país permanecerá dividido entre “peronistas” y “anti-peronistas”. Perón consigue así despojar a sus enemigos de toda substancia: éstos se definirán de un modo puramente negativo. [...] Éste es un aspecto central de lo que hemos llamado el vaciamiento del campo político. [...] Se los calificará [enemigos] con categorías que evidencian el vaciamiento del campo político: dichas categorías reenvían ya sea a la moral (maldad, engaño, traición), ya sea a una suerte de “orden de la sombra” (fuerzas ocultas); ya sea al orden de la verdad y el error (falsos apóstoles); ya sea, en fin, directamente al concepto de un descentramiento, de una pura alteridad (ideologías extrañas) (SIGAL; VERÓN, 2014, pp. 69-72).

Se, a princípio, os recursos para o *esvaziamento do campo político* na construção da alteridade efetivaram uma diferenciação entre peronistas e antiperonistas, no caso da CGTA a construção do “outro” deveu-se efetivar no seio do próprio movimento, em que todos eram peronistas. Os mesmos recursos de valoração usados para a legitimação nos primeiros anos do movimento peronista na vida política nacional e que assentaram as bases de sua identidade política foram usados pela nova central para se diferenciar

¹³⁹ Semanário CGT n° 1, 01/5/68.

¹⁴⁰ *Ibidem*.

dentro do próprio movimento ao final da década de 1960¹⁴¹. A caracterização dos “inimigos” – a central *Azopardo* e sindicalistas peronistas como Vandor e Alonso – lançava mão das estratégias de esvaziamento do campo político oposto nos mesmos moldes usados por Perón nos anos justicialistas. Além do aspecto mais geral de consolidação da identidade peronista, ser a representação do nacional, aspecto reiteradamente reivindicado pela CGTA – “[...] *las banderas que hemos alzado son las banderas de la nacionalidad*”¹⁴², “[...] *la CGTA que contribuyó a ese alzamiento de la nacionalidad golpeada*”¹⁴³ –, as demais qualificações negativas foram atribuídas ao inimigo interno, o peronismo vandorista e participacionista, no sentido de associá-los ao que poderia ter de pior no universo sindical: não ser um peronista. Associados aos mesmos qualificativos que identificavam os inimigos do peronismo, a legitimação no campo sindical da CGTA se vinculou à uma reivindicação discursiva da própria identidade peronista; em um momento de fratura e conflitos internos, alguém precisava representar o “verdadeiro” peronismo. Diante desse contexto, a CGTA se inseriu como a extensão de um conflito estrutural à dinâmica do próprio peronismo. Os inimigos endógenos que ela buscava combater eram os mesmos de sempre: “*la lucha del pueblo argentino contra sus enemigos de hoy y siempre: la oligarquía y el imperialismo*”¹⁴⁴.

A fim de melhor ilustrar este fenômeno a transcrição abaixo dos trechos do Semanário CGT obedeceu à ordem proposta pela citação acima, em que as categorias de construção da alteridade apelavam para o 1) plano da moral, 2) a “ordem da sombra” – àquela em que o inimigo é oculto e sempre atua na surdina –, 3) a ordem da verdade e dos “falsos profetas”; e o 4) descentramento extremo – aquele que liga o inimigo ao “estrangeiro” ou ao que “vem de fora”:

- 1) “*Nosotros cuestionamos la moral de la camarilla de Azopardo*” (Semanário CGT n° 4).
“[...] *este hecho [fraude en las elecciones de prensa] demuestra que la inmoralidad y la corrupción están fuera de la CGT de los Argentinos y que la lucha de nuestra central contra los usurpadores del sindicalismo es justa y correcta [...] guiados por bajos intereses personales y por su falta de moral*” (Semanário CGT n° 12).
“*La forma de probar que la unidad sigue intacta es barriendo los dirigentes indignos.*” (Semanário CGT n° 1).

¹⁴¹ Pode-se dizer que esses esquemas valorativos obedecem ao que Daniel James (1993) caracterizou como *estructura de sentimiento* do peronismo, que surge da experiência vivenciada na *Resistencia* e são aspectos reforçados por Perón como “virtudes políticas”, a ideia de fidelidade e lealdade ao Movimento como traço da identidade política de “ser” peronista.

¹⁴² Semanário CGT n° 50, 23/8/69.

¹⁴³ Semanário CGT n° 51, 23/9/69.

¹⁴⁴ Semanário CGT n° 20, 12 - 19/9/68.

“[...] dirigentes que acaban de traicionar al pueblo y separarse para siempre del movimiento obrero” (Semanário CGT n° 1).

- 2) *“[...] los pocos que son los de siempre, que pretenden dividir en nuestro país, que actúan en la sombra” (Semanário CGT n° 3).*
“[...] negociando en la sombra la CGT dócil, cobarde y oficial que jamás tendrán” (Semanário CGT n° 49).
- 3) *“[...] política de trabajar con la mentira y la intimidación al servicio de los peores intereses” (Semanário CGT n° 4).*
“[...] los falsos apóstoles de la unidad” (Semanário CGT n° 16).
“[...] a la traición de los dirigentes, la CGTA opuso la rebelión de las bases” (Semanário CGT n° 50).
- 4) *“[...] [dirigente Cavalli] argentino de nacimiento, pero norteamericano de vocación [...] un agente de los monopolios en el campo sindical” (Semanário CGT n° 1).*

Este *esvaziamento do campo político* proposto por Sigal e Verón (2014), corresponde, de forma similar, ao fenômeno de inclusão e exclusão operado pelos conceitos assimétricos antitéticos definidos por Reinhart Koselleck (2006). Estes se caracterizariam por determinar “[...] uma posição seguindo critérios tais que a posição adversária, deles resultante, só pode ser recusada. Nisto reside sua eficácia política” (KOSELLECK, 2006, p. 195). Na desqualificação total do inimigo, a apresentação da CGTA no campo gremial foi operada em um plano completamente oposto, o de ser a materialização de uma realidade política ideal seguindo os mesmos critérios de valorização que fortaleciam a depreciação do “outro”, já que a CGTA encarnava o signo positivo do conflito:

- 1) *“[...] el rescoldo de la dignidad nacional, hablando el lenguaje de los oprimidos” (Semanário CGT n° 17).*
“[...] esta moralización del movimiento obrero, esta posibilidad de decirles a los trabajadores que no todo está podrido” (Semanário CGT n° 17).
- 2) *“[...] la única CGT desenmascara” (Semanário CGT n° 6).*
“[...] si nos es a la luz, al oído y a la vista de todos los argentinos [...] pero no queremos hacerlo en la obscuridad [...] ponerlo a publicidad y el juicio de los trabajadores” (Semanário CGT n° 18).
- 3) *“No le tenemos miedo: lo nuestro no es prepotencia es la seguridad de que tenemos la verdad” (Semanário CGT n° 3).*
“[...] es conducta de la CGTA decir sistemáticamente la verdad” (Semanário CGT n° 14).
- 4) *“[...] si no la pone al servicio del país, no tendrá lugar acá. Si está al lado de los que entregan al país, no va a estar acá” (Semanário n° 17).*
“[...] conscientes de que interpretamos los deseos más profundos del país” (Semanário CGT n° 23).

Essa operação de identificação em uma constante oposição foi útil para a marcação moral de cada ator no campo político, o que, por conseguinte, reforçava a

justificativa para a divisão¹⁴⁵. O posicionamento da CGTA era justo, pois significava uma batalha a mais na dinâmica histórica do movimento trabalhista, que, no jogo discursivo, compartilhava com a história pátria a luta contra os inimigos de sempre. Na reiteração dos mesmos esquemas de legitimação usados pelo peronismo em seus anos iniciais, a CGTA construiu a oposição com o sindicalismo representado por Vandor e os participacionistas, em um conflito pela identidade política do movimento, com o agravante de fazê-lo em um difícil contexto de fratura da única estrutura de participação do peronismo, a CGT, e contra um princípio essencial, a unidade. Nesse sentido, a responsabilidade pela separação era exatamente daqueles “falsos” sindicalistas que “[...] *acaban de traicionar al pueblo y separarse para siempre de la clase trabajadora*” e em que a posição da CGTA é confirmada pois “[...] *la forma de probar que la unidad sigue intacta es barriendo los dirigentes indignos*”.

No contexto de crise da identidade peronista, cujo ápice foi a separação da CGT, foi-se definindo, a partir de 1968, uma diferença ainda mais clara em termos de estratégia política. Se desde 1955 a crise interna era abafada pela *política pendular* de Perón, apoiando um ou outro setor do movimento, a partir de 1968 essa diferenciação era mais profunda do que se imaginava, pois ensejava novos passos para a resistência peronista. A CGTA conformou ao longo de seu semanário – lembrando que, além de um veículo de comunicação, era também um material de formação política – um discurso de posicionamento mais combativo, intransigente e marcadamente classista. Além das demarcações morais de ordem positiva e negativa, um maniqueísmo tipicamente peronista entre “bons” e “maus”, com a identificação explícita com certos setores, definiu os dois lados da disputa que até então estavam inertes sob o controle de Perón e diferenciou as bases e estratégias. Se de um lado havia dirigentes ricos que representam “[...] *los intereses del privilegio*”¹⁴⁶ e que “[...] *en vez de luchar se apela a la buena voluntad de los explotadores*”, por outro lado haviam trabalhadores pobres que “[...] *venian desde abajo, consultando a las bases*”¹⁴⁷ e que compreendiam que deviam “[...] *crear sobre la marcha formas organizativas superiores, adecuadas a las nuevas etapas de la lucha*”. Apesar dos tradicionais recursos enunciativos que não se afastavam

¹⁴⁵ Na análise do semanário foram identificados diferentes pares antitéticos no jogo de valoração dentro do campo político e gremial como as atribuições: *desde arriba/desde abajo, dirigente ricos/trabajadores pobres, CGT de los trabajadores/CGT de los dirigentes, gobierno elegido por nadie/CGT elegida por todos, sindicalismo integral/sindicalismo amarillo*.

¹⁴⁶ Semanário CGT, n° 31 – 05/12/68.

¹⁴⁷ Semanário CGT, n° 4 – 23/05/68.

de um plano de enunciação tipicamente peronista, a CGTA dentro destes limites alentava construir outra ação política que posteriormente vai ser definida na crise mais dramática do movimento na década de 1970.

3.4 A ruptura da unidade pela legitimidade.

Yo sigo siempre la norma de atender a todos porque, no olvide, que ahora soy algo así como el Papa: encargado de la bendición apostólica 'in urbe at urbis'. Dentro de ese concepto, no puedo negar nada dentro de mi infalibilidad que, como todas infalibilidades, está basada precisamente en no decir nada, única forma de poder asegurar esa infalibilidad.

Correspondência entre Perón e John Willian Cooke, 22/11/57.

Com esta autorreflexão, Perón definia sua liderança diante da condição de exilado após a Revolução Libertadora (1955). A infalibilidade requerida correspondia ao que foi comumente abordado como *política pendular*, a tática de apoiar um ou outro setor do movimento ou do cenário político argentino de acordo com as condições mais favoráveis para a manutenção de sua liderança (JAMES, 1981). A distinção entre *leales* e *traidores*, referência peronista reiterada em diferentes momentos, apontava ao elemento fundamental de coesão do movimento, qual seja a aceitação coletiva da liderança do general (JAMES, 1993; DEL CAMPO, 2005). Consagrada a *lealdade peronista*, cuja data no universo peronista é marcada pela aclamação popular de Perón em 14 de outubro de 1945 (MARCOR, 2009), definiu-se o complexo sistema de controle político exercido pelo líder a partir do exterior. Diante de sua ausência física e do fechamento do campo político tradicional para o peronismo, duas formas básicas de presença no cenário político foram usadas por Perón: a designação de delegados pessoais e as cartas e áudios gravados que ditavam orientações aos peronistas na Argentina¹⁴⁸. Esse contexto foi definido por Sigal e Verón (2014) como de *circulação restringida*. Se antes do golpe militar o que marcava a doutrina peronista era sua forma de enunciação, após 1955 o que determinou sua conformação como doutrina foram suas condições de circulação (SIGAL; VERÓN, 2014, p. 105). Os destinatários dessas mensagens, militantes peronistas, não podiam assistir mais ao ato de enunciação, a

¹⁴⁸ A lista com os nomes dos delegados pessoais e período em que estiveram no cargo foi feita no capítulo 1 da dissertação. Além das constantes intervenções de seus delegados na Argentina, estes pronunciamentos serviam para confirmar sua liderança no movimento diante da desorganização inicial que havia causado a proscrição do peronismo após a Revolução Libertadora (BASCHETTI, 1999).

palavra direta de Perón. A condição de exílio e a ausência do enunciador levaram a uma espécie de autonomia das mensagens e a um problema de autenticação.

Antes de 1955, poucas figuras haviam adquirido poder político real para representar uma opção organizativa alternativa a Perón, caso necessário em um contexto de exílio e de reorganização do movimento (MCGUIRE, 2004; ROMERO, 2006). Esse contexto vai mudar significativamente a partir dos primeiros anos da *Resistencia* e da afirmação de novos dirigentes peronistas que, apesar de representarem um alento na ausência de uma liderança interna, não poderiam abrir mão da benção de Perón. Em uma definição da estratégia política do general, Luis Alberto Romero (2006, p. 131) ressaltou que:

Perón conservava todo o seu poder simbólico, mas, na prática, teve de dar bastante liberdade de ação e tolerar as desobediências para evitar a desaprovação, apesar de se resguardar de um certo poder de veto. Perón se dedicou a reunir todos os que aceitassem invocar seu nome, estimulando-os e jogando-os uns contra os outros, para guardar para si a última palavra em qualquer negociação. Aprendeu uma nova técnica de direção e a utilizou de uma maneira admirável.

Como definido pelo sociólogo Pierre Bourdieu (2002), o poder simbólico “[...] como poder de constituir o dado pela enunciação, de fazer ver e fazer crer, de confirmar ou de transformar a visão do mundo [...] só se exerce se for reconhecido”, e a última palavra que outorgava legitimidade a dirigentes sindicais diante de suas bases e de sua identidade como peronistas seguia sendo a lealdade à palavra de Perón. O contexto de circulação restringida abriu um campo de efeitos possíveis, onde mais uma vez se reafirma o plano fundamental de conformação da doutrina peronista. Não se trataria de um corpo doutrinário a ser seguido; a doutrina era mais um “[...] *universo significativa abierto ya que toda nueva interpretación de Perón constituye automáticamente un fragmento más de la doctrina*” (SIGAL; VERÓN, 2014, p. 134). Por essa constatação, pode-se compreender melhor a capacidade de assimilação de diferentes conteúdos ideológicos pelo peronismo e o debacle da situação política que envolveu as organizações radicalizadas do movimento a partir da década de 1970. Abre-se também outra possibilidade de análise do caminho de ascensão e “queda” do projeto político da CGTA nas disputas internas ao movimento e a conformação de um *peronismo revolucionário* (BOZZA, 2001). Em julho de 1968, no Semanário de nº11, foi publicada a carta de Perón em apoio a Raimundo Ongaro e à nova central dissidente. O próprio ato de publicação da carta no semanário obedecia à lógica de autenticação do

contexto de circulação restringida; para ganhar a confiança dos peronistas era necessário o aval do líder. Neste momento, Perón sancionava o projeto político da CGTA como uma sorte de “*regeneración*” do movimento que sofria de uma “*inacción suicida*”, produzida pela “*descomposición moral*” de alguns líderes sindicais. O apelo à ordem moral, já mencionado como estratégia de esvaziamento do campo político na forma do discurso peronista, é mais uma vez evocado em contraposição aos “*valores espirituales*” que fazem de Ongaro o “[...] *primer dirigente contemporáneo que puede conseguir movilizar la masa hasta ahora inactiva y perezosa*”. O tom da carta de Perón não deixava dúvidas de seu apoio ao movimento e validava os argumentos que haviam justificado a separação da CGT e a quebra do princípio de unidade: uma espécie de depuramento contra maus elementos, “falsos peronistas” que se utilizavam de seus cargos para obter ganhos e frear o processo revolucionário próprio da classe trabalhadora.

O apoio à CGTA deve ser pensado no contexto mais agudo de disputa pela liderança do movimento entre Vandor e Perón, que se desenvolvia desde 1965, com as tentativas do primeiro em criar uma espécie de “peronismo sem Perón”. O ápice dessa disputa no campo sindical teve como resultado a separação das 62 organizações, em 1966, e a expulsão de líderes sindicais do movimento, como o próprio Vandor, o dirigente da área de construção Rogelio Coria e Adolfo Cavalli, dirigente dos trabalhadores petrolíferos (DAWYD, 2001, p. 45). Antes do Congresso normalizador de 1968, a divisão já era uma realidade, apesar de não institucionalizada. A opção do general por Ongaro e pela tendência combativa a princípio da década de 1960 já era uma estratégia para fazer frente ao crescimento de Vandor no sindicalismo peronista e não necessariamente uma opção de Perón por um tipo de ação política específica. Apesar da aparente convergência de interesses políticos entre o general e a nova CGT, o campo de produção de ambos discursos revela outras dimensões. Se por um lado a reprodução da carta de Perón no semanário significava a ratificação do líder à proposta política da CGTA e instrumento de legitimação no campo sindical, por outro Perón dava mais uma demonstração de sua estratégia pendular e garantia sua “infallibilidad”. Em agosto de 1968, Perón se encontrou com Vandor, líder da CGT *Azopardo*, e, entre setembro de 1968 e dezembro de 1969, passou a circular uma série de diretivas para o

movimento¹⁴⁹, no sentido de restaurar a verticalidade perdida com a crescente fragmentação interna e a reunificação da CGT sob o comando do líder da tendência colaboracionista (DAWYD, 2011, p. 121). Se antes o expurgo era uma necessidade moral contra “falsos peronistas”, no retorno estratégico do pêndulo todos que queriam vestir a “camiseta peronista” deveriam se unir.

A especificidade do peronismo como uma doutrina que se conforma basicamente no plano da enunciação exige, para a análise da dinâmica dos acontecimentos deste período, a constatação de certos mecanismos. A verticalidade do controle exercido por Perón tornava qualquer projeto político interno suscetível às suas manobras de manutenção da liderança do movimento, que, no contexto de exílio, significavam o apoio a diferentes tendências. Reinterpretar o corpo doutrinário peronista era uma tarefa que concernia apenas ao líder, “*Toda interpretación del logos peronista y, por lo tanto, todo enfrentamiento entre corrientes dentro del movimiento es estructuralmente frágil ya que está amenazada por un enunciado de Perón que la invalide*” (SIGAL; VERÓN, 2014, p. 133). Em menos de um ano de existência, a central rebelde sentiu o peso deste mecanismo de controle ao pretender ser ela também uma produtora de sentido dentro do movimento. O protagonismo de Raimundo Ongaro no afã de transformar a CGTA no centro da oposição à ditadura de Onganía e a conformação de um discurso mais radicalizado que contou com a adesão de outros setores da sociedade foi o grande trunfo da CGTA no campo político, porém um obstáculo no campo gremial. Como observa Diego Castelfranco (2012, p. 86):

Resulta interesante que las áreas en que la actuación de la CGTA se mostró más débil o infructuosa fueron aquellas ligadas a los asuntos propiamente sindicales, como su búsqueda de fogonear la acción de las bases o su participación en diferentes conflictos, mientras que se mostró quizá más efectiva en cuanto centro aglutinador de distintos sectores opuestos a la dictadura, como los curas tercermundistas, distintos intelectuales y artistas y, muy en particular, el movimiento estudiantil.

Para compreender o enfraquecimento do projeto da CGTA dentro do sindicalismo peronista e a sua conseqüente marginalização e, por outro lado, seu crescimento e consolidação no campo político como “berço” das organizações revolucionárias, a análise do discurso é um caminho eficaz de acesso ao cruzamento desses campos. Os limites e aceitações inerentes a cada um desses campos inserem

¹⁴⁹ Expresso em uma resolução de 8 de outubro de 1968 em que Perón chama a reunificação do braço sindical do peronismo nas 62 Organizações, mediante uma comissão de três membros. (DAWYD, 2011). Em uma carta datada de 25 de junho de 1970, *Mensaje de Perón a Ongaro y a las 62 Organizaciones*, também há referência à reunificação.

nesta análise a capacidade de observar como, dentro dos mecanismos de conformação do discurso peronista, as regras de cada campo permitiram ou proibiram certas subversões de princípios (GILLESPIE 1989). Permite perceber também os limites de renovação no intrincado controle exercido por Perón no movimento e os primeiros confrontos com um princípio essencial: a lealdade a Perón.

3.5 A unidade combativa.

La condición de la unidad pasa por la lealtad al líder, esto es lo fundamental, pues se lo considera el conductor revolucionario de un movimiento revolucionario, pasa entonces a un segundo plano, la unidad de los que se consideran peronistas, que es el contenido de unidad que le daba y buscaba Perón. Si bien este último buscaba ganar la pulseada en la lucha por la conducción del peronismo y en base a ello alentaba a los grupos más combativos, nunca estuvo en sus planes alejar del movimiento a los vanderistas, sino disciplinarlos (RAIMUNDO, 2001, p. 217).

A afirmação de Marcelo Raimundo (2001) ao analisar as origens do peronismo revolucionário ressalta o aspecto do compromisso com a unidade como cerne fundamental do peronismo e evidencia um limite no posicionamento de Juan D. Perón a respeito do movimento no período. Apoiar a tendência combativa – neste caso, no princípio da década de 1960, no contexto de disputa com Vandor – não significava a adesão política de Perón a uma ou a outra corrente interna. Como já desenvolvido acima, era parte integrante da política, a partir do exílio, apoiar as conduções que não perturbassem sua liderança, sendo este apoio mais estratégico que político. É mister reter a informação de que “[...] *nunca estuvo en sus planes alejar del movimiento a los vanderistas, sino disciplinarlos*”, ou seja, o apoio a CGTA não era um posicionamento em relação às más conduções do movimento, mas sim uma interferência deliberada no conflito sindical interno a fim de outorgar mais legitimidade a determinado setor.

A formação da CGT *Azopardo* em maio de 1968, dois meses depois de o Congresso normalizador Amado Olmos ter eleito para a mesa diretora as principais lideranças da tendência combativa do peronismo sindical, indicava a cristalização institucional de diferenças irreconciliáveis (DAWYD, 2011, p. 18). Em agosto do mesmo ano, o general manifestava abertamente apoio à Raimundo Ongaro e dava legitimidade às ações emanadas da CGTA, reforçando o discurso de depuração do movimento ante ao que foi consolidado como a *burocracia sindical*. No mês seguinte, o

chamado a reunificação da CGT dentro das 62 Organizações por Perón, delegando ao próprio Vandor autoridade para tal missão, colocou em sérios apuros o projeto político combativo no sindicalismo peronista. No caso da CGTA, se para Perón esse apoio era apenas estratégico, para outros militantes os motivos da separação eram demandas reais que ressignificaram a ideia de unidade peronista, cujas condições não suportavam mais a política pendular e descompromissada do general.

Concorda-se com que essas demandas eram irreconciliáveis, pois a construção de identidades políticas distintas foi reforçada pela busca em criar alguma compreensão sobre si mesmos, por meio de sistemas simbólicos que geraram posicionamentos completamente opostos no campo político e sindical. Se de um lado havia aqueles que representavam a vontade do povo e eram detentores das virtudes morais para guiar a classe trabalhadora, por outro havia aqueles que representavam interesses alheios ao nacional e eram “indignos” de ocuparem os postos que ocupavam. O debate sobre a unidade foi uma temática permanente nos exemplares do Semanário CGT, que a todo momento justificava a sua existência como central trabalhista legítima e cuja tarefa, após setembro de 1968, ficou mais controversa (SOTELO, 2008, p. 14)¹⁵⁰. A construção dessa alteridade extrema definida como *burocracia sindical*, que resultou em uma incompatibilidade política justificada pela lógica da traição e do expurgo, foi uma transição importante para demarcar quem era considerado, a partir daquele contexto, a principal oposição ao projeto peronista. Se antes os antiperonistas ocupavam este posto, a partir de 1968 o inimigo se deslocou para o plano interno. O principal obstáculo para a consecução do projeto político peronista eram setores que “traíam” o movimento ao se integrarem com este inimigo de fora, sendo classificados, além dos títulos de ordem moral (“traidores”; “indignos”, “usurpadores”), como *vandoristas* e *participacionistas*.

O recurso à acusação de traição, estratégia de conflito recorrente no discurso peronista, acompanhou o governo de Perón em sua identificação do inimigo, sendo este classificado de “antipátria”: não estar com o peronismo era o mesmo que trair à nação. Na transposição desta ideia de inimigo para o contexto de proscricção política e crise interna do movimento na década de 1960, a ideia de oposição construída a partir da CGTA identificava aquilo que foi definido como *burocracia sindical* também a partir da lógica da traição – “*dirigencias traidoras*”, “*traidores del movimiento obrero*”, “*estan*

¹⁵⁰ O marco do discurso de ação violenta foi mais contundente no semanário CGT ao final de 1968, após o fracasso da greve petroleira de *Ensenada* em setembro e a constatação da necessidade de outras práticas para enfrentar a ditadura (DAWYD, 2011d; RAIMUNDO, 2014).

en la traición” –, sendo aqueles que falavam “[...] *el lenguaje internacional de la deslealtad*” e que já não representavam mais à classe trabalhadora porque:

*[...] han adoptado las formas de vida, los automóviles, las casas, las inversiones y los gustos de la oligarquía a la que dicen combatir. Desde luego con una actitud de ese tipo no pueden encabezar a la clase obrera.*¹⁵¹

Marcada a separação – “*están separados para siempre del movimiento obrero*”; “*hoy se termina con la vieja guardia entreguista*”; “*no hay avenimiento posible*” –, há uma aversão explícita em não compartilhar espaço com aqueles que quebraram a lealdade e que representavam os inimigos de sempre como “[...] *agentes de un gobierno, de una oligarquía y de un imperialismo*”¹⁵². Mais do que isso, nem trabalhadores eram, sendo seus patrimônios pessoais¹⁵³ denunciados e acusados de incapacitados para se solidarizarem com a causa dos trabalhadores pobres, “[...] *no hacen parte de la clase obrera, compartillan los gustos de la oligarquía*”¹⁵⁴. Lançar mão desta natureza de ataques que desqualificavam completamente a posição do outro e lhe retirava qualquer legitimidade foi, como afirmam Sigal e Verón (2014, p. 83), uma “*operación clásica – y hábil – de todo discurso político: negar la verdad de la palabra del adversario por medio de la redefinición de lo que está en juego*”. Nesta mesma estrutura de enunciação, a CGTA tomou para si o monopólio da verdade – “*No le tenemos miedo: lo nuestro no es prepotencia es la seguridad de que tenemos la verdad*”; “*es conducta de la CGTA decir sistemáticamente la verdad*”) e jogou constantemente o papel de desveladora da mentira, daquela que ocupava uma posição que era inquestionável, já que os outros “estavam na traição” e negava a palavra redefinindo e explicando aquilo que “na verdade” queriam dizer – “*sin embargo la verdad profunda es otra*”; “*verdadera posición oficial: guerra, opresión e injusticia*”; “*la única CGT que desenmascara*”. Esta característica de reduzir o adversário político a um outro negativo era a manutenção, no discurso da CGTA, de uma lógica “natural” e clara para os peronistas. Forjada nos anos justicialistas, essa estratégia de diferenciação pela traição, daquele que não pertence mais, era parte da cultura política peronista de pensar os adversários nos campos em que se articulava.

¹⁵¹ Semanário CGT n° 01, 01/05/68.

¹⁵² *Ibidem*.

¹⁵³ O Semanário CGT n° 4 (23/05/68) trazia sob o título de *Dirigentes limpios, bases combativas* a declaração jurada de patrimônio dos membros do secretariado da CGTA. O objetivo era um desafio aos burocratas sindicais “[...] *sabemos que no pueden responder de la misma manera, que no pueden justificar sus bienes malhabidos, sus agencias de viaje, sus colecciones de cuadros, sus perros de raza, sus criaderos de aves, sus automóviles con chofer*”.

¹⁵⁴ Semanário CGT n° 01, 01/05/68.

O conteúdo do Semanário CGT projetava um discurso mais aberto de *depuramento* do movimento, discurso que ganhou maior dramaticidade nos conturbados anos do retorno de Perón e da crise interna que gerou o apelo à violência política entre as diversas facções do peronismo na década de 1970.¹⁵⁵ Partindo da premissa de que as identidades são “[...] produzidas em locais históricos e institucionais específicos, no interior de formações e práticas discursivas, estratégias e iniciativas específicas” (HALL, 2000, p. 109), pode-se considerar que os elementos discursivos que marcaram a identidade da juventude atuante neste período de violência política extrema foram forjados, sistematicamente, no âmbito de experiência da CGTA. Considerar o âmbito de produção do argumento do “expurgo” é fundamental para compreender o absurdo da situação criada após 1976 e como reforçou Marina Franco (2011, p. 24):

[...] la compleja relación simbólica y material entre esa “depuración” intrapartidaria y la represión que caracterizó el ejercicio del terror estatal que fue gestándose durante esos años y que se articuló de manera relativamente lineal con la dictadura militar que poco después, el 24 de marzo de 1976, desplazó al peronismo del poder.

Em março de 1974, saía o exemplar nº 45 do periódico *El Descamisado*, veículo de informação da *Juventud Peronista* (JP) e *Montoneros*, no qual trazia como nota de capa o seguinte chamado: *Por que murió Coria*. Rogelio Coria, líder do sindicato da construção e figura conhecida do sindicalismo participacionista, foi assassinado em Buenos Aires, e a autoria do crime foi reivindicada pelos *Montoneros* por meio de nota, além da justificativa para a execução:

No hubo ambigüedades en él a partir del momento en que se fue olvidando de su relativo fervor durante la Resistencia. Tan claro fue su accionar que, casi como con ningún otro, pocos preguntarán por qué mataron a Coria. Tan absolutamente transparente que ni sus viejos colegas de ruta – burocratones y burocratitas— se animan a decir demasiadas palabras sobre él. [...] No comprendió que hay una diferencia entre convertirse en inofensivo e intentar ser “bueno”, la diferencia que marca una historia en la que Rogelio Coria peleó desde uno de los bandos: el exactamente opuesto al de los intereses de la clase trabajadora y el pueblo. Con eso basta. [grifo meu]

A luta física e simbólica que explodiu na Argentina ao final da década de 1960 é mais bem compreendida nos limites destas lutas internas do movimento, diferentemente

¹⁵⁵ Em uma contextualização da lógica do “depuramento ideológico” no peronismo, Marina Franco (2011, p. 24) afirma que “[...] el regreso del peronismo al poder hizo estallar la competencia y un feroz conflicto intrapartidario entre los múltiples sectores internos que habían crecido durante las décadas previas en los largos años de proscripción partidaria que se extendieron entre 1955 y 1973 y al calor de la radicalización política juvenil y de izquierda de los años 60. [...] Ese conflicto dio lugar a un feroz proceso de ‘depuración’ interna que se extendió entre mediados de 1973 y 1974 y que incluyó diversos mecanismos gubernamentales e intrapartidarios, algunos puestos en marcha a través de la instrumentalización de las vías legales existentes y otros a partir de la abierta coerción física”.

do inimigo representado pela luta com a oposição antiperonista, no contexto da Revolução Libertadora (1955). A ideia de *burocracia sindical* forjada na CGTA e a projeção do inimigo como alguém de dentro permaneceu como axioma do discurso depurador sustentado pelos grupos peronistas revolucionários como *Montoneros*. O discurso que condicionou o tipo de ação política de final da década de 1970, marcado pela eliminação física do inimigo, foi forjado anteriormente no âmbito da CGTA, ainda que sem seus contornos mais violentos, e demonstra a articulação entre a CGT rebelde e a origem dessas organizações. A responsabilidade pela separação institucional foi atribuída à oposição vanguardista e participacionista, justificando essa oposição pela não representatividade que estes líderes tinham entre as bases:

[...] una supuesta división del movimiento obrero. Nosotros no hemos dividido a nadie, ellos se han dividido solo (Semanaário CGT nº1, 01/05/68).

Han terminado tratando de dividir la CGT, para inventar otras CGT al servicio del gobierno, de las patronales, de los monopolios (Semanaário CGT nº6, 06/06/68).

[...] y la nefasta posición divisionista adoptada por los directivos sindicales en pugna con los sentimientos de unidad que animan a los trabajadores mercantiles, en estos momentos identificados unánimemente con la CGTA (Semanaário CGT nº7, 13/06/68).

Falava-se constantemente numa sorte de “regeneração” que significava a saída deste grupo de dirigentes corrompidos e na retomada do controle dos sindicatos pelos trabalhadores – “*Esta moralización del movimiento obrero, esta posibilidad de decirle a los trabajadores que no todo está podrido. [...] Hemos purificado al movimiento*”¹⁵⁶. Nesta “reconquista” dos grêmios, encorajava-se a criação de bases por fábrica e o empenho na oposição em cada sindicato contra as lideranças burocratas, incentivando a *rebelião das bases* e a auto-organização – “*si la regional está en mano colaboracionista hay que sacársela o crear otra*”; “[...] *crear agrupaciones de bases combativas y organizadas, que no dependan del reconocimiento oficial*”¹⁵⁷. Para salientar a não representatividade desses sindicalistas “burocratas”, construiu-se uma reinterpretação da separação da CGT pela lógica inversa, considerando que este momento, na verdade, significava uma reconstrução da unidade – “[...] *la reconstrucción de la unidad conquistada desde abajo, en la lucha, y por las bases*”. Esta unidade havia sido perdida quando dirigentes sindicais corruptos passaram a ocupar cargos em busca de interesses pessoais, barganhando os direitos da classe trabalhadora. Antes do Congresso

¹⁵⁶ Semanaário CGT nº17, 22/08/68.

¹⁵⁷ Semanaário CGT nº03, 16/05/68; Semanaário CGT nº51, 23/09/69.

normalizador de 1968, existia uma CGT jurídica e legalmente unificada, mas que “[...] aunque aparentemente no teníamos eso que hoy se llama división, no éramos capaces de congregarnos cincuenta trabajadores para realizar un acto público”¹⁵⁸. Ou seja, a reação contra estes dirigentes significava restaurar a unidade diante de uma falsa coesão que existia anteriormente e recuperar o poder de mobilização dos trabalhadores. Reiterando a legitimidade do pleito sindical em 1968, a ideia de divisão era negada – assegurado esse poder de inversão pelo lugar de verdade que a central reivindicava –, e o momento de ruptura reinterpretado como a reconquista da única unidade possível, com as bases que haviam elegido o secretariado combativo: “Hay una comisión directiva elegida limpia y legalmente, con el aval de la mayoría del movimiento obrero organizado”.

Diante do chamado de reunificação feito por Perón em agosto de 1968, manter a divisão poderia ter sido um suicídio político dentro do movimento, no entanto, como já salientado acima, a consolidação da ideia de *burocracia sindical* cristalizou identidades políticas completamente distintas, as quais, como se viu no decorrer da história, nem Perón conseguiu pacificar. Até a ruptura de 1974, a convivência de diferentes tendências dentro do peronismo exigiu uma reordenação de certos aspectos na estrutura discursiva que pode ser antevista na experiência do Semanário CGT. A partir da CGTA não havia mais volta para o sindicalismo peronista dentro de um bloco coeso, pacífico e disciplinado. Além das disputas na liderança interna, era evidente que o apelo a outros setores feito pela central havia mudado a composição dos militantes peronistas e que a aproximação de setores de esquerda ao movimento alterou de forma contundente a interpretação dos eventos que se seguiram.

A existência de tendências combativas no peronismo vinha desde o início de sua proscricção, em 1956, com John William Cooke e a organização da *Resistencia Peronista*, até a projeção de Amado Olmos no sindicalismo combativo, consolidado com a constituição da CGTA. Contudo a convergência da juventude mobilizada ao peronismo no início da década de 1960 sinalizava outra ordem de ação política e importantes alterações doutrinárias. Inserida no contexto global, a Argentina vivenciou “[...] la gozosa revelación en la geografía latino-americana de ese dios de la Revolución encarnado en el proceso cubano” (TERÁN, 2013, p. 180). Nesta “primavera dos povos” (ROMERO, 2006), a inserção da América Latina em um

¹⁵⁸ Semanário CGT n°17, 22/08/68.

discurso *terceiro-mundista*¹⁵⁹ vinha acompanhada de expressões nacionais da luta socialista, em que as condições objetivas davam um caráter singular ao processo de liberação latino-americano. Foi impulsionada também pelas novas discussões que embalavam o marxismo intelectual e cediam espaço para pensar o papel da vontade humana no desenrolar dos processos históricos encarados, a partir de 1959, pela chave da violência política. A partir da Revolução Argentina (1966), foram criadas as condições políticas internas para o desenvolvimento do debate a respeito da saída revolucionária (RAIMUNDO, 2001; ROMERO, 2006; BRENNAN, GORDILLO, 2008), assentado na descrença do sistema democrático, no nacionalismo econômico e em um forte sentimento anti-imperialista.

O fechamento do espaço de participação política com a extinção dos partidos, a imposição de um modelo econômico liberal e a repressão social e política baseada na DSN foram fatores que catalisaram o uso da violência política como única alternativa para o processo de liberação nacional, sendo que “[...] a luta armada existia desde o começo dos anos 1960 na Argentina, porém a experiência autoritária consolidou a ideia de que não havia outro caminho possível” (ROMERO, 2006, p. 174). Nesse viés, a Revolução Argentina inaugurou também outro contexto de relações no seio do peronismo que foi caracterizado por Sigal e Verón (2014, p. 136) como a possibilidade de uma *segunda palavra* de Perón:

Así, paralelamente a la palabra de Perón que sigue designando “leales” y “traidores”, la radicalización de importantes capas de la clase media convirtió en realidad social la “segunda” palabra de Perón, la que habla nuevamente de doctrina y de una nueva doctrina, aggiornada, con referencias que permiten dar una identidad política a las fracciones movilizadas por la revolución cubana, por la ola de renovación eclesíastica, por la acción de la guerrilla latinoamericana.

Essas referências são exatamente aquelas que articularam o peronismo às ideias *terceiro-mundistas* que embalavam os movimentos radicalizados naquele momento. A concepção do peronismo como a expressão nacional de um movimento originariamente

¹⁵⁹ A expressão *Terceiro mundo*, cunhada pelo sociólogo francês Alfred Sauvy, consagrou-se no meio intelectual como forma de identificar uma imensa zona de países cuja questão primordial não estava em se alinhar a uma ou a outra potência mundial do campo político surgido após 1945, mas sim uma terceira via ao imperialismo representado tanto pelos Estados Unidos como pela União Soviética. Para muitos destes países a primazia da ideia de *liberação nacional* encontrava respaldo na condição colonial de algum deles e na dependência econômica que caracterizava uma espécie de novo colonialismo para nações politicamente independentes.

popular era base para se projetar na Argentina uma ideia de *socialismo nacional*¹⁶⁰. Além do mais, a superação do ranço antiperonista vivido por setores intelectuais nos anos justicialistas e nos primeiros anos da Revolução Libertadora e a aproximação desses setores ao movimento, tido como expressão nacional da luta dos trabalhadores, resultou na denominada *nova esquerda*¹⁶¹:

Aunque la central combativa no se autodefinía clasista, existían en su seno agrupaciones y activistas del peronismo revolucionario (aunque también de la izquierda marxista) que reivindicaban la conducción proletaria del proceso revolucionario y militaban, la mayoría, en el Movimiento Peronista para infundir esta concepción. En el epílogo de la década del sesenta, no era despreciable el número de tales agrupaciones ni tampoco el rol y la influencia de sus líderes en la conducción de CGTA (BOZZA, 2001, p. 149).

A capacidade de aglutinar a franja contestatária mais ampla da sociedade produziu uma alteração importante na interpretação das mensagens de Perón no contexto de circulação restringida. Esta *duplicidade* foi caracterizada pela produção de outros discursos no processo de recepção dessas mensagens, isto é, o conteúdo dessas interlocuções não era radicalmente diferente das anteriores, porém, no processo de reinterpretar a palavra do líder, havia uma ressonância diferente relacionada à nova situação política da Argentina e do continente (SIGAL; VERÓN, 2014, p. 137). A produção de novos discursos na recepção introduziu uma variante na doutrina que era a possibilidade de outros enunciadores tomarem a palavra e a ressignificação daquilo que era dito a partir da própria estrutura enunciativa peronista. Desse modo:

[...] su palabra es leída de modo distinto por vastos sectores radicalizados. [...] Que Perón se hubiera “izquierdizado” para atraer sectores radicalizados o que la relación haya sido justamente la inversa poco importa. Lo que importa es que convertirse en peronista en los años sesenta tenía una connotación muy diferente a la lealtad peronista de la clase trabajadora durante veinte años, que fuera identidad cultural y coraza política que impidió su absorción por otros movimientos o partidos (SIGAL; VERÓN, 2014, p. 138).

Nesse sentido, o chamado à reunificação feito por Perón colocava em cheque a legitimidade da existência da CGTA, ao propor a união com os setores da burocracia sindical e também colocava à prova seu projeto político. Neste momento, setores que

¹⁶⁰ Caracterizou-se como um discurso que se contrapunha ao capitalismo, representado na luta contra os monopólios econômicos e o capital estrangeiro, e ao socialismo internacionalista, considerado uma forma de coletivismo totalitário e ateu. Conformando um possível sistema político, social e econômico original, propunha-se uma terceira via identificada como *socialismo nacional* que encontrou no continente latino-americano terra fértil em sua já tradicional cultura política fortemente cristã e nacionalista/anti-imperialista.

¹⁶¹ Como bibliografia referencial da nova esquerda argentina: SIGAL, Silvia. “Intelectuales y poder en Argentina. La década del sesenta”. Buenos Aires, Siglo XXI, 2002; FIORUCCI, Flavia. “Intelectuales y peronismo, 1945-1955”. Biblos, 2011; TERÁN, Oscar. “Nuestros años sesentas: la formación de la nueva izquierda intelectual en la Argentina, 1956-1966”. Buenos Aires: Siglo Veintiuno, 2013.

até então não haviam dissentido de Perón tiveram que o fazer, sem significar ainda, mas já como uma projeção do que viria: uma ruptura entre a doutrina e o líder (SIGAL; VERÓN, 2014). Continuar sendo peronista sem obedecer a Perón foi o grande “trunfo” da JP a partir de 1974, todavia, já em 1968, aqueles que estavam na CGTA antecipavam essa ruptura na redefinição de um princípio fundamental do universo peronista, a ideia de unidade.

Mais especificamente, a redefinição da ideia de unidade interessa como objeto de estudo, pois esclarece como essa divisão foi selada no peronismo. Se antes o único eixo de união era personificado por Perón e expressado pela lealdade das massas em relação ao líder, a ideia que defendeu a CGTA precisou lidar com o peso de ter confrontado o chamado do general. Diante das investidas de reunificação vindas de diferentes setores do movimento, lideranças reconhecidas como referenciais de luta pela CGTA, a pressão da imprensa nacional que acompanhava com atenção as disputas internas do peronismo no universo sindical e as questões de ordem institucional – a obediência de alguns grêmios que faziam parte de sua base e convergiram na reunificação com as 62 organizações –, o Semanário CGT foi espaço de uma importante transformação doutrinária. Alguns aspectos já foram descritos anteriormente, entre eles a negação de que a CGTA era responsável pela divisão, atribuindo à burocracia sindical esta responsabilidade e a reiteração da legitimidade do Congresso normalizador (1968), apoiando-se no argumento de sua representatividade por escolha da maioria e na não representatividade da CGT *Azopardo*, pelo desrespeito à escolha das bases e por seu apreço aos “gostos da oligarquia”. Nessa linha de argumentação, a CGTA se manteve nos meses em que o apoio de Perón dava autoridade às ações da central dirigida por Raimundo Ongaro.

A partir de agosto, sem o apoio do general, foi preciso redefinir os princípios dessa unidade. Se antes bastava o chamado de Perón para definir os próximos passos do movimento, a partir de 1968 e da inserção de outros atores sociais no universo peronista, a lealdade paulatinamente foi-se transformando. No exemplar nº 21 (19/09/68) do Semanário CGT, uma nota intitulada *Condiciones para la unidad* enumerava as exigências de uma possível unificação institucional: “*No hay unidad sin bases/ No hay unidad sin programa/ No hay unidad sin lucha/ No hay unidad con traidores ni delincuentes*”¹⁶². A partir desses quatro pontos se redefinia o vínculo de

¹⁶² Semanário CGT nº21, 19-26/09/68.

união em alguns setores do peronismo sindical e se inauguravam as condições para a radicalização do discurso e, em contrapartida, das ações políticas.

O último aspecto citado já foi abordado na análise acima a respeito da construção da alteridade no conflito com a *burocracia sindical*; esse aspecto marcou o caráter não conciliatório entre essas facções do peronismo e a impossibilidade de união com estes setores, reforçada pelo discurso da depuração.

Parte-se agora para a análise dos elementos que são fundamentais para compreender a conformação de uma identidade política combativa e assentada em um discurso peronista adaptado. Na inter-relação entre a origem do apoio político e a legitimidade do enunciador, o forjamento de uma consciência política e, logo, seu resultado como ação, buscou-se traçar a consolidação da identidade política peronista combativa e a abertura para a radicalização política. Essa divisão acabou sendo útil por compartimentalizar a reflexão, sem distorcer seus aspectos relacionais, e oferecer um panorama desta ressignificação.

Como origem e fonte de legitimação do apoio das massas a Perón, o papel de mediador indispensável fora construído desde uma “[...] identidade que era tanto trabalhadora e popular, quanto peronista” (ROMERO, 2006, p. 109). Das características da enunciação peronista já definidas, essa ligação intrínseca se forjava, a partir de um posicionamento *extrapolítico*, na identificação do movimento com a própria nacionalidade e da estratégia de falar a partir de um lugar de “verdade”. Quem poderia reivindicar essa posição era aquele que vinha de fora do plano político (do Exército, símbolo pátrio por excelência) e que as massas tinham elevado como enunciador primeiro da doutrina:

Afirmar que en la palabra de Perón se expresa la verdad misma de lo real, es lo mismo que decir que por su boca habla la Patria y se expresa el Pueblo. Es por esta razón que un anti-peronista es, automáticamente, un anti-argentino y un anti-pueblo (SIGAL; VERÓN, 2014, p. 81).

Perón falava pela massa, identificada à classe trabalhadora, e por sua boca se expressava a vontade popular. Apesar de único mediador, a origem de sua autoridade era o seu compromisso com a vontade popular. O que se observou na experiência da CGTA e no contexto de reunificação das centrais em 1968 foi a transposição paulatina da origem da autoridade que passa da lealdade e obediência a Perón para o compromisso com a escolha das bases, expressada em processos legítimos de escolha dentro dos sindicatos. A transposição dessa lealdade à vontade popular, que era mediada pelo líder, em uma lealdade direta às escolhas das bases/povo, *desde abajo*, foi reiterada

por um argumento que reivindicava a horizontalidade a partir de um movimento que havia sido essencialmente construído pela verticalidade da liderança de Perón:

*La CGTA ha establecido ya claramente que la unidad no puede ser el fruto de acuerdos de dirigentes celebrados a espaldas de los trabajadores. Esta unidad estaría ya conseguida si los dirigentes se limitaran a obedecer al mandato de las bases, expresado en asambleas limpias.*¹⁶³

Diante da “*unidad celebrada a espaldas de los trabajadores*” se impunha um confronto aberto ao chamado de Perón, sem necessariamente o afrontar. Sem cruzar o limite da deslealdade, a CGTA reivindicava que a unidade escolhida pelas bases em 1968 era aquela que expressava sua consciência política na adesão à linha combativa do *Programa 1º de mayo*. Havia no discurso da central rebelde um apelo ao documento que significava um contrato inquebrável com as bases, que, ampliado a outros setores, gerava um compromisso maior no campo político nacional. Sem desobedecer a Perón, a CGTA concordava com a necessidade de reunificação, entretanto, sem desobedecer à doutrina, interpelava que a legítima vontade popular estava expressa, naquele momento, pelo projeto político da CGTA. Se “[...] *el movimiento obrero es la voluntad organizada del pueblo*” e considerando a “*CGTA expresión real y legítima del movimiento obrero*”, a única unidade possível era ao redor das diretivas combativas: “*Fueron ellos los que rompieron la unidad, y son ellos quienes hoy deben decidir si quieren la unidad con las bases y el programa*”.

A ideia de *unidad combativa* projetada pela CGTA desde seu nascimento e reivindicada com mais afinco após setembro de 1968¹⁶⁴, obedecia a uma lógica singular que antevia a estrutura de enunciação que ancorou as estratégias da JP posteriormente. Esse novo vínculo de união era selado pela obediência à decisão das bases, “[...] *únicas depositárias del poder obrero*”¹⁶⁵, e antevia o início de uma desestruturação da mediação indispensável de Perón ante os trabalhadores e a desconstrução da essência de um conceito. Considera-se nesta análise a abordagem da história dos conceitos fundamentada por Reinhardt Koselleck (2006) a respeito da historicidade dos conceitos e sua vinculação com as realidades sociais. Só a partir desta percepção pode-se compreender a existência de significados diversos para um conceito em uma mesma

¹⁶³ Semanário CGT n°20, 12-19/09/68.

¹⁶⁴ A greve dos petroleiros de Ensenada, província de Buenos Aires, ocorreu entre setembro e novembro de 1968 e ficou conhecida como *huelga santa*. A greve está inscrita entre os acontecimentos que antecederam a onda de radicalização política no sindicalismo que teve seu ápice com o *Cordobazo*, em 1969, e foi acompanhada de perto pela CGTA (DAWYD, 2011c, RAIMUNDO, 2014).

¹⁶⁵ Semanário CGT n°19, 15-12/09/68.

época e, inclusive, em um mesmo grupo social. Situados radicalmente no outro campo sindical e nucleando uma resistência civil contra a ditadura, a linha de atuação da CGTA marcou um passo sem volta para o movimento e redefiniu, inclusive, o campo doutrinário do peronismo. Desestruturar a ideia de unidade do peronismo pela lealdade a Perón foi central para o posicionamento da JP na década de 1970 e na perda de controle do movimento pelo líder. Na descrição do embate entre a JP e o general e o dissenso em torno do “verdadeiro” projeto peronista, Silvia Sigal e Eliseo Verón (2014, p. 217) destacaram o questionamento da juventude em relação ao líder como expressão da vontade popular:

Ya vimos que en 1973 su posición [JP] contenía una contradicción insuperable; aquélla entre la pretensión a una palabra propia como abanderados del pueblo y el reconocimiento de Perón como encarnación de la voluntad popular. [...] Es que lo que está en juego es la definición de lealtad y de traición en un movimiento donde el único destinatario de tales posiciones fue siempre la persona de Perón sus actos y palabras.

A pretensão a uma “palavra própria” que poderia confrontar com a palavra de Perón foi respaldada por uma operação didática demonstrada no periódico *El Descamisado*. Na explicação da origem da autoridade de Perón, desmistificava-se o papel do condutor “indispensável”, e a reorganização da economia discursiva da lealdade e da representação da vontade popular permitia a introdução de outros mediadores:

¿Por qué Perón es líder y conductor? ¿Por qué generó lealtad? Porque a su vez fue consecuente con un principio que todos mamamos: en la lucha por la cual estamos empeñados la lealtad fundamental es la lealtad a la clase trabajadora.¹⁶⁶

Com o retorno de Perón, em 1973, ocorreu o embate aberto entre as diversas tendências do peronismo, e a aproximação do general aos setores de direita significou a perda progressiva do espaço ocupado no terceiro governo peronista pela juventude. Diante do crescimento da *burocracia sindical* no governo de Perón, a JP/Montoneros foi interpelada a se posicionar perante o movimento. Com seu projeto político sistematicamente rejeitado por Perón em discursos públicos, a necessidade de dissentir do general gerou uma estratégia discursiva em que confrontar Perón precisou ser justificado pela reorganização da lealdade:

La identidad originaria entre la lealtad a Perón y a las banderas del pueblo se ha roto. [...] Lo que fuera la posición privilegiada de Perón no aparece ya como una propiedad natural e inalienable del líder, sino que es remitida a

¹⁶⁶ *El Descamisado* – n° 38 (08/02/1974). Editorial Dardo Carbo: *Derecho a dissentir*.

otro principio, que la condiciona: la lealtad a Perón es reemplazada por la lealtad “fundamental” a la clase trabajadora (SIGAL; VERÓN, 2014, p. 218).

Desse modo, assim como a CGTA enfrentou a palavra de Perón em 1968, a JP resgatou a ideia de lealdade da pessoa para o coletivo que este representava, a classe trabalhadora organizada. Esse enfoque mais autônomo nos trabalhadores foi herança direta da CGTA, que projetava desde seu programa político combativo uma organização de bases mais horizontal e um papel central dos trabalhadores como “vanguarda do povo”. Neste ponto, insere-se a última dimensão para compreender a conformação do vínculo de unidade a partir da CGTA – “*unidad en la lucha*” –, enfoque mais evidente das contribuições da esquerda política na produção de outros discursos a partir da enunciação peronista.

Fazer frente ao poder de tendências como o *vandorismo* no terreno sindical e ao recrudescimento da ditadura de Onganía no plano externo significou para aqueles em torno da CGTA um quadro conveniente para repensar o papel da classe trabalhadora e o movimento organizado como condutor de uma revolução social. A contraposição entre o “*sindicalismo amarillo, imperialista, que quiere que nos ocupemos solamente de los convenios y las colonias de vacaciones*”¹⁶⁷ e um “sindicalismo de liberação” (CARRI, 1971) reforçava no sindicalismo peronista a herança do movimento como uma “*revolución incumplida*”. Destinada a “[...] *alzar, en el punto donde otros las dejaron, las viejas banderas de la lucha*” e contra aqueles “[...] *dirigentes que habían extraviado en el camino las banderas cuya custodia les fue confiada*”¹⁶⁸, a CGTA inseria no discurso peronista a ficção-diretriz do peronismo como uma revolução popular.¹⁶⁹ Esse tom revolucionário já estava presente no peronismo desde os anos de Perón, porém reivindicar essa “essência” revolucionária do peronismo no contexto da década de 1960 encerrava outras expectativas. A aproximação da esquerda ao peronismo, no geral, foi descrita pela bibliografia como uma sorte de percepção da esquerda nacional diante do processo autóctone de organização dos trabalhadores, no caso argentino representado pelo peronismo (ALTAMIRANO, 2001). Desse modo, como observa Maria Estela Spinelli (2013, p. 126):

¹⁶⁷ Semanário CGT n° 01, 01/05/68.

¹⁶⁸ *Ibidem*.

¹⁶⁹ Nicolas Shumway (2008, p.18), ao descrever a construção da ideia de nação na Argentina, denomina como *ficções-diretrizes* aquelas ideias que são necessárias para dar aos indivíduos um sentido de nação, de povo, uma identidade coletiva. Um esforço para que a realidade coincida com a ficção-diretriz traçada em um esforço de consolidação de um sentimento coletivo de identidade.

Los nuevos partidos y organizaciones de izquierda, en franca etapa de expansión entre los sectores medios juveniles, rechazaron, ya no solo al gobierno, sino al sistema político, la democracia burguesa. Se plantearon dos caminos, la vía violenta que dejaba ver el impacto y el contacto con los líderes de la revolución cubana o la acción política de conquista de la clase trabajadora, como vía para la construcción del socialismo, en ambas la relación con el peronismo y su rol histórico resultó un punto de diferenciación crucial.

Ao longo dos dois anos de publicação do Semanário CGT, a percepção do papel da classe trabalhadora se diferenciou substancialmente do papel enunciado por Perón nos primeiros anos. Se a princípio os trabalhadores tinham um papel passivo diante da condução do líder – “*de casa al trabajo y del trabajo a casa*”¹⁷⁰ – e lhes cabia apenas obedecer, o discurso difundido pela CGTA já antecipava a auto-organização que foi fundamental para as células revolucionárias dos anos seguintes. Identificada a missão “natural” dos trabalhadores – “[...] *la liberación nacional y la revolución social que son sagradas para los trabajadores*”; “[sectores] *que coincidan en que la vanguardia del proceso de liberación nacional debe ser el movimiento obrero*” –, esta coincidia com as bandeiras alentadas pelos movimentos de liberação nacional insurgentes no continente latino-americano. A consigna “*Liberación o dependencia*” consolidou a identidade combativa e se justificava pela compreensão na luta dos trabalhadores diretamente ligada à causa anti-imperialista, em cujo cerne estava no combate aos monopólios estrangeiros e a seus apoios internos: a ditadura no plano econômico e político e a burocracia sindical no controle do ímpeto revolucionário dos trabalhadores. Ao acompanhar o argumento da JP nos anos posteriores, observa-se que o mote político encerrado na chave anti-imperialista e no discurso da burocracia sindical foi uma constante no plano de enunciação das duas experiências, mesmo que estas estivessem enquadradas em circunstâncias completamente adversas:

Debemos crear en la lucha una moral y una conciencia revolucionaria, y el movimiento obrero argentino deberá unirse al latinoamericano en lucha común contra el imperialismo y los monopolios (Semanário CGT nº 9, 27/06/68).

Hay que encarar una renovación total; en las circunstancias actuales las huelgas de “presión” por si solas no pueden alcanzar los objetivos propuestos. Se requieren nuevos métodos de lucha para acompañarle o para realizarlas independientemente, según sea la situación concreta (Semanário CGT nº14, 01/08/68).

El Frente de Liberación: El Frente es una alianza de clases para enfrentar al imperialismo y sus aliados; sus objetivos, señalados en las pautas programáticas enunciadas por el compañero Cámpora son: Luchar contra

¹⁷⁰ Discurso de Juan D. Perón – (18/09/45).

los monopolios y todas las formas de dependencia. Poner en marcha una política internacional independiente para conformar un Frente latinoamericano antiimperialista y consolidar el bloque del Tercer Mundo en la comunidad internacional [...] Este trasvasamiento generacional, como nos ha enseñado el Gral. Perón, no significa “tirar un viejo por la ventana todos los días”, sino que fundamentalmente debe consistir en dos cosas: la actualización doctrinaria y el abandono de los métodos burocráticos de conducción, organización y lucha, frecuentemente utilizados por las conducciones intermedias del Movimiento en sus distintas ramas (El Descamisado n° 04, 12/06/73).¹⁷¹

Na reiteração da construção da consciência revolucionária, externalizada de forma programática pelo manifesto de 1º de maio, e os “novos métodos” que a etapa aberta exigia, havia já na CGTA uma mudança fundamental do vínculo. Se antes a lealdade e o compromisso com o peronismo eram algo diretamente associado a Perón em uma *estructura de sentimiento* (JAMES, 1993) que encerrava o que era ser peronista, o discurso da CGTA já reivindicava a construção de uma consciência e de uma ação política que devinham diretamente da situação de classe, do contexto vivido e, portanto, *unidad en la lucha*:

[...] sin otra bandera que la argentina, con la ideología que nace da la experiencia concreta de los trabajadores, con el programa que los trabajadores empezamos a darnos en el congreso normalizador en el mensaje del 1º de mayo (Semanao CGT n° 3, 16/5/68).

La unidad no nace de nuestras diversas creencias [...] está dada desde adentro por nuestra experiencia concreta como trabajadores (Semanao CGT n° 2, 9/5/68).

[...] queremos que todos se unan, no como partidários de una forma política, sino como trabajadores enfrentados a una situación concreta. Los rótulos no pueden unirnos (Semanao CGT n°4, 23/5/68).

Nesse último aspecto se encerra o ponto fundamental de conversão do cerne do princípio de lealdade que, transposto para a realidade social, tornava mais palpável a adesão de outros setores ao peronismo. A culminância prática desse processo de reconstrução de sentidos dentro da estrutura enunciativa peronista foi a consolidação do movimento como a expressão nacional de uma vanguarda popular, cujo destino natural no contexto de dominação do ideário terceiro-mundista era levar adiante a liberação

¹⁷¹ A ideia de *trasvasamiento generacional* foi difundida por Perón em comunicado de organização da Juventude Peronista, em 1972, no qual foi abordada a necessidade do corte de gerações como natural ao desenvolvimento do movimento: “*Los organismos superiores del Movimiento Nacional Justicialista, se han preocupado siempre de este problema y han estimulado la organización de los núcleos juveniles con el margen suficiente de independencia, como para que la juventud pueda crecer y desenvolverse lejos de los preconceptos limitativos que toda acción orgánica presupone: no queremos formar amanuenses de un sistema sino hombres libres en su pensamiento y en su acción, porque de ellos podremos esperar una superación que siempre hemos anhelado. Pero, en manera alguna deseamos que una anarquía y divisionismo pueda separarlos en fracciones sectarias y excluyentes que atenten contra la unidad generacional, que constituirá en el futuro, el principal factor de cohesión que los hará fuertes, disciplinados y eficaces*”.

nacional. Combinada à tradução da vontade popular, que enfraquecia o papel de Perón como mediador indispensável, e à retomada de uma consciência política, que não era adquirida na identificação automática com o líder, mas vivenciada na realidade de classe, a produção do acionar político foi uma resposta às contradições derivadas desta rearticulação. É sabido que parte dos integrantes da CGTA conformaram as fileiras militantes das organizações armadas posteriores. Como reiterado, em 1974, Perón rompeu abertamente com os setores do peronismo revolucionário que já não o vinculavam à representação da vontade popular e submetiam a interpretação da doutrina à constatação de uma realidade concreta de opressão e entrega nacional. A transformação do peronismo em um movimento de liberação nacional, de cunho revolucionário, foi viabilizada por uma ressignificação discursiva do universo simbólico peronista, cuja orientação prática derivou em uma ação política permeada pelas contradições de um movimento que se fragmentava vertiginosamente ao final da década de 1960.

Considerações finais

Em junho de 1968, uma nota no semanário CGT de nº 7 (13/06/68), que informava sobre o assassinato do então candidato à presidência dos Estados Unidos, Robert F. Kennedy, morto a tiros em um hotel em Los Angeles, dizia que “*afortunadamente en nuestro país el asesinato político no existe desde hace un siglo. [...] No queremos el american way of life ni el american way of death; acá no matamos presidentes*”. Em junho de 1970, era sequestrado e assassinado o ex-presidente Pedro E. Aramburu, feito reivindicado pela organização armada peronista *Montoneros*, que chocou o país e consolidou a violência como opção política de diferentes setores a partir daquele momento¹⁷². No extremo desses dois fatos se encontra a referência para a crise de identidade que caracterizou o movimento peronista a partir de 1968 e permeou o restante da dinâmica social e política do país em uma experiência complexa, porém rastreável em seus antecedentes históricos.

Como “crise”, caracterizou-se a conformação de identidades distintas dentro do movimento peronista, no qual todos reivindicavam a identificação com o movimento, mas preconizavam práticas diferentes assentadas em interpretações difusas da doutrina e do contexto. Essa variabilidade de estratégias se fundamentava na complexa relação entre os campos político e sindical que foi vivenciada na forma de um conflito interno entre os setores que disputavam a representatividade do movimento no longo período de exílio de Perón. Como “crise das identidades”, considerou-se a problemática dos tempos históricos situada na dinâmica entre permanências e transformações, continuidades e descontinuidades que envolvem os atores históricos e sua conjuntura. A análise da consolidação dos setores *combativos* no interior do sindicalismo peronista foi profícua por materializar esta dinâmica histórica entre tradição e inovação ao antever, na dimensão do discurso, o nexos entre aqueles debates fomentados ao final da década de 1960 no âmbito da CGTA com as ações políticas radicalizadas de princípio dos anos 1970.

Nesse sentido, pode-se concluir que dois importantes pontos que se situam no eixo dos questionamentos que motivaram esta pesquisa foram respondidos. Por um

¹⁷² Em junho de 1969 era assassinado também Augusto T. Vandor, líder dos setores *vandoristas*, na sede da UOM. A autoria foi reivindicada anos mais tarde pelo *Ejército Nacional Revolucionário*, porém, também foi atribuída ao grupo de Dardo Cabo, *Descamisados*, e a membros da CGTA.

lado, confirmou-se o relevante papel da CGTA como *leitmotiv* para a adesão de setores trabalhistas à luta armada pela relação entre a economia discursiva antevista no Semanário CGT e os discursos que fomentaram a ação política de grupos armados peronistas na década de 1970. Foi demonstrado que, no processo de consolidação da identidade combativa que se assentava institucionalmente na CGTA, foram sendo forjadas novas interpretações da doutrina, que *a priori* não sinalizavam as dimensões mais violentas que adquiriu na década posterior. Porém, na análise relacional entre o contexto global de agitação política que marcou os anos 1960, o recrudescimento da ditadura militar de Juan C. Onganía no plano nacional e os reflexos dessas condições na dinâmica do sindicalismo peronista, pode-se antever a abertura teórica que permitiu a ação política armada. Não se buscaram análises profundas que ligassem diretamente a CGTA com organizações revolucionárias como *Montoneros*, apesar de alguns indícios também o revelarem assim, mas, ao contrário, ver na superfície das coisas essa dimensão. A análise do texto permitiu acessar a construção desse universo de significação que foi compreendido por meio das estruturas de enunciação, do estilo e das estratégias discursivas que fomentaram transformações na cultura política peronista, catalisando este processo de radicalização entre os setores trabalhistas.

A análise do discurso do Semanário CGT permitiu compreender a experiência da CGTA como uma espécie de articulador geracional entre setores peronistas em que velhas práticas sindicais foram redefinidas devido às novas condições. A citação ao aspecto “geracional” é justificada pelo peso da juventude no processo de ressignificação que viveu o peronismo nos anos da fase revolucionária, representado doutrinariamente pelo discurso do *trasvasamiento generacional*. A culminância da juventude radicalizada no movimento peronista, representada pelas organizações revolucionárias após o retorno de Perón, em 1973, foi resultado do projeto político rebelde de 1968, que abriu o sindicalismo peronista para as novas gerações que não haviam crescido nos anos justicialistas. Nesse sentido, a experiência de convergência com outros setores sociais preconizada pela CGTA, em especial a classe média jovem que vinha se politizando nos meios universitários e intelectuais (SPINELLI, 2005), foi essencial no redirecionamento do peronismo como “*revolución incumplida*” que só seria vitoriosa pelo caminho da liberação nacional.

A *CGT de los estudiantes* foi, portanto, a principal articuladora política das insatisfações reais experienciadas por diferentes segmentos sociais e as expectativas de

transformação que se materializaram no peronismo como expressão de uma revolução popular. Coube à pesquisa destacar, no plano discursivo, como essa aproximação com outros setores e tradições políticas foi facilitada por uma paulatina mudança no significado do conteúdo do discurso peronista, que teve na experiência de informação e de formação política que representou o Semanário CGT um peso fundamental. A permanência da estrutura de enunciação peronista descrita pelos autores Silvia Sigal e Eliseo Verón (2014) foi observada no apelo aos mesmos recursos de identificação do coletivo e do “inimigo”, de legitimação da palavra e das origens do vínculo de união do movimento. Entretanto, sob as novas circunstâncias – abordadas com especial atenção ao chamado à reunificação feito por Perón – e o clima de insatisfação social e política com a ditadura de Onganía, essas construções obedeceram a outra lógica de significação que, apesar de seguir o padrão discursivo, inseriu outras expectativas ideológicas.

Nesse sentido, o trabalho de pesquisa se orientou pela reconstrução dessa reinterpretção do universo peronista vivenciada na CGTA, colocando em perspectiva a continuidade – manifesta no plano da enunciação – com o peronismo histórico dos anos 1940 e com os discursos radicais dos anos 1970, revelando os princípios básicos de identificação do movimento compartilhados por diferentes gerações. Evidenciaram-se também as discontinuidades – manifestas no plano do enunciado – que foram representadas pelos diferentes espectros ideológicos que disputaram o peronismo como bandeira, em especial após a aproximação proposta no final da década de 1960 pela central rebelde. Como elo entre experiências radicalmente opostas, a CGTA foi o ponto de inflexão na radicalização do movimento, sendo possível constatar nessa experiência a abertura ideológica que permitiu a posterior fratura do movimento representada pela crise política que antecedeu o golpe de 1976.

Na análise do semanário foram abordados os processos de significação de conceitos importantes para o contexto de radicalização política, como o surgimento da ideia de *burocracia sindical*, a fundamentação para o discurso do *depuramento ideológico*, a reivindicação do peronismo como um movimento essencialmente revolucionário e a conformação da noção de *unidad combativa*. Vinculado ao objetivo principal – analisar o vínculo da CGTA com as experiências no seio do peronismo radicalizado –, esteve a confirmação da eficácia da proposta de análise de Sigal e Verón (2014) em compreender o peronismo a partir da ordem de enunciação. Como doutrina o peronismo se identificaria mais como uma forma de se apresentar no campo político e

sindical do que necessariamente um corpo de enunciados políticos fechados. Como foi abordado pela experiência da CGTA, a identificação com o peronismo seria uma forma de compreender e pensar o mundo a partir de uma estrutura discursiva padrão que é compartilhada por um coletivo social; a significação inserida nessa estrutura discursiva é o que orienta as ações políticas e podem variar de acordo com a conjuntura. Como fenômeno político e social, não apenas da Argentina, mas do contexto latino-americano do pós-Segunda Guerra Mundial, o peronismo inseriu importantes debates a respeito da identificação política das massas populares e as orientações nacionalistas/anti-imperialista da cultura política regional. Explicar a capacidade de assimilação política de um movimento que pendeu para diferentes lados, apesar de manter uma identificação sólida ligada ao nacionalismo econômico e aos trabalhadores, foi um trunfo desta perspectiva analítica. Com ela, foi possível refazer o trajeto que levou ao debacle político de 1976 e às visões de mundo abertas no peronismo por essa experiência, as quais permitiram a aproximação de outros setores e, em contrapartida, o aprofundamento das tendências mais conservadoras no movimento.

Ante a presença ainda firme do peronismo no contexto argentino e haja vista as diferentes reivindicações no campo político e sindical que ainda remontam o cenário atual, o debate a respeito deste fenômeno segue vivo. Segue viva também a memória relativa aos desaparecidos e torturados da última ditadura militar que viveu o país, como demonstrado pelos inúmeros julgamentos em busca de reparação e justiça¹⁷³. Desse modo, é fato que é algo ainda presente e, portanto, gera problematizações que tensionam e motivam a produção historiográfica.

Com a análise do Semanário CGT, o objetivo mais amplo foi alargar o campo de estudos do fenômeno peronista como doutrina, da experiência da CGTA como articuladora política dentro do peronismo radicalizado e da análise do discurso como forma de acesso às práticas sociais. Como contribuição mais pontual para os estudos nessas áreas, contribuiu para aprofundar outra abordagem do papel da CGTA desvelado pelos aspectos discursivos e, neste ponto, para a definição mais fechada de conceitos

¹⁷³ Segundo informação da *Procuraduría de Crímenes contra la Humanidad* e no marco de lembrança dos 40 anos do golpe na Argentina, até o ano de 2016 e desde que se iniciaram os julgamentos em 1983 foram 156 sentenças ditadas, 669 condenados e 62 absolvidos em um contexto de 2300 pessoas imputadas. In < <http://amnistia.org.ar/el-proceso-de-memoria-verdad-y-justicia-en-argentina-un-ejemplo-en-el-mundo/> > acessado em 26/9/2016 as 12:46.

que foram inicialmente analisados em artigos científicos, porém não estudados sistematicamente dentro de uma metodologia específica.

Cabe destacar também as dificuldades e limitações do trabalho. A abordagem feita se preocupou em analisar a superfície desta relação, apenas a produção de discursos e visões de mundo feitas pelos membros da equipe editorial do semanário. Mesmo com a crítica das fontes a respeito da legitimidade do semanário como representativo de determinado grupo social, é reconhecida a debilidade desse tipo de análise ao não buscar a recepção desses novos discursos e talvez a continuação dessa cadeia de significação por meio das interpretações produzidas por aqueles que eram considerados público-alvo, os trabalhadores. Por dificuldades de acesso às fontes que permitissem essa análise, limitou-se a pesquisa a essa relação mais fundamental, porém sem considerar a dinâmica desse processo como uma via de mão única em que as definições da CGTA funcionaram como dispositivos fechados que nortearam as ações posteriores. Compreender a continuação desse discurso em outro âmbito de ação política, em contraposição ao enfraquecimento do projeto político da CGTA entre os trabalhadores, após a reunificação da central em 1970, são questões abertas que envolveriam este outro lado da análise.

Ao concluir, é importante salientar a ênfase quanto aos processos de significação e representação nos processos históricos: se a CGTA não seguiu seu projeto político como projetado inicialmente, seu discurso encontrou eco em outros âmbitos e, remetendo a Jorge Luís Borges, “*no sé si la historia es verdad; lo que importa ahora es el hecho de que haya sido referida y creída*”¹⁷⁴.

¹⁷⁴ Jorge Luís Borges, *El informe Brodie*, 1970.

Fontes e Referências bibliográficas

Fontes Primárias

Semanário da CGT (CGTA): 55 números.
Digitalizados e disponibilizados pelo *site* da *Federación Gráfica Bonaerense*.
< <http://www.cgtargentinos.org/segunda.htm> >.

Ata da *Revolución Argentina*.

Anexo 1 da Ata intitulado *Mensaje de la Junta Revolucionaria al pueblo argentino*.

Anexo 2 da Ata com o *Estatuto de la Revolución Argentina*.

Anexo 3 da Ata com os *Objetivos políticos (fines de la revolución)*.

Documentos disponíveis no Wikisource:

< https://es.wikisource.org/wiki/Acta_de_la_Revoluci%C3%B3n_Argentina >.

Semanário *El Descamisado*: n° 0 – n°20

Digitalizados e disponibilizado pelo sítio *Ruinas Digitales* (projeto colaborativo de digitalização de documentos históricos realizado por estudantes de Ciências Políticas da Universidade de Buenos Aires)

< <http://www.ruinasdigitales.com/el-descamisado/descamisadolistadodenumeros/> >.

Referências Bibliográficas

AARÃO REIS, Daniel. “Ditadura e democracia no Brasil”. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

ABÓS, Álvaro. “La columna vertebral: sindicatos y peronismo”. Editorial Legasa, 1983.

ABOY CARLÉS, G. “Las dos fronteras de la democracia argentina. La reformulación de las identidades políticas de Alfonsín a Menem”. Rosario: Homo Sapiens, 2001.

AGGIO, Alberto; LAHUERTA, Milton. “Pensar o século XX: problemas políticos e história nacional na América Latina”. São Paulo: Editora UNESP, 2003.

ALTAMIRANO, Carlos. “Peronismo y Cultura de Izquierda”. Buenos Aires: Temas Grupo Editorial, 2001.

_____. (Ed.). “Bajo el signo de las masas (1943-1973)”. Ariel, 2001.

AMORÍN, José. “Montoneros: la buena historia”. El Ortiba: Colección Otras voces, 2007.

ANZORENA, Oscar. “Tiempo de violencia y utopía. Del golpe de Onganía al golpe de Videla”. Ediciones del pensamiento nacional, Argentina, 1998.

ARAÚJO, Maria Paula. “Esquerdas, juventude e radicalidade na América Latina nos anos 1960 e 1970”. Em FICO, Carlos; FERREIRA, Marieta de M.; ARAÚJO, Maria Paula e QUADRAT, Samantha Viz. “Ditadura e democracia na América Latina”. Rio de Janeiro: FGV, 2008.

ARICÓ, José M. “La cola del diablo: Itinerario de Gramsci en América Latina”. Buenos Aires: Puntosur Editores, 1988.

AYERBE, Luis Fernando. “A revolução cubana”. São Paulo: Unesp, 2004.

BALVÉ, Beba; BALVÉ, Beatriz. “El '69: huelga política de masas: Rosariazo-Cordobazo-Rosariazo”. Buenos Aires: Contrapunto, 1989.

BALVÉ, Beba. “Lucha de calles, lucha de clases: elementos para su análisis: Córdoba 1971-1969”. Buenos Aires: RyR: CICOSO, 2006.

BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. “De Marti a Fidel - a Revolução Cubana e a América Latina”. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.

BARTOLETTI, Julieta. “La CGT de los argentinos y los dilemas de la izquierda peronista”. Salta: Revista Escuela de Historia, vol.10, nº 2, 2011.

BASCHETTI, Roberto. “Documentos de la Resistencia Peronista”. Buenos Aires: De la Campana, 1999.

BASUALDO, Eduardo. “Estudios de historia económica argentina”. Buenos Aires: Siglo XXI, 2010.

BEIRED. José L. Bendicho. “Breve história da Argentina”. São Paulo: Editora Ática, 1996.

BERSTEIN, Serge. “A cultura política. Para uma história cultural”. Lisboa: Estampa, p. 349-363, 1998.

BONVILLANI, Paola. “Un acercamiento a la experiencia de militancia en el partido comunista argentino en los años sesenta”. Cuadernos de História – Serie economia y sociedade, Universidad de Córdoba, 2014.

BORGES, Jorge Luis; BECCO, Horacio Jorge. “Ficciones; El aleph; El informe de brodie”. Fundacion Biblioteca Ayacuch, 1970.

BORGES, Nilson. “A Doutrina de Segurança Nacional e os governos militares”. Em DELGADO, Lucília de Almeida Neves; FERREIRA, Jorge (org.). “O tempo da ditadura: regime militar e movimento sociais em fins do século XX”. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.

BOURDIEU, Pierre. “O poder simbólico”. Rio de Janeiro: 5ª edição, Bertrand Brasil, 2002.

BOZZA, Juan Alberto. “El peronismo revolucionario. Itinerario y vertientes de la radicalización , 1959-1969”. Sociohistórica, Universidad Nacional de La Plata, 2001.

_____. “Resistencia y radicalización. La CGT de los Argentinos, un ámbito de convergencia de la nueva izquierda”. IX jornadas Interescuelas/ Departamentos de Historia, 2003.

BRENNAN, James. “El Cordobazo: las guerras obreras en Córdoba, 1955-1976”. Buenos Aires: Sudamericana, 1996.

_____; GORDILLO, Mónica. “Córdoba rebelde: el cordobazo, el clasismo y la movilización social”. La Plata: De la Campana, 2008.

CAMILIÓN, Oscar. “Memorias políticas: de Frondizi a Menem (1956-1996), conversaciones com Guillermo Gasió”. Buenos Aires: Planeta, 1999.

CARDOSO, Fernando Henrique. “As ideias e seu lugar: ensaios sobre as teorias do desenvolvimento”. Vozes, 1993.

CARRI, Roberto. “Sindicalismo de participación, sindicalismo de liberación”. Em CERESOLE, Norberto. “Argentina: Estado y Liberación Nacional”. Buenos Aires, Organización Editorial, 1971.

CARUSO, Valeria. “Una experiencia informativa del sindicalismo combativo: El semanário CGT”. Universidad de La Plata: Teoría y comunicación, 2015.

CARVALHO, José Murilo de. “Cidadania no Brasil. O longo Caminho”. 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

CASTELFRANCO, Diego. “La CGT de los argentinos, un proyecto trunco de renovación sindical (1968- 1969)”. Buenos Aires, Prohistoria, núm. 17, año XV, 2012.

CAVAROZZI, Marcelo. “Autoritarismo y democracia (1955 - 1996)”. Buenos Aires: CEAL, 1983.

CENA, Juan Carlos. “El Cordobazo, una rebelión popular”. Buenos Aires, La Rosa Blindada, 2000.

CISNEROS, Andrés; ESCUDÉ, Carlos (Ed.). “Historia general de las relaciones exteriores de la República Argentina: Las relaciones exteriores de la Argentina embrionaria”. Centro de Estudios de Política Exterior, 2000.

COOKE, John William. “La lucha por la Liberación Nacional.”. Buenos Aires: Quadrata, 1959.

DAWYD, Darío. “A 40 años del Programa del 1º de mayo. La CGT de los argentinos y la ofensiva contra la Revolución Argentina.”. Nuevo Mundo Mundos Nuevos. Paris: CERMA – Ecole des Hautes Etudes em Sciences Sociales, 2008.

_____. “Sindicatos y política en Argentina, 1968-1970. División, fractura y unidad en el peronismo”. Buenos Aires: CONICET-UBA, 2011.

_____. “Sindicatos y Política en la Argentina del Cordobazo. El peronismo entre la CGT de los Argentinos y la reorganización sindical (1968-1970)”. Buenos Aires: Editorial Pueblo Heredero, 2011b.

_____. “Conflictividad y consolidación de las tendencias sindicales en Argentina. Entre la división de la CGT y el Cordobazo, 1968-1969”. Revista Hologramática, Lomas de Zamora, Facultad de Ciencias Sociales de la Universidad Nacional de Lomas de Zamora, Año VII, Número 14, V3, 2011c.

_____. “La ‘huelga santa’ de los petroleros de Ensenada. Petróleo, peronismo y política en el 68 argentino”. Em Basualdo, V. (coord). “La clase

trabajadora en la Argentina del siglo XX: experiencias de lucha y organización”. Buenos Aires: Cara o Ceca (en prensa), 2011d.

_____. “El nuevo autoritarismo burocrático y el sindicalismo peronista. Análisis de la ‘participación’ junto al gobierno militar de Onganía en la Argentina de los años sesenta: del ‘nuevo orden social’ al ‘Cordobazo’”. Dipartimento di Lingue, Letterature e Culture Moderne, Università di Bologna, CONFLUENZE Vol. 4, nº 2, 2012.

_____; LENGUITA, Paula Andre. “Los setenta en Argentina: autoritarismo y sindicalismo de base”. Revista Contemporânea, Núcleo de Estudos Contemporâneos do Departamento de História da Universidade Federal Fluminense, 2013.

_____. “La CGT de los argentinos sin el semanario: Entre las bases y el regreso de Perón (1970-1973)”. Revista Electrónica de Estudios Latinoamericanos, UBA, 2014.

_____. “El sindicalismo peronista durante el onganato. De la CGT de los argentinos a la reorganización sindical (1968-1970)”. Revista Sociohistórica, nº33, Universidad de La Plata, 2014b.

DE ÍPOLA, Emílio. “Ruptura y continuidad. Claves parciales para un balance de las interpretaciones del peronismo”. Desarrollo Económico. Volumen 29, número 115, pp. 331-359. Buenos Aires, 1989.

DE RIZ, Liliane. “La política en suspenso, 1966-1976”. Buenos Aires, Paidós, 2000.

DEL CAMPO, Hugo. “Sindicalismo y peronismo. Los comienzos de un vínculo perdurable”. Buenos Aires, CLACSO, 1983. Nueva edición: Siglo XXI, 2005.

DI TELLA, Torcuato. “Para una política latino-americana”. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1969.

DONGHI, Tulio Halperín. “Algunas observaciones sobre Germani, el surgimiento del peronismo y los migrantes internos”. Desarrollo Económico, nº 56, 1975.

_____. “Historia contemporánea de América Latina”. México: Alianza, 1983.

_____. “La larga agonía de la Argentina peronista”. Buenos Aires: Ariel, 2006.

DUCA, Arturo Claudio Laguado. “Cuestión social, desarrollo y hegemonía en la Argentina de los años sesenta. El caso de Onganía”. Universitas humanística, v. 70, n. 70, 2012.

FERNÁNDEZ, Arturo. “Ideologías de los grupos dirigentes sindicales (1966-1973)”. Buenos Aires: CEAL, 1986.

FERRER, Aldo. “La economía argentina: desde sus orígenes hasta principios del siglo XXI”. 3. Ed. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2004.

FIORUCCI, Flavia. “Intelectuales y peronismo, 1945-1955”. Biblos, 2011.

FRANCO, Marina. “La ‘depuración’ interna del peronismo como parte del proceso de construcción del terror de Estado en la Argentina de la década de del 70”. NC State University: revista de história social y literatura Contracorriente, vol.8, n° 3, 2011.

FURTADO, Celso. “Formação econômica da América Latina”. Rio de Janeiro: LIA, 1969.

GALLO, Ezequiel; SIGAL, Sílvia. “La Formación de los partidos políticos Contemporáneos: La Unión Cívica Radical (1890-1916)”. Desarrollo Económico, 1963.

GASIÓ, Guillermo. “El vínculo de unión: ejército, policía y pueblo en los orígenes del peronismo”. Buenos Aires: Teseo, 2012.

GERMANI, Gino. “Política e sociedade em uma época de transição: da sociedade tradicional à sociedade de massas”. São Paulo: Mestre Ju, 1963.

_____. “El surgimiento del peronismo y los migrantes internos”. Desarrollo Económico, n° 55, 1973.

GILLESPIE, Richard. “Soldados de Perón: los montoneros”. Buenos Aires: Grijalbo, 1987.

_____. “John William Cooke: el peronismo alternativo”. Buenos Aires: Cántaro, 1989.

GODIO, Julio. “El movimiento obrero argentino (1955-1990): venturas y desventuras de la columna vertebral desde la resistencia hasta el menemismo”. Editorial Legasa, 1991.

GOMES, Ângela de Castro. “A política brasileira em busca da modernidade: na fronteira entre o público e o privado”. Em: SCHWARC, L. M. (org.). “História da vida privada no Brasil”. São Paulo: Companhia das Letras, v.4, 1998.

GORDILLO, Mónica. “Córdoba en los '60. La experiencia del sindicalismo combativo”. Córdoba: Dirección de prensa da le UNC, 1996.

_____. “Movimientos sociales e identidades colectivas: repensando el ciclo de protesta obrera cordobés de 1969-1971”. Desarrollo económico, pp. 385-408, 1999.

_____. “Actores, prácticas y discursos en la Córdoba combativa. Una aproximación a la cultura política de los ’70”. Córdoba: Ferreyra Editor, 2001.

_____. “Protesta, rebelión y movilización: de la resistencia a la lucha armada, 1955-1973”. Nueva historia argentina, v. 9, pp. 1955-1976, 2003.

_____. “Sindicalismo y radicalización en los setenta: las experiencias clasistas”. Argentina, 1976. Estudios en torno al golpe de Estado”, 2007.

HALL, Stuart. “Quem precisa de identidade? Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais”. Petrópolis: Vozes, 2000.

JAMES, Daniel. “The peronist left, 1955-1975”. Journal of Latin American Studies, 1976.

_____. “Racionalización y respuesta de la clase obrera: contextos y limitaciones de la actividad gremial en la Argentina”. Desarrollo Económico v. 21, n°83, 1981.

_____. “Resistance and integration: Peronism and the Argentine working class, 1946-1976”. Cambridge University Press, 1993.

_____. “Sindicatos, burócratas y movilización”. In JAMES, Daniel (dir.), “Violencia, proscripción y autoritarismo (1955-1976)”. Buenos Aires: Sudamericana, 2002.

JOZAMI, Eduardo. “Rodolfo Walsh: La palabra y la acción”. Grupo Editorial Norma, 2006.

KOSELLECK, Reinhart. “Futuro pasado: contribuições à semântica dos tempos históricos”. Rio de Janeiro, 2006.

LACLAU, Ernesto. “La razón populista”. Fondo de cultura Económica, 2012.

LICHT, Silvia. “Agustín Tosco y Susana Funes: historia de una pasión militante: acciones y resistencia del movimiento obrero 1955-1975”. Editorial Biblos, 2004.

LOBATO, Mirta Zaida. “Las experiencias sindicales en tiempos de Onganía: diálogo y confrontación”. Revista Todo es Historia, n° 230, 1986.

LUNA, Félix. “Argentina de Perón a Lanusse (1943-1973)”. Buenos Aires: Biblioteca Universal Planeta, 1973.

MACOR, Dario. “Representaciones colectivas en los orígenes de la identidad peronista”. Mendoza: Estudios Sociales Contemporáneos, n° 3, Universidad Nacional de Cuyo, 2009.

MARCILESE, José. “La sociedad civil y el primer peronismo. El fomentismo de Bahía Blanca y su lugar dentro de la comunidad organizada”. Nuevos Mundos, 2009.

MARINI, Ruy Mauro. “América Latina: dependência e integração”. Editora Brasil Urgente, 1992.

MAROTTA, Sebastián. “El movimiento sindical argentino - Su génesis y desarrollo - Tomo III - 1920-1935”. Buenos Aires: Lacio, 1970.

MCGUIRE, James W. “Perón y los sindicatos: la lucha por el liderazgo peronista”. Em AMARAL, Samuel y BEN PLOTKIN, Mariano (comps.). “Perón: Del exilio al poder”. Buenos Aires: EDUNTREF, 2004.

MELÓN PIRRO, César. “El peronismo después del peronismo”. Buenos Aires: Siglo XXI, 2009.

MESTMAN, Mariano. “Consideraciones sobre la confluencia de núcleos intelectuales y sectores del movimiento obrero, 1968-1969”. Em: OTEIZA, Enrique (coord.). “Cultura y política en los años ’60”. Buenos Aires: CBC, 1997.

_____. “Semanario CGT. Rodolfo Walsh: periodismo y clase obrera”. Afuera: Estudios de crítica cultural, v. 3, n° 4, 2008.

MURMIS, Miguel; PORTANTIERO, Juan Carlos. “Estudios sobre as origens do peronismo”. Buenos Aires, Siglo Veintiuno, 1972.

NEIBURG, Federico. “Los intelectuales y la invención del peronismo: estudios de antropología social y cultural”. Buenos Aires: Alianza, 1998.

O’DONNELL, Guillermo. “Un ‘juego’ imposible competición y coaliciones entre partidos políticos de Argentina, 1955 y 1966”. Buenos Aires: Paidós, 1972.

_____. “Estado y alianzas en la Argentina”. Revista Desarrollo Económico, vol. 16, N° 64, 1977.

_____. “El Estado burocrático autoritario: triunfos, derrotas y crisis”. Editorial de Belgrano, 1996.

OSTIGUY, Pierre. “Peronism and Anti-Peronism: Class-cultural cleavages and political identity in Argentina”. Tese de Doutorado. University of California, Berkeley, 1998.

PACHECO, Julieta. “Montoneros y las contradicciones del programa de liberación nacional (1970-1976)”. Facultad de Filosofía y Letras-Universidad de Buenos Aires, defendida y aprobada el 26 de marzo de 2013.

PERÓN, Juan D; COOKE, John William. “Correspondencia”. Vol. 2. Corregidor, 1983.

- PIGNA, Federico. "El asesinato de Vandor". El historiador, 2010.
- PONTORIERO, Gustavo. "Sacerdotes para el tercer mundo: el fermento en la masa. 1967-1976". Buenos Aires: CEAL, 1991.
- PORTANTIERO, Juan Carlos. "Clases dominantes y crisis política". Pasado y Presente, no 1 (nueva serie), año IV, abril/junio de 1973.
- _____. "Economía y política en la crisis argentina". Revista Mexicana de Sociología, 1977.
- POTASH, Robert. "El ejército y la política en la Argentina, 1945-1962. De Perón a Frondizi". Buenos Aires: Sudamericana, 1981.
- POZZI, Pablo; DE LA VEGA, Magdalena. "Cultura de izquierda, violencia y política en América Latina". Buenos Aires: CLACSO, 2015.
- PULFER, Darío. "El peronismo en sus fuentes: una guía bibliográfica para su estudio". Ediciones CICCUS, 2012.
- RAIMUNDO, Marcelo. "Izquierda peronista, clase obrera y violencia armada: Una experiencia alternativa". La Plata: Sociohistórica, n° 15-16, 2004.
- _____. "Anticipando los setenta: la huelga de los petroleros del SUPE Ensenada". Conflicto Social, v. 3, n° 3, pp. 84-113, 2014.
- RAMÍREZ, Ana Julia. "Tucumán 1965-1969: movimiento azucarero y radicalización política". Nuevo Mundo Mundos Nuevos, 2008.
- RAPOPORT, Mario. "Historia económica, política y social de la Argentina (1880-2000)". Buenos Aires, Macchi, 2000.
- _____; LAUFER, Rubén. "Os Estados Unidos diante do Brasil e da Argentina: os golpes militares da década de 1960". Revista brasileira de política internacional. Brasília, v.43, n° 1, pp.69-98, 2000.
- REMOND, René (dir.). "Por uma história política.". Tradução Dora Rocha. - 2 ed. - Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.
- ROCK, David. "Argentina 1516-1987: desde la colonización española hasta Raul Alfonsín". Buenos Aires: Alianza, 1995.
- ROMERO, Luis Alberto. "História Contemporânea da Argentina". Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.
- ROTONDARO, Rúben. "Realidad y cambio en el sindicalismo". Buenos Aires: Pleamar, 1971.
- ROUQUIÉ, Alain. "O Estado militar na América Latina". São Paulo: Editora Alfa-Omega, 1982.

SÁBATO, Ernesto. “El otro rostro del peronismo. Carta abierta a Mario Amadeo” (fragmento), s/ed., Buenos Aires, 1956, pp. 40-47, citado em Carlos Altamirano, “¿Qué hacer con las masas?”. Em SARLO, Beatriz. “La batalla de las ideas”. Planeta Ariel, 2001.

SCHNEIDER, Alejandro. “Los compañeros. Trabajadores, izquierda y peronismo, 1955-1973”. Buenos Aires, Imago Mundi, 2005.

SEBRELI, Juan José. “Buenos Aires: Vida cotidiana y alienación”. Buenos Aires: Ediciones siglo XX, 1966.

_____. “Crítica de las ideas políticas argentinas”. Sudamericana, 2011.

_____. “Los deseos imaginarios del peronismo”. Sudamericana, 2013.

SHUMWAY, Nicolas. “A Invenção da Argentina: a história de uma ideia”. São Paulo/Brasília: Editora Edusp/Editora UNB, 2008.

SIGAL, Silvia. “Intelectuales y poder en Argentina. La década del sesenta”. Buenos Aires, Siglo XXI, 2002.

_____; VERÓN, Eliseo. “Perón o muerte: los fundamentos discursivos del fenómeno peronista”. Buenos Aires: Eudeba, 2014.

SOTELO, Luciana. “La CGT de los Argentinos: entre el movimiento sindical y el movimiento político”. Ponencia presentada en las XI Jornadas Interescuelas/Departamentos de Historia, Tucumán, 19 al 21 de Septiembre de 2007.

_____. “El discurso sobre la burocracia en el Semanario de la CGT de los Argentinos”. Universidad de La Plata, 2008.

_____. “El mundo sindical entre la acción gremial y la acción política. Continuidades y rupturas de la CGT de los Argentinos respecto de las experiencias anteriores”. Dossier PolHis, ano 5, 2012.

SPINELLI, María Estela. “La conformación de las identidades políticas en la Argentina del siglo XX”. Universidad Nacional de Córdoba, 2000.

_____. “Los vencedores vencidos: el antiperonismo y la ‘revolución libertadora’”. Buenos Aires, Editorial Biblos-Argentina Contemporánea, 2005.

_____. “Rasgos de la cultura política argentina: Un análisis del enfrentamiento peronismo-antiperonismo, 1945-1983”. Memorias de la Argentina contemporánea, 1946-2002. La visión de los mayores, pp. 73-100, 2007.

_____. “De antiperonistas a peronistas revolucionarios”. Buenos Aires: Sudamericana, 2013.

TCACH, Cesar. “Neoperonismo y resistencia obrera en la Córdoba Libertadora (1955-1958)”. Desarrollo Económico, 1995.

_____; RODRIGUEZ, Celso. “Arturo Illia: Un sueño breve – El rol del peronismo y de los Estados Unidos en el golpe militar de 1966”. Buenos Aires: Edhasa, 2006.

_____. “De la revolución Libertadora al Cordobazo: Córdoba, el rostro anticipado del país”. Buenos Aires: Siglo Veintiuno Editores, 2012.

TERÁN, Oscar. “Nuestros años sesentas: la formación de la nueva izquierda intelectual en la Argentina, 1956-1966”. Buenos Aires: Siglo Veintiuno, 2013.

TORRE, Juan Carlos. “Los años peronistas (1943-1955): Nueva Historia Argentina”. Editorial Sudamericana, 2002.

_____. “El gigante invertebrado. Los sindicatos en el gobierno, 1973-1976”. Buenos Aires: Siglo Veintiuno, 2004.

TORTTI, M. C. “Crisis y radicalización en el campo de la izquierda argentina durante los años 60”. VII Jornadas Interescuelas / Departamentos de Historia. Neuquén, 1999.

TRÍMBOLI, Javier. “La izquierda en la Argentina”. Buenos Aires: Manantial, 1998.

VERÓN, Eliseo. “Prensa escrita y teoría de los discursos sociales: producción, recepción, regulación”. Langage, discours et sociétés, v. 4, pp. 11-25, 1988.

